Diário de Lisboa

Fundador **Joaquim Manso**

Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

ANO 56.º/19 127 4$00

QUINTA-FEIRA **12** AGOSTO 1976

DL

UM JORNAL INDEPENDENTE

A tradição liberal e o nome limpo do «Diário de Lisboa» que aqui, e uma vez mais, se invocam, são, nesta casa, pontos de referência. Não os invocamos a título defensivo. Não se pretende refazer, ao gosto do momento que passa, uma história que se sabe ter sido perturbada pelo sortilégio dos mitos avassaladores dos anos 20, nem ignorar as servidões e os silêncios dos anos de apagada e vil tristeza. E longos e opressivos eles foram. Mas o «DL» não serviu a *ditadura*, mesmo quando lhe não foi possível ignorar o *ditador*. O «DL» não serviu, igualmente, interesses estranhos. O jornal foi uma *tribuna*, não foi um *balcão*. Como *tribuna* subsistiu; como *tribuna* se propõe continuar. Se possível. Enquanto for possível.

E perguntar-se-á: que *tribuna*? A tradição do «DL» é indicativa. O jornal de tradição liberal que sempre soube facultar as suas colunas à livre crítica, à reclamação justa, ao protesto cívico, à reivindicação democrática, só respeitará a sua vocação — e só corresponderá à expectativa dos leitores — assumindo nos nossos dias uma função de livre crítica, uma abertura rasgada à cidadania atenta e militante, à proposição e à defesa das conquistas políticas, económicas e sociais, do «25 de Abril» e dos valores inscritos na Constituição da República. Uma *tribuna*, portanto, de livre crítica. Uma posição que, no vocabulário político corrente, poderá ser designada pela expressão: *independente de esquerda*. Cumprindo sublinhar — para em tudo sermos claros — que se coloca o acento tónico na *independência* e se adopta a referência, *de esquerda*, como qualificação política.

Em nosso entender a *esquerda* é um largo espaço político antifascista de confronto e de diálogo. É um espaço político aberto, mas não neutro. É um espaço plural, mas não asséptico. É um espaço de polémica e de descoberta, e por isso rebelde às ortodoxias e insubmisso aos dogmatismos. É um espaço de encontro e de demarcação: uma convergência e uma fronteira.

Uma *tribuna independente de esquerda*, e não dizemos: *da esquerda*. O «DL» é um jornal *com opinião*, não é um jornal *de opinião*. Não pretende ser *a voz da esquerda*, nem seria correcto arrogar-se essa missão. Propõe-se, singelamente, ser *um jornal de informação com opinião*. Melhor dizendo: *com opiniões*. Na lógica de uma tradição de crítica livre e de independência pela qual se tem pautado, o «DL» quer-se *uma voz de esquerda* sem conotações sectoriais ou escolásticas. Numa palavra: *independente*. E, porque *independente*, o jornal apresenta-se desvinculado. Autónomo politicamente, desvinculado partidariamente, será o «DL». Se possível. Enquanto for possível.

Mas, por igual desvinculado — hoje como ontem — do *poder* e dos *poderes*. Apenas vinculado aos seus leitores e ao propósito de lhes oferecer a informação isenta, a livre crítica, o comentário de esquerda, a verdade que é esclarecimento e pedagogia cívica e democrática. *Democracia* é *demopedia* — não o esqueçamos.

Bem sabemos que da evolução da situação financeira da empresa proprietária do «DL», e como consequência da nacionalização da banca comercial, resultou que este jornal tivesse ficado sob a incidência da chamada «estatização de órgãos de comunicação social». E sabemos, também, que no Governo actual e que na actual Oposição de «centro-direita», há quem lamente os custos da Imprensa estatizada ou daquela que, por azares do tempo e da fortuna, ficou, de algum modo e por algum tempo, dependente do auxílio financeiro do Estado por compreensíveis e corrigíveis, dificuldades de gestão empresarial. Haverá, também, quem não suporte uma imprensa livre *de esquerda* e não faltarão outros a quererem prevalecer-se do argumento do encargo orçamental representado pela Imprensa estatizada para pretenderem reduzir a pluralidade das vozes livres, redistribuir jornais, instituir a regra de uma proporcionalidade no acesso

Continua na pág. 20

CONSELHO DA REVOLUÇÃO ANUNCIA

CHARAIS E PEZARAT DEIXAM REGIÕES MILITARES

Os brigadeiros Franco Charais e Pazarat Correia vão ser substituídos no comando, respectivamente, das Regiões Militares do Centro e Sul, enquanto que o general Pinho Freire e o brigadeiro Pires Veloso continuarão, por assim o preferirem, no comando, respectivamente, da 1.ª Região Aérea e da Região Militar Norte. Por sua vez o brigadeiro Vasco Lourenço acumulará as funções de conselheiro da revolução com as de governador militar de lisboa.

Estas decisões foram anunciadas a meio da manhã de hoje, durante a conferência de Imprensa dada pelo capitao Sousa e Castro, em nome do Conselho da Revolução. O porta-voz do C. R. leu um extenso comunicado do Conselho com a data de ontem, e no qual se refere que o C. R. decidiu, nomeadamente, «aceitar a renúncia do general graduado Pinho Freire e do brigadeiro graduado Pires Veloso dos cargos de membros do Conselho da Revolução», «aceitar a opção dos brigadeiros graduados Franco Charais, Pezarat Correia e Vasco Lourenço de permanecerem no C. R. pelo que deixarão logo que substituídos de exercer as funções de comandantes das Regiões Militares do Centro, Sul e Lisboa, respectivamente» e «nomear, por proposta do chefe do Estado-Maior do Exército, o brigadeiro graduado Vasco Lourenço para o cargo de governador militar de Lisboa.

Curiosa é assinalar que no mesmo dia em que se anunciavam estas alterações, o semanário de direita «Tempo» publica um artigo do seu correspondente na Alenha Federal, no qual sob o título «Diver-

Os dois brigadeiros em Lisboa, encaminhando-se há tempos para uma reunião da cúpula militar (foto do Arquivo «DL»)

gências no seio das F. A. portuguesas» se dá conta, com base no correspondente em Madrid do «Frankfurt Allgemein Zeitung», que «a ala direita nomeadamente do Exército ataca os membros do «Grupo dos Nove», chefiado por Melo Antunes (...) e refere declarações recentes do capitão Sousa e Castro segundo as quais «a extrema-direita militar actua juntamente com alguns grupos políticos civis».

Entretanto o comunicado do C. R. divulgado pelo seu porta-voz refere ainda que o «Conselho tomou conhecimento das diligências em curso visando o desmantelamento de organizações terroristas. O C. R. congratula-se com o facto do Programa do Governo não ter sido rejeitado na Assembleia da República. O Conselho da Revolução tomou conhecimento e concordou com a po-

Continua na pág. 20

SEGURANÇA PARA O EX-GENERAL

Polícia à porta do prédio da Rua dos Açores onde reside agora António de Spínola. No mesmo imóvel funcionam Serviços da Representação Diplomática da Bulgária — aliás exactamente no andar de cima

COLOMBO

Sessenta países reafirmam combate ao imperialismo

COLOMBO, 12 (A. N. O. P., R. F. P. «D. L.») Sessenta ministros dos Negócios Estrangeiros, ontem reunidos nesta capital, para prepararem a quinta «cimeira» dos não-alinhados, reiteraram os seus propósitos de luta contra o «colonialismo, o imperialismo, a exploração e a dominação».

Felix Bandaranaike, ministro das Finanças e da Justiça de Sri Lanka, eleito unanimemente presidente do grupo ministerial da conferência, abriu a sessão, recordando que há três anos, quando esta conferência foi marcada, o Mundo assistia às guerras anti-imperialistas na Ásia, que, felizmente, estão agora terminadas.

A reunião está a decorrer num gigantesco palácio de ci-

Continua na pág. 20

20 PÁGINAS

Geral

Política de A a Z

«NESTES ÚLTIMOS TEMPOS»

Do poema de Sophia de Mello Breyner devemos fazer uma leitura política. Leitura que nos é proposta e que decorre do próprio conteúdo de uma comunicação sobre o que tem ocorrido «nestes últimos tempos». Do «poema» sabe Sophia, e de «política» tem uma intuição à altura dás suas corajosas intervenções cívicas. É de «política» que o seu «poema» nos fala. E não sabemos de texto político mais exacto e mais oportuno (e tão radicalmente antioportunista). A coragem política é assim: exactidão e exigência, desassombro crítico, decisão autocrítica, rigor. Sophia de Mello Breyner reconhece, sem reticências, os erros, os desmandos, as confusões, as injustiças, praticados pela «esquerda», mas não esquece a «direita» — a «degradação das coisas» que nos legou, o «lixo do seu luxo», a «feroz ganância», a «fria possessão», os seus «conluios», os seus «negócios». E a «direita» no poema de Sophia não é apenas uma «sábia e táctica injustiça». É uma «direita» que não desarma, que sabe dos seus ócios fazer «utilitário uso», que utiliza «máscaras», escolhe «pretextos», se defende com «alibis». Reconheçamos que, «nestes últimos tempos», a «esquerda» terá inúmeras vezes desfigurado, ou consentido que fossem desfiguradas, «as linhas do seu rosto», mas não esqueçamos — e o poeta Sophia de Mello Breyner não nos permite o esquecimento — que a «direita» (meticulosa, eficaz, expedita) pratica a «degradação da vida».

Este «poema político» tem data: Julho de 1976. Foi publicado no dia 4 de Agosto, no «Diário de Notícias», no lugar dos textos de opinião. Trata-se de um texto de opinião. Dizer que nesta crítica e autocrítica «de esquerda», assinada pelo poeta Sophia de Mello Breyner, se foi mais longe e mais fundo que em muitos discursos dos homens políticos enamorados do mando partidário ou da nacional governação, é reconhecer, simplesmente, a exemplaridade de um texto forte e lúcido cuja leitura se recomenda. O «poema político» de Sophia é um ponto alto numa reflexão autocrítica «de esquerda». De uma «esquerda» que, na crítica e na autocrítica, deverá reencontrar-se como condição necessária, embora não suficiente, para que em Portugal, nos futuros tempos, se não repita a «meticulosa, eficaz, expedita degradação da vida que a direita pratica».

A DIREITA TEM UMA ESTRATÉGIA

A «ocidentalização» — passe o termo — da vida política portuguesa integra-se na estratégia da «direita». Ceder terreno ao P.S. na administração de uma situação de «crise», não é mais do que um cálculo a médio prazo. A «direita» vai concentrar forças para a conquista de posições sólidas na administração local e regional. Os «governos insulares» vão oferecer-lhe uma oportunidade para demonstrar eficiência na gestão dos negócios públicos. Para além de algumas dificuldades pessoais e pontuais, a eventual coligação do P.P.D. e do C.D.S., pelo menos em certas áreas regionais, terá possível concretização com vista às eleições para as autarquias locais. Se o P.S. se mantiver fiel à sua vocação isolacionista, terá que se conformar com posições extremamente reduzidas na administração local e regional. Claro que as estatísticas eleitorais estão publicadas, e, portanto, não é difícil fazer as contas e avaliar as possibilidades.

A estratégia da «direita» é clara. Como responderá a «esquerda»?

COMPROMISSOS EUROPEUS

Tem vocação «cristã, popular e europeia» o CDS. O lema do último congresso do CDS era: «Personalismo Cristão — Um Compromisso Europeu». Donde poderemos concluir que a vocação «cristã, popular e europeia» do CDS, subordinada à doutrina de carácter internacional designada por «Personalismo Cristão», representa um «compromisso» estabelecido com congéneres forças políticas europeias. E como a Europa é ainda, a Europa em países divididos, e por interesses contraditórios disputada, poder-se-á inferir que o «compromisso europeu» torna o «lusitano CDS» de outros «CDS» dependente, de interesses estranhos vassalo ou solidário. O «compromisso europeu» não é, nem na expressão política, nem no conteúdo contratual, nem na aspiração ideológica, nem na inspiração doutrinal, um «compromisso português». É uma tomada de posição do CDS como cliente de uma Europa para a qual a evolução política portuguesa e a evolução política peninsular, no seu conjunto, não são indiferentes.

Não é o CDS, bem o sabemos, o único «partido político» que como «europeu» se sente vocacionado. Há demasiada Europa dos «partidos políticos» no horizonte político português de hoje. Fizemos uma arrastada guerra colonial para servir, em apreciável e determinante volume, interesses estranhos. Estranhos uns, porque directamente estrangeiros; estranhos outros, porque interesses parasitários da classe dominante que explorava e oprimia Portugal. E agora quando ensaiamos passos de nação livre, surgem a enlear-nos os «compromissos europeus» e as «vocações europeias».

Tivemos uma «Revolução» para oferecer à Europa. Dela ainda, nos falaram há dias. Mas predominam os varões sem ânimo para enfrentar as dificuldades e os trabalhos. Será mais fácil depender da Europa, merecer a protecção da Europa. A «lição de sapiência» de Melo Antunes não conquistará discípulos. Como cogumelos surdem, crescem e medram as vocações europeias. O CDS tem concorrentes. O PPD terá concorrentes. O PS na descoberta da Europa não estará sózinho.

Mas o perigo grave dos «compromissos europeus» reside no facto, incontestável e negativo, de adiarem a descoberta de Portugal, de virem atrasar a consciencialização e o reencontro que a «perda» dos territórios coloniais tornou inevitável e inadiável.

Continua na pág. 8

O ATAQUE RODESIANO

Moçambique ainda não reagiu mas Samora fala hoje em Pemba

As autoridades moçambicanas ainda não reagiram à brutal agressão do Exército rodesiano a concentrações populares cerca da fronteira e que teriam provocado, segundo porta-vozes do Governo racista de Smith, uns 340 mortos entre guerrilheiros soldados da Frelimo e civis. No entanto, o Presidente Samora Machel, que se encontra em viagem ao Norte, há 10 dias, deve proferir, hoje, um discurso em Pemba, antiga Porto Amélia. Espera-se que seja então conhecida a sua reacção à agressão rodesiana.

Por sua vez, o primeiro-ministro rodesiano Ian Smith deve também pronunciar um discurso na televisão, muito proximamente, sendo certo que não deixará de aproveitar o «êxito» da incursão em Moçambique para tentar levantar o moral dos 260 mil brancos que detêm o poder num país com vários milhões de habitantes.

Aliás, após passarem os primeiros momentos sobre o ataque a Moçambique começam a surgir dúvidas sobre tal «êxito». O bispo Abel Muzorewa, dirigente da ala externa do A. N. C. (African National Congress) e partidário da luta armada contra o regime minoritário racista declarou em Londres, no decurso de uma conferência de Imprensa, que não acreditava «que os 300 africanos que o governo do sr. Smith afirma ter liquidado fossem guerrilheiros pois havia muito poucos operando na área do ataque».

Muzorewa acusou Smith de ter massacrado centenas de civis e destruído aldeias fronteiriças com a Rodésia, antes de reafirmar que a única solução para a Rodésia é a «rendição total de Smith». «A escalada da violência é inevitável», frisou o «leader» do A. N. C. «O recrutamento de mercenários em países como a África do Sul, Bélgica, Alemanha Federal, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Austrália e Nova Zelândia conduzirá a guerra para uma internacionalização que elimina as possibilidades de uma paz imediata.»

Outro dirigente do A. N. C., o secretário da ala interna, Willie Musararwa declarou que os números fornecidos pelo Exército rodesiano «não passam de propaganda para elevar o moral dos brancos». «Quem foi ao acampamento contar os mortos?», perguntou ele. «Se existe algum significado nos números é em termos de intensificar o moral dos brancos.»

Houve poucas notas discordantes entre os brancos do país, a não ser a de Allan Savory, vice-presidente do partido da oposição, para quem esta incursão só servirá para provocar uma escalada política e militar da guerra.

Na realidade, pensam os observadores, a incursão contra os guerrilheiros em Moçambique enterra, talvez definitivamente, a possibilidade de negociações entre o Governo de Salisburia e os nacionalistas africanos.

Tais negociações tinham sido interrompidas no mês passado entre Ian Smith e Joshua Nkomo. Este, que se encontra há semanas fora da Rodésia, teria decidido lançar os seus partidários também na guerra, a partir da Zâmbia.

A tensão criada na África Austral pelo caso rodesiano agravou-se ainda com o anúncio em Pretória e Lusaka de que tropas sul-africanas trocaram tiros de morteiro por cima da fronteira no último sábado.

Este incidente deve, no entanto, ser colocado na perspectiva do debate das Nações Unidas, de 31 de Agosto próximo, acerca da Namíbia, onde se encontram estacionadas as forças sul-africanas frente às posições zambianas.

AGOSTINHO NETO E PORTUGAL

"Não podemos restabelecer as relações sem que cessem os insultos na Imprensa"

LUANDA, 12 — (ANGOP) — «Quem sofreu cinco séculos de colonialismo não poderá aceitar um restabelecimento de relações sem que cessem, de facto, os ataques, os insultos, na Imprensa portuguesa» — afirmou o Presidente da República Popular de Angola, dr. Agostinho Neto, ao referir-se a Portugal no decurso de uma reunião política na cidade do Lobito.

Neto abordou as relações da R. P. A. com outros países, destacando dois pontos: por um lado, a ajuda internacional de vários países amigos, à cabeça dos quais colocou o povo cubano; por outro, o desejo de restabelecer relações com Portugal apontando as dificuldades concretas que o impedem e as condições postas pela R. P. A. «Portugal está entre os países que não compreendem a nossa posição no mundo e a nosssa política, acompanhando, assim, o imperialismo. Portugal, até agora, ainda não encontrou meios para cessar os insultos e os ataques contra a nossa República Popular, nos seus jornais, nos seus cinemas, na sua televisão, enfim em todos os meios de Comunicação Social de que pode dispor» — insistiu Agostinho Neto.

Em função destas afirmações, o Presidente do M. P. L. A. e da R. P. A. manifestou a sua decepção «pela maneira como os responsáveis portugueses conduzem a sua política contra a República Popular de Angola», não obstante o desejo mais uma vez declarado de «normalizar as relações entre Portugal e Angola o mais depressa possível».

O Presidente Agostinho Neto havia-se deslocado esta semana a Benguela para início da campanha da cana-de-açúcar naquela área da jovem República. Na continuação da sua viagem Agostinho Neto esteve no porto do Lobito

Depois de referir as carências de que ainda sofre o povo angolano, nomeadamente nos campos da assistência médica, educação e transportes, o Presidente Neto, salientou que «mesmo nessas dificuldades da nossa vida actual não estamos sózinhos e temos o apoio de muitos países e povos do Mundo».

Sobre a sua recente visita a Cuba, disse o Presidente:

— Fomos recebidos em Havana não como estrangeiros mas como companheiros de luta. Ali, nós sentimos a verdadeira solidariedade, o espírito internacionalista do povo cubano e dos seus dirigentes. Os camaradas cubanos compreendem a nossa luta, as nossas dificuldades e estão prontos a fazer todos os sacrifícios necessários para ajudar a erguer a nossa Pátria angolana. Essa solidariedade do povo cubano é a solidariedade de um povo que compreende o que é o internacionalismo e a luta contra o imperialismo.

PUB

SINDICATO
DA INDÚSTRIA METALÚRGICA
DO DISTRITO DO PORTO

SPÍNOLA

O REGRESSO DO INIMIGO
DOS TRABALHADORES

Regressou o fascista que combateu, ao lado do assassino Franco, a democracia espanhola.

Regressou o nazi, integrado nas hordas hitlerianas na última Guerra Mundial.

Regressou o que planeou o assalto, a Conakry e conivente no assassínio de Amílcar Cabral.

Regressou o chefe da maioria silenciosa do 28 de Setembro e do crime de 11 de Março contra a Revolução portuguesa.

Regressou o comandante do MDLP, organização terrorista responsável por centenas de atentados contra organizações e militantes progressistas.

Camaradas:

Prepara-se a libertação deste criminoso contra o povo. Esta manobra é evidente: dar novos alentos à rede de terrorismo que começava a ser desmantelada.

FIRMES NUMA SÓ VOZ

— Não à libertação dos pides
— Não à libertação do ultracriminoso Spínola!

A Direcção

marrocos
TANGER
· FIM DE SEMANA desde 2.390$ com banho
· UMA SEMANA
CIDADES IMPERIAIS
· UMA SEMANA
PARTIDAS SEMANAIS AOS SÁBADOS E SEGUNDAS-FEIRAS DE ABRIL A DEZEMBRO
· Aviões da Royal Air Maroc
· Bons hotéis, quartos c/ banho
· Alojamento e pequeno almoço ou 1/2 pensão ou pensão comp.
· Transporte aerop./hotel/aerop.
· Qualidade + economia
RESERVE JÁ!

VIAGENS RAWES
Lisboa-Correspondência: R. Bernardino Costa 47
Expediente: Trav. do Corpo Santo 15 Tel. 370231
Faro-Rua Conselheiro Bivar 72 Tel. 23195/6

ARMÁRIOS
ROUPEIROS
ESTANTES
— e quaisquer outros MÓVEIS modernos ou de estilo, por desenhos e medidas executa o fabricante
REQUINTE
MÓVEIS E ESTOFOS
Av. Almirante Reis, 110
(perto da Praça o Chile)

post-scriptum

Até que ponto a «Europa está connosco»?

Quem anda pela Inglaterra, e muito particularmente em Londres, é que pode avaliar até que ponto a «Europa está connosco».

Orgulhoso como sempre fui da minha condição de português, cheguei ao ponto de colar no peito um emblema de Portugal, na esperança vã de que me fossem feitas perguntas sobre o que se passa no meu País.

Tive inúmeros contactos, convivi com pessoas de vários países mas o desinteresse sepulcral era o mesmo que se verificava no tempo de Salazar e Caetano.

A rádio, não fala nem sabe dos problemas que nos afligem.

A televisão, que no tempo do «terrorismo gonçalvista» chegava ao ponto de dar programas especiais sobre Portugal, já não se digna nem sequer falar dos perigos a que estamos sujeitos.

Nos jornais, e durante o espaço de 15 dias, apenas apareceu a tomada de posse do Governo do dr. Soares, umas pobres 15 linhas do «Evening Standard» atiradas para o canto mais obscuro.

A Europa só esteve connosco para desestabilizar o projecto de socialismo que tínhamos traçado e também esteve connosco para dividir o Conselho da Revolução e os militares.

Agora, votam-nos a um novo tipo de ostracismo já que Portugal não oferece as mesmas condições para os investimentos chorudos. Essa história da Europa estar connosco serve apenas para consumo interno e faz-me lembrar aqueles remédios miraculosos para sarar aqueles que vão às feiras mostrar as chagas que nos aparecem.

Fernando Giesta
— PORTO

Neste País de relatórios quando é que se dirá a verdade toda?

Depois do 25 de Abril o M.F.A. e as forças progressistas procuraram levar a cabo uma obra de esclarecimento contra o obscurantismo secular. E o povo aceitou-a. Mas as lutas pelo poder político e a sabotagem da reacção não a deixaram prosseguir.

Assaltaram os jornais democratas então surgidos por vários lados e ficou reforçada, em quantidade a virulência, a Imprensa reaccionária espalhada por montes e vales.

E, entretanto, continua sem ser dado um esclarecimento que todos esperávamos e a que temos direito: o dos crimes do fascismo e tudo quanto se passou com o processo da descolonização.

Quando é que se explica a homens tão mal esclarecidos quem são os verdadeiros responsáveis pela situação a que se chegou, e quem é que levou a «embarcar» esses homens num êxodo tão apressado (pelo menos, em grande parte) e ainda tão obscuro?

A este propósito da descolonização recordo aqui um episódio ocorrido há uns 35 anos numa ex-colónia portuguesa, e de que vim a tomar conhecimento por dever do ofício: surgiu um caso de indisciplina colectiva (que era uma rebelião camuflada) com soldados nativos; nas averiguações concluiu-se, sem sombra de dúvida, que o caso era fomentado por um «doutor» oriundo de Goa, cacique local da confiança do Governo, presidente da Câmara e da União Nacional, reitor do liceu e alto explorador colonialista.

Os soldados foram julgados e punidos, mas o «cacique» continuou com os seus altos cargos e veio mais tarde a acabar seus dias bem instalado em Lisboa, como íntegro «patriota» e fiel servidor do fascismo.

Como este, tantos outros donos da «quinta» d'aquém e d'além mar continuam saudosos, a falar em «traições»... que eles, sim, sempre praticaram contra os interesses deste povo. Mas, sempre como «bons patriotas»!

Neste país de relatórios, quando é que se dirá a verdade toda?

V. Marques
— LISBOA

Privilégios e compadrios

É triste verificar como certas empresas continuam, como no tempo do fascismo, a monopolizar empregos para familiares dos seus empregados. Temos como exemplo a C.P., Telefones, Carris, etc., etc.

Como temos uma C.P. com um défice de 3,2 milhões de contos, eu pergunto se serão os nove milhões de portugueses que vão pagar esse prejuízo, ou se serão os familiares dos ferroviários (como aliás seria justo), visto que só eles têm acesso a postos de trabalho naquela empresa.

Se somos nós todos que pagamos os prejuízos da exploração dessas empresas, também seria lógico que todos tivéssemos as mesmas possibilidades de nos candidatarmos aos postos de trabalho, o que não acontece.

Por tudo isto apelo a quem de direito, e muito especialmente ao Ministério dos Transportes e Comunicações, para que sejam tomadas medidas no sentido de se acabar com estas discriminações. O sol quando nasce é para todos... e já não estamos no tempo em que os portugueses eram classificados de brancos de primeira e de segunda.

Manuel de Oliveira
— GAIA

TERREIRO DO PAÇO, UM PRETEXTO

PEDRO VIEIRA DE ALMEIDA

Creio valer a pena um debruçar mais atento sobre o Terreiro do Paço e a — infelizmente pequena — polémica que o problema da sua cor levantou, já que através das várias opiniões defendidas se pode ver muito para além do caso Terreiro do Paço em si mesmo, e começar a separar tipos e grus de entendimento da arquitectura, atitudes perante o património, opções críticas sobre a cidade, conceitos sociológicos e teóricos, mais ou menos fundamentais, mais ou menos fundamentados.

Foi a polémica iniciada por Formosinho Sanchez em 20 de Março, seguiu-se uma resposta de José Tudela em 27, continua-se em 3 de Abril através de um esclarecimento de Maia e Costa, voltando Formosinho Sanchez a escrever em 15 de Maio, todos no «Expresso».

Há depois um contributo em 18 e 19 de Maio de Fernando Batalha e Sousa Fadigas em «A Luta» e ainda um último artigo de J.A. França em 20 de Julho no «Diário de Lisboa».

As propostas de cor variaram: branco para Formosinho Sanchez, vermelho-tijolo para José Tudela, cor-de-rosa para Maia e Costa, ocre para Batalha e Fadigas. Ocre também para J. Augusto França.

Não pretendo entrar agora na discussão da cor em si, mas sim tentar enquadrar a maneira como cada participante justificou a escolha. E aqui penso poder separar os dois contributos mais extremados que podem servir de paradigmas de dois tipos de atitude perante o problema: o de Formosinho Sanchez e o de J. Augusto França o primeiro abrindo a discussão, o segundo a rematá-la.

Com Formosinho Sanchez estou em total desacordo na sua proposta concreta, mas aceito genericamente a sua posição teórica. Com J. Augusto França pelo contrário estou de acordo com a proposta formulada e profundamente discordo da posição teórica que a pretende justificar.

Defende Formosinho Sanchez o branco. Os argumentos com que o faz não me parecem relevantes, e altamente suspeitosos me surgem, que aquele cientismo e rigor que propõe, quer «as leis puramente objectivas e concretas» de composição e cor que diz existirem, quer as afinidades encontradas entre uma «pureza de cor» e uma «pureza de arquitectura» admitindo aqui que sabemos do que falamos, quando transpomos para valores éticos a nebulosidade das nossas sensações plásticas imediatas.

Parece aqui afinal que nada na posição de Formosinho Sanchez coincide com os meus pontos de vista. Penso que não e sublinho um aspecto que me faz aceitar a posição de Formosinho: quando ele propõe o branco como cor desejável, ele sabe que essa cor por redução quer de contrastes de materiais, quer de luminosidade própria, quer de grau de definição de perfis, tornaria a envolvente arquitectónica do Terreiro do Paço mais blocada e formalmente mais espessa, perdendo em clareza de recorte o que ganharia em afirmação de massa.

Mas o que Formosinho Sanchez está implicitamente mas de facto a propor ao lançar a ideia do branco, é que se faça uma leitura aberta do Terreiro do Paço. Está a convidar (e a executar ainda que as suas propostas finais possam ser erradas) a que se faça da estrutura ali existente, uma leitura actual viva e interveniente.

J. Augusto França propõe o ocre, com o que eu concordo embora por razões que estão fora do âmbito deste artigo, mas para fundamentar esta opção, ele socorre-se de uma atitude teórica da qual inteiramente me dissocio.

Preservar, todos pensamos que se deve preservar o Terreiro do Paço. Mas o **como** dessa preservação ou até o que critica e conceptualmente essa preservação quer dizer, aí está a grande divergência.

Neste momento é o Terreiro do Paço que surge como problema concreto a debater, mas a indefinição vocabular e conceptual é prática corrente nestes assuntos; e nas reuniões internacionais até representa recurso algo cómodo, por permitir chegar a aparentes conclusões comuns, que por sua vez permitem votar recomendações que embora talvez bem intencionadas, se revelam desde logo necessariamente inoperantes e enganosas, mas amáveis e diplomáticas em extenso.

Gostaria de esclarecer um primeiro ponto: mudar a cor do Terreiro do Paço não é a mesma coisa que mudar-lhe a forma. Por umas razões ou por outras a estrutura formal do Terreiro do Paço comporta uns panos de alvenaria rebocada, enquadrada e perfeitamente definida por elementos de cantaria. A alvenaria precisa de ser periodicamente pintada com intervalos relativamente curtos e uma alteração da cor com que teria sido pintada inicialmente, não implica uma reformulação estrutural da envolvente da praça.

A própria hesitação de Manuel da Maia nas cores de Lisboa que J. Augusto França cita, é significativa de um largo leque de possibilidades que ele próprio admitiria. E o exemplo da maneira como o Pombalino recebeu os azulejos oitocentistas, é flagrante das potencialidades da sua estrutura formal. E note-se que essas po-

Continua na pág. 4

ITÁLIA

MARCHA LENTA NO CAMINHO PARA UM GOVERNO DE COLIGAÇÃO COM O P.C.I.?

DINO AMICI

ROMA (IPS) — O novo presidente do Conselho de Ministros, o democrata-cristão Giulio Andreotti, apresentou no dia 4 o seu gabinete à Câmara de Senadores e posteriormente, à Câmara de Deputados. A Carta-Magna italiana estabelece a obrigatoriedade de, depois do juramento diante do presidente da República, o Governo se apresentar ante as duas câmaras do Parlamento para obter o voto de confiança, ficando só então definitivamente constituído.

No momento da posse do novo Governo as circunstâncias do país são extremamente difíceis tanto económica como política e socialmente. A Itália atravessa, como os demais países industrializados do Ocidente, uma duríssima crise económico financeira, da qual poderá sair (como o demonstram já cer os exemplos) se a situação política melhorar e se estabilizar definitivamente.

A estabilidade e a melhoria da situação política dependem, porém, da atitude dos dois maiores partidos italianos, o Democrata-Cristão e o Comunista, que após as últimas eleições para a renovação do Parlamento (20 de Junho último) se transformaram nos únicos árbitros da situação, uma vez que os demais partidos moderados do centro, e o próprio Partido Socialista, perderam tantos votos que a sua intervenção na vida política se tornou praticamente nula.

A bipolarização da vida política italiana entre a Democracia-Cristã e o Comunismo obriga a uma nova forma de análise do panorama nacional. Até há pouco, e desde o fim da Segunda Guerra Mundial, sobre o que passaram trinta anos, a maioria (na realidade maioria relativa, ou maior-minoria) esteve sempre nas mãos da Democracia-Cristã, que se valia alternadamente dos vários partidos menores para formar Governo. Estas coligações foram do centro nos primeiros tempos e do centro-esquerda nos últimos treze anos, salvo uma breve excepção em 1973 — um governo centro-direita presidido justamente por Andreotti.

Os governos de centro-esquerda eram constituídos pela Democracia-Cristã com os partidos Socialista, Social-Democrata e Republicano. Apesar desta realidade os socialistas tinham manifestado repetidamente a sua preocupação face às dificuldades que atravessava o país e à maneira equivocada como, na opinião dos socialistas, a Democracia Cristã as enfrentava.

Argumentando com estas razões o Partido Socialista Italiano (PSI) abandonou há meses, a coligação de centro-esquerda, limitando-se ao apoio parlamentar. No final do ano passado resolveu retirar até mesmo este limitado apoio.

A decisão socialista provocou uma crise, originando de imediato a queda do governo «bicolor» Democrata-Cristão-Republicano, presidido por Aldo Moro e apoiado do exterior por socialistas e sociais-democratas. Posteriormente a irredutível decisão socialista provocou a dissolução, com um ano de antecedência, da anterior legislatura, e a consequente convocação das eleições para sua renovação. Os socialistas estavam convencidos de que nas novas eleições obteriam um aumento de votos entre os 14 e os 20 por cento. Este aumento de votos, que segundo os socialistas seria obtido em prejuízo da diminuição correlativa da Democracia-Cristã, permitir-lhes-ia então, na qualidade de terceiro partido da nação, uma intervenção determinante no futuro político italiano.

No entanto os eleitores, no momento de se dirigirem às urnas, econtravam-se frente a uma situação económica extremamente grave, mas também perante uma situação política decisiva. A consequência foi, pelo contrário, uma concentração do voto nos partidos maiores, ou seja naqueles que poderiam transformar o voto em peso político. A isto acrescentou-se o temor de certos sectores internos e externos quanto a um possível aumento dos votos comunistas, temor esse que provocou um afluxo de votos em direcção da Democracia-Cristã e em detrimento dos partidos menores do centro, Social-Democrata, Liberal e Republicano.

Desta nova situação de polarização nasceu a impossibilidade de se voltar às coligações de centro-esquerda, tanto pela diminuição dos votos necessários no Parlamento como pela firme decisão dos socialistas de não mais participarem desta forma de aliança política. Agora o eixo do jogo prossegue entre a Democracia-Cristã, que continua a ser a «maioria relativa», e o Partido Comunista Italiano (PCI), o maior partido da oposição, que segue muito de perto o partido católico.

Os dois grandes partidos assemelham-se na composição popular das bases mas separam-se radicalmente nas suas concepções políticas. Aproxi-

Continua na pág. 4

Geral

A caminho da coligação com o P.C.I.?

Continuação da pág. 3

mam-se devido ao antigo desejo comunista de formar governo entre os dois maiores partidos («Compromisso Histórico»), mas encontram-se separados pela atitude dos democratas-cristãos, que não aceitam compartilhar as vantagens do Governo.

No entanto, posteriormente às últimas eleições, a situação modificou-se substancialmente na Itália. Em primeiro lugar a Democracia-Cristã, embora continue a ser o maior partido da nação, não está em condições de governar sozinha, já que no Parlamento a oposição supera amplamente a sua força. Obviamente esta situação obriga a um acordo com o Partido Comunista, uma vez que não seria suficiente um simples acordo aritmético com os demais partidos menores.

Na realidade, de uma forma parcial já existe acordo com o Partido Comunista desde há algum tempo. Com efeito são numerosos os governos locais, regionais, provinciais ou municipais em que os comunistas constituem uma fracção importante, senão mesmo maioritária. Foram também numerosos os actos governativos e leis sancionados com o apoio expresso ou tácito do Partido Comunista.

Agora é o momento de se dar um importante passo neste sentido. Trata-se de «oficializar» esta cooperação existente desde há muito, transformando-a de administrativa em política. Este é o principal obstáculo, pois enquanto as coisas se limitam ao nível administrativo é fácil mantê-las na semiobscuridade, mas ao nível político isso torna-se impossível. Ao nível político a colaboração entre a Democracia Cristã e os comunistas deverá obrigatoriamente ser transparente, pública, surgindo aqui as maiores dificuldades. A Democracia Cristã não pode de repente abandonar uma política anticomunista aberta, velha de trinta anos. Não pode de repente «trair» o seu eleitorado, ao qual, semanas atrás, convidava a votar contra o comunismo assegurando que ela era a liberdade e o seu opositor a escravidão.

Apesar disto a Democracia-Cristã não pode governar hoje sem um entendimento com o Partido Comunista. Esta é provavelmente a razão da constituição do Governo Andreotti, que apesar de já ter presidido um governo de centro-direita deverá agora presidir o primeiro governo de entendimento com os comunistas. Andreotti é, com efeito, considerado um político extremamente hábil e inteligente, ou mesmo maquiavélico e sem escrúpulos, segundo alguns.

Poderá Andreotti realizar o impossível? Por outras palavras, poderá obter o aperfeiçoamento, e a manutenção de um governo «monocolor» (composto apenas por democratas-cristãos), criado recentemente após receber a confiança da Câmara dos Deputados? Tudo depende da atitude dos comunistas que, ao contrário do que se poderia supor, não estão muito mais à vontade do que os democratas-cristãos frente a esta nova e complexa situação.

De facto, se por um lado o partido católico terá imensa dificuldade em promover a aceitação pelos seus eleitores de um eventual acordo com os comunistas, também os comunistas terão grandes problemas para convencer os seus eleitores da vantagem de continuar na oposição apoiando de um modo relativamente aberto o inimigo da véspera, a Democracia-Cristã. No entanto é bastante provável que as coisas aconteçam assim, simplesmente porque não existe outra saida na actual situação política italiana. A D. C. não pode governar sozinha e o PCI não pode aparecer como o responsável da perda de uma oportunidade histórica, tanto para transformar radicalmente a situação do país como para entrar definitiva e claramente na área do Governo.

São estas as considerações que levaram os comunistas à abstenção (o que no fundo valeu por uma verdadeira aprovação) no tocante ao governo e ao programa político e económico apresentado por Andreotti. O momento é sumamente importante, não apenas a nível interno como para toda a Europa e talvez para todo o mundo: será o início da concretização de um governo de tácita coligação com os comunistas, ou seja, a aplicação prática das doutrinas, nascidas na própria Itália, do «Eurocomunismo».

Turicoop organiza Seminário do Turismo Social

A intensificação do intercâmbio internacional de trabalhadores e da juventude, bem como a definição de uma política que vise o incremento do turismo social, são alguns dos temas a tratar no Seminário Nacional de Turismo Social e Juvenil, a realizar em Lisboa nos dias 2 e 3 de Outubro, por iniciativa da Turicoop.

O encontro analisará o programa preliminar de actividades de turismo social e juvenil. Serão também apresentados e discutidos vários assuntos ligados ao sector turístico.

Terreiro do Paço, um pretexto

Continuação da pág. 3

tencialidades asseguram uma modernidade ao Pombalino nem sempre possível noutras situações.

Mas será mesmo assim a cor, um elemento que criticamente estruture o Pombalino? Direi que não, que os elementos são outros e que a cor de conotações ideológicas que J. Augusto França diz existir, não significa senão o enquadramento ideológico com que França enquadra o Pombalino. O Pombalino de J. Augusto França é ocre, ficamos a saber, mas o Pombalino em si não o é, ou não o será sempre.

Assim o Terreiro do Paço **está lá**, naquilo que pode estar na sua estrutura formal e construtiva; o pintar-se de uma maneira ou de outra os seus rebocos já não diz respeito à situação sociocultural do séc. XVIII, mas diz respeito à situação socio-cultural do séc. XX, e à nossa maneira de viver e de viver também o Pombalino.

França refere-se com bastante severidade a uma «consulta populista» que teria sido levada a efeito sobre o assunto.

Uma consulta assim organizada seria criticamente absurda sem dúvida, e na história da arquitectura já existem alguns enganos lamentáveis, a fazerem meditar com prudência sobre a bondade do método.

Mas o que é surpreendente, é que tanto quanto sei ninguém propôs ou levou a cabo tal consulta. E o mais curioso é que quando J. Augusto França diz que a cidade de Lisboa é o verdadeira responsável da Praça do Comércio, para além de burocracias e leis, nós podemos perguntar se não estará ele aí a propor uma via populista. De facto que se pode neste contexto entender por «cidade de Lisboa»?

A «ciência histórica» o «conhecimento objectivo», encarados como J. Augusto França nos parece alternativamente propor, será duvidoso que não nos levem a passos largos por uma via academizante em tudo o que se ligue a património cultural, sobretudo se ligado à cidade que sem populismos é necessariamente **hábito popular**, e cada vez mais convirá que o seja.

O cor-de-rosa que cobre agora o Terreiro do Paço, mais rosa-bébé do que um aristocrático rosa-velho, tem para mim a vantagem talvez única mas fundamental, de vincar uma liberdade que é criticamente legítima, teoricamente correcta, culturalmente indispensável, e mais, até de grande oportunidade, se se considerar que podem permanecer perante o património e perante a cidade, tendência «objectivas» que pelo menos são potencialmente esclerosantes de um usufruto culto, alegre, vivo, de um património cultural e urbano.

Volto ao princípio. Concordo com o J. Augusto França pela escolha do ocre, mas por outras razões que aqui não vale a pena enunciar. Mas os argumentos que França invoca, esses rejeito-os totalmente, acho-os perigosíssimos por poderem criar doutrina e serem facilmente generalizáveis, respondendo nessa generalização às pequenas inseguranças de quem se não arrisca a viver no seu tempo.

Discordo de Formosinho Sanchez na proposta da cor, mas acho que ele assume ao propô-la uma atitude que penso fundamental, e que o cor-de-rosa com que acabou por ser pintado o Terreiro do Paço, vem a reforçar de maneira indiscreta, e ainda bem.

Preservação cultural de todo em todo não pode ser o arrecadar em baús prudentemente naftalinizados, do enxoval da cultura nacional mas sim olhar criticamente o passado em termos da nossa situação actual, em termos sociais e de cultura do presente. Do presente que inevitavelmente teremos de ser.

Museu dos Coches abriu ao público

Já se encontra aberto ao público o salão principal do Museu dos Coches, em Belém, que poderá ser visitado dentro do seu horário normal, das 10 às 18 e 30, excepto às segundas-feiras e feriados nacionais.

O museu, conforme noticiámos, esteve encerrado durante alguns meses devido à derrocada de uma parede que provocou estragos no interior. Concluidas as obras, os coches estão agora novamente em exposição.

Veleiro "Mirceia" entrou no Tejo

Atracou esta manhã à doca da Marinha o veleiro «Mirceia», que traz uma guarnição de 187 oficiais, sargentos, marinheiros e alunos, e é comandado pelo capitão de mar-e-guerra Alexandre Hirjan.

O «Mirceia», que desloca 1630 toneladas e tem 81 m de comprimento, pertence à marinha de guerra romena, deve largar de Lisboa amanhã ao fim da tarde.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE CERÂMICA, CIMENTOS E SIMILARES DOS DISRITOS DE LISBOA, SANTARÉM E PORTALEGRE

COMUNICADO

O SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS IND. DE CERÂMICA, CIMENTOS E SIMILARES DOS DISTRITOS DE LISBOA, SANTARÉM E PORTALEGRE, PROTESTA E REPUDIA O REGRESSO DE SPÍNOLA E EXIGE ÀS ENTIDADES RESPONSÁVEIS, A PRISÃO E JULGAMENTO IMEDIATO DESTE FASCISTA, E TRAIDOR DO POVO.

A TODOS OS TRABALHADORES APELAMOS !

— **UNIDADE E FIRMEZA**

— **UNIDOS VENCEREMOS**

A DIRECÇÃO

CURSOS COMPLEMENTARES

DO ENSINO TÉCNICO

(PARA ALUNOS C/ CURSOS GERAIS TÉCNICOS)

ACESSO DIRECTO AO ENSINO SUPERIOR

EXTERNATOS

Marquês de Pombal
Rua Morais Soares, 93
Tels. 820221/834658

Álvares Cabral
Avenida Grão Vasco, 1
(Benfica) T. 706974/5

PREPARATÓRIO - LICEAL
(GERAL E COMPLEMENTAR)

ADM. UNIVERSIDADE
(EXAMES «AD HOC» — Maiores de 25 anos)

PUB

SINDICATO DOS METALÚRICOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

O TRAIDOR REGRESSOU!

1 — O regresso da sinistra figura de ANTÓNIO DE SPÍNOLA, não pode deixar de preocupar todos os trabalhadores e anti-fascistas portugueses.

Envolvido na tentativa de Golpe constitucional em Junho de 1974 aquando Presidente da República; na intentona reaccionária da «maioria silenciosa» em 28 de Setembro de 1974; na tentativa de Golpe reaccionário de 11 de Março; confesso dirigente do ELP-MDLP, responsável pelos inúmeros atentados bombistas (conforme as recentes prisões têm demonstrado). Eis, a traços largos, o passado recente de Spínola.

Homem de confiança do imperialismo e dos monopólios; executante duma política de terror e crime com o fim de destruir a democracia, ANTÓNIO DE SPÍNOLA só pode merecer um titulo :

— **TRAIDOR !** —

2 — O regresso de Spínola insere-se na ofensiva da reacção que, nas últimas semanas, tem libertado dezenas de torcionários da ex-PIDE/DGS (entre eles o famigerado SACHETTI), e reintegrado outros nas suas anteriores funções.

O regresso de ANTÓNIO DE SPÍNOLA só se compreende à luz de compromissos anteriormente assumidos e garantias dadas sobre a sua libertação...

Se houve compromissos, quem os fez ?

3 — Lembrando ao Governo o compromisso assumido de defender a democracia e pôr cobro ao terrorismo;
Lembrando ao Conselho da Revolução o seu papel de defesa e garante da democracia, conforme o espírito do 25 de Abril;
Lembrando ao Presidente da República o compromisso assumido de defender a constituição.

O SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SETÚBAL — ciente de falar em nome dos seus 30 000 associados — exige :

— Que cessem as libertações dos torcionários da ex-PIDE/DGS, responsáveis por inúmeros crimes;
— Que o traidor SPÍNOLA continue detido até ao seu julgamento;
— Que continui as averiguações — até às últimas consequências — sobre a actividade dos terroristas.

ABAIXO O FASCISMO !

UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS !

Barreiro, 11 de Agosto de 1976

O SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

Nacional

SPINOLA FOI LIBERTADO ESTA NOITE

P.J.M. não encontrou "indícios de culpabilidade"

. Apesar da enorme vaga de protesto popular, o ex-general Spínola foi hoje libertado, segundo informa uma nota do EMGFA, por não existir fundamento legal para manter a sua prisão e por não existirem indícios suficientes de culpabilidade, pela sua participação no golpe contra-revolucionário do 11 de Março.

Às 4 da manhã, Spínola abandonou a prisão de Caxias tendo-se dirigido para a sua nova residência em Lisboa, situada num moderno prédio do bairro dos Açores, perto do Arco do Cego e que se encontrava esta manhã debaixo de rigorosa protecção policial.

Segundo fontes normalmente bem informadas o ex-presidente poderá dirigir-se nos próximos dias para o Buçaco, para passar um período de férias na estância termal que costuma frequentar e onde já tem quartos reservados.

A entrada de Spínola em Portugal e a sua posterior libertação provocou alguma movimentação nos sectores políticos nacionais. Assim o primeiro-ministro Mário Soares deslocou-se ontem, depois da sessão da Assembleia da República, ao Conselho da Revolução, acompanhado pelo tenente-coronel Firmino Miguel e pelo coronel Costa Brás, ao que se sabe para se inteirar das posições daquele órgão da soberania sobre a chegada de Spínola.

A libertação de Spínola, embora esperada, foi envolvida em certo clima de expectativa. Com efeito, depois de ouvir o ex-general, que a opinião pública e os factos apontam como responsável pelo 11 de Março e por deserção do Exército e de desvio de dois helicópteros da Força Aérea para Espanha, o juíz-instrutor da Polícia Judiciária Militar considerou que não existiam «indícios suficientes de culpabilidade», pelo que mandou libertar Spínola. No entanto este foi mantido preso, à ordem dos Serviços de Informação Militar, para averiguação da sua «participação nas delituosas actividades do MDLP» e de uma «eventual tentativa de aquisição de armas de guerra com objectivos igualmente ilícitos», segundo revela a nota do EMGFA. No entanto, e segundo a mesma nota, «não existe nenhum fundamento legal para manter detido o cidadão António de Spínola, razão pela qual foi libertado.»

MANIFESTAÇÃO

Entretanto, dos mais variados sectores fazem-se ouvir os veementes protestos pela entrada de Spínola. Para amanhã à tarde os GDUP's convocaram para a Praça do Comércio, às 19 horas uma manifestação de protesto, que já recebeu o apoio da LCI, que ontem realizou, no Cais do Sodré, a sua manifestação, sem que tivessem ocorrido quaisquer incidentes apesar da proibição expressa do governo civil, por não cumprimento das formalidades legais.

Partidos políticos e organizações dos trabalhadores manifestam também o seu protesto pela chegada de Spínola, associando-se assim às posições que desde anteontem têm sido tornadas públicas. O Movimento Socialista Unificado, considera Spínola como «uma peça da monstruosa máquina fascista que é hoje oleada para amanhã pôr fim às liberdades dos trabalhadores», realçando a necessidade de «erguer uma poderosa barreira que, unindo todos os antifascistas, responda com firmeza a mais esta agressão».

Também várias correntes do movimento sindical se têm manifestado unanimemente contra o regresso de Spínola, tomando posições que identificam a entrada de Spínola em Portugal com um avanço da direita e com a libertação dos pides. O Sindicato dos Têxteis, afirmando que permitir a entrada de Spínola é como abrigar uma serpente venenosa na nossa cama, considera-a como «uma provocação directa aos trabalhadores portugueses, especialmente àqueles que no 11 de Março assistiram angustiados ao bombardeamento do RALIS e ao assassínio do soldado Luís».

Enquanto que o Sindicato dos Trabalhadores de Cerâmica, Cimentos e similares de Lisboa, Santarém e Portalegre protesta contra o regresso do ex-general, o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa afirma que a entrada de Spínola constitui um perigo acrescentado para a Democracia, a Liberdade e as Conquistas dos Trabalhadores». O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, na base dos mesmos considerandos, exige do Conselho da Revolução medidas concretas que conduzam ao imediato e exemplar julgamento dos responsáveis políticos pela ditadura fascista, e avisa os órgãos do poder de que os trabalhadores se oporão, intransigentemente, de forma organizada, a que o ex-general Spínola seja posto em liberdade sem prévio e rigoroso julgamento».

O Secretariado da Cintura Industrial de Lisboa exige «que este traidor e todos os criminosos que ao longo destes dois últimos anos têm levado a cabo actos terroristas contra a nossa jovem democracia sejam presos, julgados e severamente castigados».

SIDERURGIA

A comissão de trabalhadores e os delegados sindicais da Siderurgia Nacional, depois de terem ponderado «a grave situação que se está a viver em Portugal com o regresso de Spínola», exigiram, em moção que será entregue hoje aos principais órgãos do poder, «que este traidor e todos os criminosos, que com actos terroristas contra trabalhadores, organizações de trabalhadores e partidos políticos progressistas, tudo têm feito para acabar com a nossa jovem democracia, sejam presos, julgados e severamente castigados».

E advertem: «Os trabalhadores da S.N. estão unidos e vigilantes e saberão responder àqueles que atentam contra os seus interesses, ou sejam, os de todos os trabalhadores em geral». A moção acusa Spínola de ser «um dos responsáveis do MDLP, organização terrorista inimiga da democracia e do socialismo».

PARALISAÇÃO NA SETENAVE

Entretanto na Setenave, que paralisou esta manhã entre as 9 e 30 e as 11 e 30, como forma de protesto pelo regresso de Spínola, reuniram ontem também a comissão de trabalhadores e os delegados sindicais para «analisar as actuais medidas tomadas pelos órgãos de soberania ao libertarem pides e os mais responsáveis pelo terror que sofreu o Povo Português, ao libertarem responsáveis pelas tentativas golpistas». Exigiu-se que Spínola «seja mantido em prisão e julgado como golpista, e que sejam também julgados os seus cúmplices, que sejam presos e julgados os pides, a libertação dos quais é uma afronta grave aos sentimentos democráticos e antifascistas do nosso povo».

Foi ainda decidido realizar-se hoje às 15 horas um plenário geral de trabalhadores ao mesmo tempo que se entendeu «pressionar os órgãos do poder para que as suas exigências sejam cumpridas».

GDUP's CONVOCAM "MANIF" PARA AMANHÃ

PORTO, 12 —

. Os G.D.U.P.'s convocaram para amanhã, pelas 19 horas, uma manifestação de protesto pelo regresso de Spínola, de forma que fique «bem claro que todo o povo trabalhador está em luta contra o seu regresso». A concentração está marcada» para a Praça General Humberto Delgado.

No comunicado que acompanha a convocatória o executivo distrital provisório de Unidade Popular no Porto considera que se Spínola regressa «é porque tem garantias de total impunidade, é porque sabe que não vai ser o povo a julgá-lo, mas que está protegido pelos grandes senhores do poder político-militar». Salienta ainda que «enquanto os responsáveis do 11 de Março passeiam livremente e foram reintegrados nos seus postos, o general Otelo e outros militares do povo são caluniados e privados da sua liberdade».

Face ao avanço do fascismo considera aquele executivo distrital que «mais do que nunca temos de cerrar fileiras como no 28 de Setembro e no 11 de Março. Só a força da unidade popular pode impedir o avanço dos fascistas».

Quem os protege?

J. Cândido de Azevedo

. Como qualquer cidadão português residindo no estrangeiro, António Ribeiro de Spínola, ex-general, regressou a Portugal. Simplesmente, António Ribeiro de Spínola, ex-general, não é um cidadão qualquer, nem regressou de uma qualquer viagem, ou estadia, mais ou menos longa, além fronteiras. António de Spínola, ao pisar de novo a nossa terra, pôs termo a um exílio que ele próprio procurou, e onde, conluiado com oficiais das Forças Armadas que o seguiram no exílio, e com outros fascistas que já lá se encontravam, com pides e rapazotes, dirigiu, através do MDLP-ELP, que criou, organizou e instigou outros cidadãos, residentes em Portugal, à prática, clandestina, das piores actividades a que um qualquer cidadão se pode dedicar.

Assim as liberdades democráticas fundamentais foram varridas de algumas regiões do país, especialmente no Norte e Centro. Assim sedes de partidos de esquerda, do PCP ao PS, passando pelo MDP-CDE, UDP e pela LCI, sindicatos, cooperativas culturais, locais de trabalho, residências particulares e simples automóveis, forma vítimas das actividades clandestinas e terroristas do MDLP-ELP. No total, mais de quatrocentos atentados; várias dezenas de feridos; oito mortos; muitos milhares de contos de prejuízo. Para não falar na dor moral de quantos choram os entes queridos assim sacrificados, perdas sempre irreparáveis, e o medo em que muitos outros têm vivido, receosos das ameaças que pendiam sobre os militantes de esquerda em Portugal.

Em certo sentido, nem a PIDE ousou tanto.

O chefe do MDLP-ELP regressou a Portugal. Eis o «herói» que temos entre nós.

Como um cidadão qualquer, foi preso e conduzido para Caxias, onde prestou algumas declarações. Sinal dos tempos (?), inconsciência de muitos (?), cumplicidade de alguns(?), ainda António Ribeiro de Spínola, ex-general, estava a transpor os portões de Caxias e já publicamente se anunciava como provável a sua libertação, mais ou menos condicional, de Caxias. Está entregue à Justiça, assim se diz. E parece que terá que prestar contas dos seus actos. Ousamos esperar que sim. Porque António de Spínola não é um cidadão qualquer. E, se porventura, assim não fosse, como poderia a Justiça deste país pedir contas a quem quer que seja? Como poderia voltar a prender qualquer assassino, um ladrão de automóveis, um simples carteirista?

António de Spínola não é um cidadão qualquer, nem fugiu do país vítima de qualquer injusta perseguição.

No dia 11 de Março de 1975, Spínola dirigiu um golpe de Estado, ou, pelo menos, como declarou recentemente ao «DL» o capitão Sousa e Castro, uma rebelião militar: «Houve uma unidade da Força Aérea que atacou uma unidade do Exército; há um morto, vários feridos; aviões ameaçaram a Presidência da República, chegaram a picar sobre o gabinete do Presidente da República». À pessoa que dirigiu esta rebelião temos que lhe pedir contas «Até porque, se eles tivessem ganho, se tivessem assumido o poder político, naturalmente teriam instalado aqui uma ditadura de direita, teriam até liquidado, fuzilado uma série de pessoas». É particularmente oportuno recordar estas palavras do capitão Sousa e Castro, porque se continua a assistir a esforços desesperados da parte de alguns para o negarem. De Portugal, Spínola fugiu com muito material de guerra: armas, helicópteros, e não só. Por muito menos há muita gente nas cadeias.

António Ribeiro de Spínola, ex-general, não é pois um cidadão qualquer. Nem um simples caso de «justiça militar», que terá porventura as suas razões, mas que a força da razão de anos de luta contra o fascismo, e contra o colonialismo, e contra as guerras coloniais, e pela construção de um país novo, de justiça social, não entende.

É certo que a libertação condicional ou provisória de Spínola não seria a primeira de que beneficiavam cidadãos com responsabilidades muito idênticas às do ex-general. Um Sanches Osório e um Almeida Araújo, depois de haverem partilhado com Spínola a direcção do MDLP-ELP, voltaram a Portugal, encontrando-se em liberdade (condicional? provisória? definitiva?), e em plena actividade... política.

Mas, Spínola, pelo próprio papel de aglutinador de todas as forças fascistas no estrangeiro, e de incontestado seu primeiro dirigente, é como que o símbolo para os antifascistas portugueses do rosto da reacção terrorista.

Neste país onde é perigoso, e poderá custar caro em termos de «carreira», apontar os critérios diferentes de justiça, a justiça que a razão não entende e que a coerência antifascista não aceita, queremos ainda permanecer íntegros e apontar comportamentos, critérios e decisões inaceitáveis no Portugal novo que pretendemos construir. Nem a Pide nem as forças coloniais, nem os dinheiros dos senhores do fascismo nos vergaram. Não será hoje que outros o conseguirão.

Num país onde em nome da Justiça se impede Otelo de Carvalho de ir a Setúbal, os bombistas começam a ser presos, mas os dirigentes da organização se encontram em liberdade, algo vai mal.

Spínola tudo se permitiu desde o 11 de Março de 1975. E o ter regressado quando o Governo P.S., em que tantos trabalhadores confiam, passava a «prova» da Assembleia e se prepara para governar, não terá sido das acções menos negativas do negativo Spínola, ex-general.

PUB

SINDICATO DA INDÚSTRIA METALÚRGICA DO DISTRITO DO PORTO

AOS TRABALHADORES METALÚRGICOS AO SERVIÇO DAS EMPRESAS ABRANGIDAS PELO C.C.T. FABRICANTES DE MATERIAL ELÉCTRICO

FÉRIAS EM 1976

Ficou acordado o seguinte texto para o período de férias a gozar em 1976:

1). Aos trabalhadores que em 1 de Janeiro de 1976 venceram o direito a 18 dias úteis de férias as empresas concederão, nas condições a seguir estabelecidas 30 dias de férias em substituição do período vencido.
2). Até 15 dias após a entrada em vigor deste contrato mas não podendo ultrapassar o dia 31 de Outubro de 1976, as empresas organizarão um plano de férias, complementar do oportunamente organizado nos termos contratuais por forma a prever o gozo do período excedente até 31 de Dezembro de 1976.
3). Na organização de um plano complementar de férias serão respeitadas as regras contratualmente estabelecidas para o plano anual das mesmas.
4). Se para as empresas resultarem inconvenientes sérios da concessão desse período excedente de férias até 31 de Dezembro de 1976, o mesmo será substituído pelo correspondente valor monetário se houver acordo do trabalhador. Na falta deste acordo, as férias poderão ser concedidas até ao fim do 1.º trimestre de 1977, salvo oposição do Ministério do Trabalho. Caso exista oposição, as férias terão de ser gozadas até 31 de Dezembro de 1976 ou substituídas pelo correspondente valor monetário.
5). Os pontos referidos nos n.ºs anteriores têm título excepcional para aplicação prática no ano de 1976.

A DIRECÇÃO

Nacional

Fogo na serra de Silves

Dois jovens de 16 anos foram ontem detidos no Algarve. Eles são os autores confessos do fogo posto na serra de Silves e que levou à destruição de dezenas de quilómetros de mata, pondo em risco vidas e haveres de centenas de pessoas. Ao longo de um interrogatório confessaram ainda ter obedecido às instruções de um indivíduo chamado António, ligado a uma fábrica de Loulé e que conduzia um automóvel Mercedes com a matrícula AI-74-68. Curiosamente, um dos adolescentes chegou mesmo a trabalhar, madrugada adentro, ao lados dos bombeiros, quando afinal era ele quem lançava o fogo.

A parte a instigação de que teriam sido alvo (a GNR procura agora o senhor António) parece fora de dúvida o facto de ambos serem pirómanos, pelo menos um deles já no ano passado se metera numa «proeza» semelhante, dando, também nessa altura, grande trabalho aos bombeiros.

Aliás, e segundo depoimentos confiados ao «DL» pelo chefe dos bombeiros de Faro a descoberta do primeiro pirómano foi puramente acidental. Houve alguém que perguntou: «Mas o que é que aquele rapaz anda aqui a fazer? Então não foi ele que no ano passado deitou o fogo?...». A partir daqui, houve lugar a interrogatório. «Apertado» pelos próprios bombeiros e por um capitão do Exército, o rapaz confessou. Tinha sido ele e um companheiro, e havia ainda o senhor do Mercedes.

A confissão levou os bombeiros a recordarem-se que, de facto, aquele jovem aparecia com frequência nos locais de incêndio, montado na sua bicicleta. Era o primeiro a chegar...

Mal refeito da surpresa, o chefe dos bombeiros diz-nos que «ele esteve a trabalhar ao meu lado!»

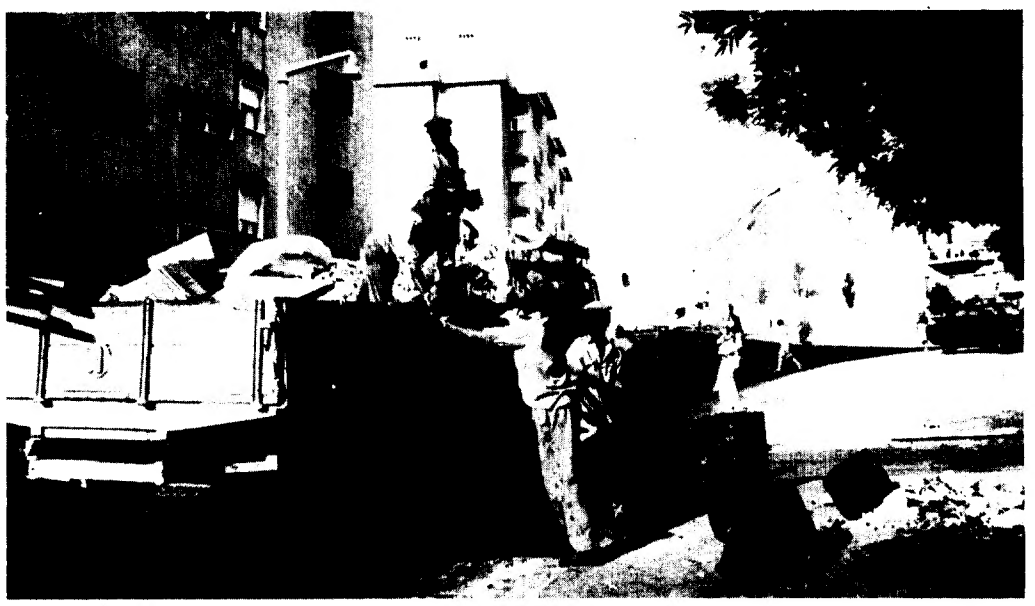
Confessa o chefe que já tinha dado pela presença do rapaz (ele trabalhava ombro a ombro com os bombeiros) mas pensara que se tratava de mais um jovem, entre tantos, «doido por ser bombeiro». Um estranho bombeiro diga-se de passagem, pois foi-lhe apreendida uma mochila com uma garrafa de gasolina.

As autoridades prosseguem nas investigações, depois de terem apurado que o carro existe, mas o seu proprietário não se chama António.

NA SERRA DA MADEIRA

FUNCHAL, 12 — Vários focos de incêndio, registados em pontos diferentes da serra sobranceira a esta cidade, mantêm os bombeiros numa azáfama constante desde o último sábado. Esta manhã ardiam ainda zonas do Terreiro da Luta, Santo da Serra, Monte, Ribeira de Cales, S. Martinho e S. Gonçalo. Foi detido um indivíduo que se afirma ter sido visto a atear fogo a um pinhal.

É convicção dos populares que se trata de fogo posto, devido a ter deflagrado em vários pontos distantes uns dos outros alguns quilómetros. Não há memória de se ter registado nesta ilha caso semelhante.



Contra todas as normas sanitárias o lixo está a ser recolhido na Reboleira em camionetas de caixa aberta. Como se já não bastasse a gritante falta de estruturas daquele dormitório de Lisboa, os habitantes têm ainda de suportar o cheiro nauseabundo dos detritos ao longo deste moroso trabalho, além do mais feito muitas vezes tarde e a más horas. Quanto aos infelizes trabalhadores, de que vale queixarem-se? Cabo Verde está longe e já abundamos por cá candidatos aos ofícios «sujos»

G.N.R. à procura dum incendiário

LOUSÃ, 12 — A G.N.R. procura um indivíduo suspeito de ter ateado vários focos de incêndio na região de Arganil. Seis corporações de bombeiros voluntários, apoiadas por quatro aviões e por brigadas helitransportadas e terrestres dos Serviços Florestais, combateram o incêndio, que se encontrava praticamente dominado na tarde de ontem.

O fogo atingiu Nogueira, a sueste de Celavisa, povoação que dista seis quilómetros de Arganil.

As chamas atingiram proporções muito grandes, pelo que foram pedidos mais três aviões e reforços a outras corporações de bombeiros.

Por seu turno, estão sob controlo os incêndios da serra da Gardunha e de Castelo de Paiva prevendo-se que hoje se encontrem totalmente apagados.

Agrário tenta recuperar "monte" da Portela Brava

Na herdade da Portela Brava, concelho de Mértola, ocupada pelos trabalhadores o ano passado, verificou-se uma tentativa de recuperação pela parte do agrário, almirante Sousa Uva, no sentido da reconquista do «monte», primeiro passo para a tomada das terras.

Os trabalhadores, porém, não permitiram que essa tentativa de recuperação se consumasse. Quando o agrário, amigo de Américo Tomás e de outras figuras da galeria do fascismo, surgiu na propriedade acompanhado pela G.N.R., com um ofício do Centro Regional da Reforma Agrária de Beja, encontrou pela frente a resistência organizada de centenas de trabalhadores, vindos ee vários pontos do concelho de Mértola. A firme disposição dos trabalhadores da U.P.C. «Estrela do Guadiana» obrigou o agrário a retroceder nas suas pretensões.

Os trabalhadores venceram mais uma batalha da dura guerra que travam todos os dias. As chaves do monte continuam nas mãos dos que cultivaram a terra. Os trabalhadores ainda não esqueceram o tempo em que quase morriam de fome no desemprego enquanto as terras do agrário Sousa Uva serviam para os «almirantes» caçarem.

O latifundiário Sousa Uva reivindica a moradia da herdade ao abrigo do direito de reserva.

O direito de reserva vai servir para uma ofensiva geral contra a Reforma Agrária?

. A propósito da Portela Brava contactámos o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, que sublinhou:

. «Os trabalhadores não estão na disposição de ceder as vivendas porque elas lhes fazem falta. Quanto a nós, Sindicato, apoiamos todas as lutas dos trabalhadores, desde que sejam correctas. São os trabalhadores quem decide e nós estamos com eles.»

Emigrantes concentram-se no santuário de Fátima

FÁTIMA, 12 — Realiza-se hoje uma concentração, junto do Santuário, de emigrantes portugueses, que culmina uma peregrinação orientada por D. António dos Reis Rodrigues, presidente da Comissão Episcopal das Migrações.

Os emigrantes participarão numa procissão com a imagem de Nossa Senhora, na missa, benção dos doentes, e procissão do «adeus».

Segundo o Serviço de Informações do Santuário, o programa da peregrinação foi distribuído pela Obra das Migrações nos principais núcleos de emigrantes portugueses na França, Alemanha Federal, Bélgica, Luxemburgo e outros países, pelo que se espera uma afluência a Fátima da ordem de muitos milhares.

Mil pés de liamba às portas de Elvas

. Cerca de mil pés de liamba foram desenraizados por uma brigada da Polícia Judiciária, de colaboração com a G. N. R. e P. S. P.

A plantação estava localizada às portas de Elvas e era «explorada» pelo filho de um rendeiro que entretanto se pôs em fuga. O pai disse desconhecer a existência de uma tal «cultura».

A liamba foi transportada para o Laboratório da P. S., correndo o processo pelo tribunal de Elvas.

Violador preso

Um indivíduo de nome Antero, 25 anos, solteiro, levou de táxi para os lados de Camarate, a jovem Maria Alzira, de 17 anos, residente na Avenida de Roma.

Ela conta que, uma vez ali, com ameaças de morte e os gestos de quem tira uma pistola da algibeira, acabou por violá-la. Depois trouxe-a para uma pensão na área dos Anjos, onde a obrigou a pernoitar consigo.

Finalmente às 9 da manhã, ela, a Alzira, regressou a casa. À noite, era 22.30, o Antero passou por lá para repetirem a «aventura», conforme tinha sido combinado. À sua espera, porém, estava um agente de trânsito da P. S. P. que o fez transitar para a esquadra.

Nos bolsos o Antero trazia um passaporte passado pelo Consulado Geral de Portugal em Moçambique e um cartão do Sindicato dos Bancários, viciados, e um livro de cheques do Banco Fonseca e Burnay, com um cheque já preenchido, de 150 contos, pertencente a José Francisco Mendes.

Desalojados das Patameiras voltaram ao Lote 67

Os desalojados do lote 67 do Bairro das Patameiras, em Odivelas deixaram o alcatrão para onde foram atirados como objectos inúteis enquanto na burocracia dos gabinetes se dicidia a sua sorte.

Depois das instâncias desenvolvidas pela Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Odivelas e pelo presidente da Câmara Municipal de Loures junto do governador civil de Lisboa, as sete famílias dormiram já, ontem à noite, no prédio que dantes habitavam. As chaves foram entregues cerca das 22 horas, aos respectivos moradores pelo presidente do Município de Loures. Esta solução, todavia, é provisória. Os moradores, vítimas do brutal «despejo» continuam no lote 67 até que estejam concluídas as casas prefabricadas, o que deverá acontecer no prazo de um mês.

O realojamento das sete famílias deve-se sobretudo à acção do advogado Baptista de Carvalho que travou uma dura batalha junto do governador civil no sentido do prédio ser requisitado ao abrigo do decreto 409.º da Código Civil. A propósito da questão o advogado, representante dos moradores, disse-nos que, no momento em que travava conversações dom o governador civil, punha como condição os desalojados saírem do sítio onde estavam so para irem para uma casa. Aliás, o dr. Baptista de Carvalho, que tem acompanhado o processo desde o princípio, sublinhou «a resistência, sobretudo das mulheres, que se aguentaram na rua sem desmobilizar».

O dr. Baptista de Carvalho, acrescenta:

. «Se o Governo cedeu, deve-se à persistência daquelas pessoas. Seria interessante que se adquirisse o lote 67, por subscrição nacional, para que ele ficasse como símbolo da resistência das mulheres portuguesas aos despejos injustos».

Os desalojados voltaram ao abrigo de um tecto. Ninguém lhes tira, no entanto, o mau bocado que passaram. Como é possível que durante quase uma semana tenhamos assistido a um espectáculo daqueles num País onde se apregoam a democracia e a justiça social? Ou será que essa justiça é utilizada apenas num sentido?

. O balanço da luta dos desalojados das Patameiras traduz-se numa vitória parcial. Uma vitória que lhes custou grandes sofrimentos. Durante o processo uma mulher grávida abortou espontaneamente, e outro morador, Joaquim Potes, teve de ser internado por duas vezes no Hospital de Santa Maria, atacado de epilepsia. Os mais pequenos ficaram traumatizados ao verem a Polícia dispersar violentemente uma manifestação de populares que protestavam contra o despejo de 60 pessoas, entre as quais se encontravam 32 crianças.

L. F.

DE FÉRIAS COM O
Diário de Lisboa
Aceitam-se assinaturas de férias pelo período mínimo de 10 dias, ao preço de 4$00 por exemplar
NÃO SE ENVIAM RECIBOS À COBRANÇA

Mário Soares a encerrar o debate

Agressividade para a esquerda

. O Programa de Governo «passou» ontem na Assembleia da República sem necessitar da aprovação formal dos partidos. Não tendo sido apresentada qualquer moção de rejeição não houve necessidade de votação em torno do Programa. Não ficou, desta forma, a Assembleia da República vinculada formalmente ao texto programático governamental. Antes pelo contrário, e segundo as declarações finais dos secretários-gerais dos diferentes partidos da Oposição o P. C. P. rejeitou-o, pelo que a sua ambiguidade traduz de cedências à direita, enquanto o C. D. S. e o P. P. D., que ao longo de cinco dias de debate não disfarçaram a sua simpatia pelo texto não ousaram, no final, ir além de «não encontrarem motivos bastantes para o elogiar» (caso do P. P. D.) ou do significativo abanar de cabeça (em sentido negativo) de Freitas do Amaral quando o Primeiro-Ministro se referia à intenção de governar durante os próximos quatro anos.

A sessão final dos debates caracterizar-se-ia pela clarificação das diferentes posições. As últimas cinco horas e meia de sessão de ontem tiveram a tónica claramente colocada na demarcação nítida entre o bloco P. S./ P. P. D./ C. D. S, de um lado, e P. C. P. e U. D. P., do outro.

Com efeito, na intervenção com que encerrou os debates, o Primeiro-Ministro Mário Soares, dispensou mais de trinta minutos em ataques de teor fortemente anticomunista, visando especialmente o P.C. P., enquanto manifestaria concordância com a maioria das críticas (leves) formuladas pelo P. P. D. e o C. D. S. Aliás, este comprometimento tácito do actual Governo com a direita parlamentar fez-se sentir ao longo das últimas cinco sessões parlamentares, o que levaria Álvaro Cunhal, secretário-geral do P. C. P. a afirmar:

. «O debate acrescentou ainda mais um motivo para rejeitarmos este Governo e este Programa como a solução democrática desejável e necessária. Esse motivo foi o apoio constante comprometedor do C. .S. e do P. P. D. O P. P.D. pela sua parte, actua como se fosse um Partido de coligação aceitando provisoriamente não estar representado no Governo.

«Quando ouvimos o deputado Sousa Franco do P. P. D. dizer que o Programa do Governo P. S. «é um passo em frente», entendemos que é um passo em frente em direcção ao P. P. D. e se é um passo em frente em direcção ao P. P. D. é um passo que afasta dos trabalhadores e aproxima do capital, que afasta da perspectiva do socialismo e aproxima da perspectiva de recuperação capitalista.»

. O entendimento tácito entre o Partido Governamental e a oposição de direita na Assembleia da República, nomeadamente com o P. P. D. tornou inviável a aprovação de qualquer moção de rejeição que, segundo a Constituição, só poderia ser aprovada por maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções. Assim, o Programa que ontem a Assembleia da República deixou «passar» encontra correspondência na própria expressão do Governo — minoritário.

A ÚLTIMA «ETAPA»

A sessão parlamentar de ontem, iniciada cerca das 15.30, só viria a terminar depois da 1.30 da madrugada de hoje, com uma interrupção de cerca de duas horas, entre as 19 e as 21.

As primeiras três horas e meia seriam ocupadas com onze intervenções de deputados e membros do Governo, que não chegaram a intervir, por falta de tempo, na sessão de anteontem. Reiniciados os trabalhos às 21 horas, estes seriam preenchidos com intervenções de trinta minutos por parte de todos os partidos, resumindo as dúvidas e críticas que se foram produzindo nos quatro dias anteriores de debates.

Abriu esta «etapa final» da «maratona parlamentar» o deputado da U. D. P., Acácio Barreiros, que não completaria a sua intervenção por o Presidente da Mesa lhe haver retirado a palavra quando pretendeu finalizar com a leitura de um manifesto do chamado P. C. P. (R.).

«O primeiro Governo definitivo, tão pomposamente apresentado, não passa do 7.º Governo Provisório. E tal como os anteriores Governos pouco falavam no definitivo, também Mário Soares falou pouco dos esplendorosos anos 80 e falou muito da provisória governação até lá» — disse Acácio Barreiros que aludiu, seguidamente, ao compromisso do Governo P. S. com a direita: «O P. P. D. e o C. D. S. gostaram do Programa. Fizeram algumas críticas de circunstância, deram alguns conselhos ao P. S. e foram dizendo que por esse caminho os anos 80 vão ser de facto esplendorosos... para eles, claro!».

Referindo que o Governo, ao pretender integrar Portugal no mercado internacional capitalista, pondo os sectores nacionalizados da indústria portuguesa em concorrência com os grandes monopólios da in- grandes monopólios do Mercado Comum, em breve será obrigado a entregar o controlo do sector nacionalizado a essas firmas estrangeiras, Acácio Barreiros acrescentaria: «O Governo oferece de bandeja o coração da indústria nacional à cobiça das companhias estrangeiras, para ver se consegue algumas concessões dos governos imperialistas. Mas os bancos e multinacionais americanos e europeus só emprestam dinheiro para o sector nacionalizado impondo várias condições: o Governo deverá pagar as indemnizações aos grandes capitalistas portugueses, sócios e parceiros da alta finança internacional desde há largos anos; o Governo deverá garantir o pagamento rapido das dívidas que esses grandes capitalistas haviam contraído junto dos bancos estrangeiros; o Governo deverá aumentar os preços dos produtos do sector nacionalizado, como o cimento, o aço, os adubos, o gasóleo para os colocar ao nível dos preços que essas multinacionais praticam lá fora; o Governo deverá colocar nos altos postos do sector nacionalizado homens com «experiência» ou seja, homens que já deram provas ao serviço dos Melos e Champalimauds, técnicos seduzidos pelas ideias do C. D. S. e P. P. D.».

O regresso de Spínola e a libertação dos «pides», integrados numa vasta ofensiva reaccionária, foram largamente referidos pelo deputado da U. D. P. que classificou a conspiração fascista como «de grande estilo».

ÁLVARO CUNHAL: P S, P P D e C D S COINCIDEM

Seguiu-se, no uso da palavra, Álvaro Cunhal, em nome do Partido Comunista Português.

«O programa do Governo vai, no fundamental, no sentido da defesa dos mesmos interesses e das mesmas soluções que o C. D. S. e o P. P. D. defendem» — sublinhou o secretário-geral do P. C. P. no início do seu discurso, frisando ainda que poucas respostas positivas foram dadas às interrogações dos comunistas, enquanto as respostas negativas ou as omissões foram muitas confirmando as suas reservas e, em muitos casos, agravando-as.

«O debate não nos tranquilizou quanto à política do Governo em matéria de liberdades» — prosseguiu, enumerando, em seguida, os ataques nele formulados à liberdade de organização social e ao direito de organização dos trabalhadores, ao direito à greve, aos perigos de monopolização dos meios de Comunicação Social por parte do Governo e aos saneamentos à esquerda no aparelho de Estado. No que se refere à organização sindical, Álvaro Cunhal destacaria ataques que foram feitos aos comunistas por terem «promovido e dirigido a organização sindical dos trabalhadores no tempo do fascismo» através da Intersindical, acrescentando: «Há que dizer que quando a ditadura fascista não conseguiu impedir e abafar a organização independente dos trabalhadores, não será num regime democrático que ela será impedida».

. Abordando problemas de natureza económica, Álvaro Cunhal alertou para os perigos que ameaçam a democracia portuguesa quando o Programa de Governo alude àquilo a que chama «coexistência concorrencial» e «emulação entre dois modelos», ideias que conduzem imediatamente à questão: «quem leva a melhor?». «E na política do Governo aqui definida — disse — (não tanto das afirmações dos economistas que falaram, mas dos políticos que explicaram) vê-se a inclinação para desde já enaltecer o capitalismo e denegrir e inviabilizar a dinâmica que assenta na perspectiva do socialismo e essa só com os trabalhadores e nunca contra eles se pode concretizar».

«Se, por um lado, se afirma que a futura predominância do sector de propriedade social dependerá das «provas que o sector socializado da economia consiga dar» — prosseguiu — e se, por outro lado, se vê que a preocupação do Governo é mais ganhar a confiança dos capitalistas do que ganhar a confiança dos trabalhadores; se se ouvem constantes acusações ao controlo operário e à gestão pelos trabalhadores; se alguns fazem um juízo condenatório das nacionalizações e da reforma agrária que acusam de atentados à propriedade privada e roubo de terras; — há razões para recear que no Governo do P. S. haja quem pense «pôr à prova» o sector nacionalizado para justificar que, dessa ou de outra forma, boa parte seja restituida ao capital». A este respeito diria ainda que «a rentabilidade do sector público não pode ser um critério para decidir eventuais desnacionalizações». E noutro passo: «na perspectiva do desenvolvimento da democracia rumo ao socialismo, é a zona arrancada ao capitalismo monopolista e aos grandes agrários que terá o papel fundamental a desempenhar».

Criticando o que disseram ministros e deputados do P. S., o secretário-geral do P. C. P. afirmou mais uma vez, que tudo isso reforça a opinião de que o Governo está voltado para «o caminho da recuperação capitalista, agrária e imperialista», caminho que «não é» bem o do socialismo nem o da democracia. Neste campo, foram focadas as medidas de austeridade que o Governo visa e os receios de que as mesmas atinjam sobretudo as classes trabalhadoras e não as mais privilegiadas, como defende o P. C. P., bem como as menções feitas ao controlo operário em termos de «controlo anárquico à vontade e espontâneo» e despachos do ministro da Agricultura quanto à Reforma Agrária. «Há momentos em que é necessário decidir com um espírito de classe» — recordou Álvaro Cunhal ao Governo P. S.

E noutro passo:

. «Como se ouviu neste debate, bastou afirmarmos a determinação de lutarmos pelo que consideramos justo para ouvirmos da boca de um membro do Governo a palavra «cautela!» (com ponto de exclamação e pausa). Pois aqui queremos também dizer ao Governo «cautela!». A democracia constroi-se e o caminho do socialismo percorre-se com os trabalhadores e não contra os trabalhadores. A conciliação universal não é possivel numa sociedade dividida em classes, dividida em explorados e exploradores».

Na sua alocução Álvaro Cunhal referiu ainda aspectos da política externa, realçando o que as linhas gerais do Programa de Governo contém de subserviência ao Mercado Comum e aos Estados Unidos e, quanto a Angola e a Moçambique, a necessidade de «pôr definitivamente de lado concepções e projectos neocolonialistas e procurar sarar as feridas provocadas pelo erro monumental do Sexto Governo».

Na sua intervenção final, o Primeiro-Ministro atacaria violentamente em termos anticomunistas a intervenção do secretário-geral do P. C. P., mas continuaria a não responder à maioria das dúvidas e acusações levantadas.

OS DISCURSOS «MODERADOS»

A Álvaro Cunhal, seguiram-se no uso da palavra Freitas do Amaral (C. D. S.), Sá Carneiro (P. P. D.) e Salgado Zenha (P. S.).

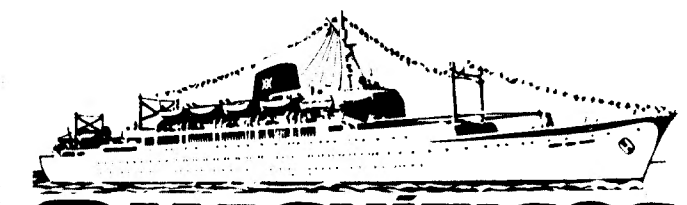
Para o último destes oradores tratou-se de cumprir a sua natural missão de defender e concordar com o Programa de Governo do seu Partido. Para os outros dois, tratou-se de formular algumas críticas sem abordar problemas de fundo (relativamente aos quais parece não haver divergências...), embora com mais agudeza da parte do C. D. S.

O estilo do discurso (crítico) de Freitas do Amaral ficaria bem claro logo nos primeiros momentos, ao abordar temas tão gerais como «a vastidão de tempo que o programa pretende cobrir», acentuando que «todos os membros desta Câmara teriam decerto recebido melhor um programa conciso para os próximos 18 meses, a completar depois com as orientações relativas ao resto dos quatro anos».

. Prosseguindo, destacaria as omissões do Programa no que se refere a matéria de ordenamento do território, desenvolvi-

Continua na pág. 8

O beijo da esposa, Maria Barroso, ao primeiro-ministro



2 MAGNÍFICOS CRUZEIROS YBARRA

XIV CRUZEIRO AO MAR NEGRO

De 27/8 a 12/9/76
SAÍDA DE BARCELONA
visitando:
SANTORIM
YALTA
ODESSA
CONSTANÇA
VARNA
ISTAMBUL
PIREU (ATENAS)

17 DIAS

XI PEREGRINAÇÃO À TERRA SANTA

De 13 a 29 de Setembro
SAÍDA DE BARCELONA
visitando:
BARCELONA
HAIFA
ISTAMBUL
PIREU (ATENAS)

TRASANTLÂNTICO "CABO DE SAN ROQUE"

CONSULTE O SEU AGENTE DE VIAGENS

agência marítima transatlântica, lda.
RUA DO ALECRIM, 20 · LISBOA · TEL. 324351

Nacional

Vamos passar a fumar tabaco português

Deverá atingir as 250 toneladas a produção de tabaco português no ano em curso, que é também o primeiro em que esta cultura é feita em Portugal com carácter industrial. Esta produção representa 2,6 por cento do consumo total de ramas pelo País, e resulta da aplicação de um plano de acção conjunto dos Ministérios da Agricultura e da Indústria para substituir importações. Assim, o Banco de Portugal fará uma poupança, em 1976, de cerca de 15 500 contos em divisas.

A cultura do tabaco português, tipo «Virginia», está a ser feita numa área de 180 hectares da zona regada do Vale do Sorraia (Coruche-Mora), e ainda que seja, por enquanto, pouco expressiva do ponto de vista quantitativo (o País deverá importar este ano 9400 toneladas de ramas de tabaco), representa um esforço grande da parte dos trabalhadores, como justamente salientaram à ANOP dois elementos da Comissão Administrativa da Tabaqueira» Empresa Industrial de Tabaco, E.P.,' nacionalizada, e que resultou da fusão da Tabaqueira e de Intar.

Entretanto, está previsto que essa cultura se expanda e possa atingir já em 1980 uma produção aproximada das 4 mil toneladas anuais. Além disso, a indústria tabaqueira do continente espera receber todos os excedentes da produção de ramas açorianas, com cuja indústria as entidades continentais assinaram um acordo de colaboração.

«Como actividade intermédia entre a cultura de tabaco e a indústria de cigarros afirmaram ainda aqueles dois membros da Comissão Administrativa da Tabaqueira, há uma actividade de processamento de tabaco que utilizará, numa fase transitória, o equipamento disponível em terceiro turno numa das fábricas existentes.

«Durante este período transitório deverá ser construída uma fábrica de processamento, dimensionada para fazer face ao plano de expansão da cultura. A sua conclusão está prevista para 1978 e o seu custo orçado em 110 mil contos. Este complexo faz parte de um plano de investimentos para desenvolvimento do sector até 1980, no valor global de 850 mil contos.

«Ainda no que respeita a medidas para a diminuição da saída de divisas, a indústria tabaqueira portuguesa iniciou o fabrico de filtros acetato, em que se espera ser auto-suficiente já durante o ano de 1977, o que significará uma poupança de divisas da ordem de 30 mil contos e a criação de um maior número de postos de trabalho.

«Além disso, pretende-se recorrer ao mercado nacional para a execução integral do papel de boquilha. Estão em curso estudos com vista à sua viabilidade que, tudo indica, virá a ser uma realidade.»

Refira-se, por outro lado, que o volume de vendas de cigarros previsto para este ano é de 12 230 toneladas, no valor de 8 284 000 contos, contra 12 079 toneladas em 1975, no valor de 4 878 824 contos.

A propósito, os dirigentes da «Tabaqueira» salientaram que «o aumento médio de preço pago pelo consumidor, em que o último foi da ordem dos 52 por cento, deveu-se não tanto à necessidade de cobertura dos custos variáveis da produção, nomeadamente ramas, matérias-primas e mão-de-obra directa, mas, sobretudo, à obtenção de receitas pelo Estado. Assim, desses 8 284 000 contos pagos pelo consumidor, 5 492 000 caberão aos impostos, 2 063 000 contos à indústria e 729 mil contos à distribuição (depositários e retalhistas).

Pronunciando-se sobre o lançamento recente no continente de várias marcas de cigarros dos Açores a preço consideravelmente inferior ao praticado em relação aos cigarros continentais, os dois elementos da «Tabaqueira» destacaram «que a diferença de custo dos produtos açorianos e dos seus similares continentais embora ambos nacionais é tão-somente devida à aplicação de diferentes impostos, bastante mais elevados no continente».

A título de exemplo, referiram que «um maço de cigarros King-Size nos Açores paga de imposto 3 escudos e 45 centavos, e o seu equivalente no continente 11 escudos e 63 centavos, com os preços de 12 escudos e 16 escudos e 50 centavos, respectivamente, na venda ao público continental».

OBRAS NA MADEIRA

Melhor ligação ao aeroporto

FUNCHAL, 12 (ANOP) — Importará em 100 mil contos o custo total do empreendimento para melhoramento e amplificação da estrada que liga a cidade do Funchal ao aeroporto.

O projecto, concebido inteiramente por técnicos locais da Junta Geral do Funchal, inclui a construção de quatro viadutos, um dos quais em Porto Novo, com 350 metros de comprimento e 60 metros de altura, um outro sobre a Ribeira Brava, com 225 metros de extensão e 25 de altura, e outros dois de menor estatura. Serão ainda construídos dois túneis com mais de cem metros.

As terraplanagens e pavimentação dos vários troços, iniciar-se-ão brevemente.

Política de A a Z

Continuação da pág. 2

COMPROMISSO PORTUGUÊS

Compromisso português, revolucionário e constitucional, assumiu-o o general Ramalho Eanes, Presidente da República: defender a «independência nacional». Contra um sistema complexo e obscuro de compromissos, ligações e dependências, é condição deste trabalho de construção de um «País novo», a afirmação clara de um conceito unívoco de «independência nacional». Que estadistas e partidos e grupos políticos mendiguem em terras estrangeiras apoio e aplauso, isso é com eles. Nós, «Revolução portuguesa do Século XX», prezamos como um alto valor a «independência nacional». Consideramos a sua defesa intransigente como um compromisso português, patriótico, revolucionário e...constitucional.

Governo P.S. "passa" sem "sim" formal da Assembleia

Continuação da pág. 7

mento regional e descentralização municipal (e com tudo isto Mário Soares viria a concordar) e à inexistência do «desenho claro e coerente de uma política económica, financeira e monetária capaz de garantir uma saída segura para a crise em que Portugal se encontra».

Como questão fundamental aliás a par do PPD só a questão do sector privado, onde a direita parece não estar satisfeita, apesar de todas as cedências feitas.

O presidente do CDS terminaria dando «luz verde ao Governo», sem contudo lhe conceder «um voto de confiança nem exprimir a aprovação do respectivo Programa».

No capítulo da moderação, o secretário-geral do PPD, Sá Carneiro, bateria o orador que o antecedeu, frisando logo a abrir o «muito que havia de comum» entre o seu partido e o Programa de Governo.

Formulando algumas brandas críticas ao Programa, sobretudo no que se referiu à falta de definição de uma estratégia clara para se sair da crise e à concepção de socialismo do PS, bem como a alguns aspectos de sua política externa (por exemplo: falta de referência a relações priveligiadas com o Candá e a Venezuela), Sá Carneiro diria, a terminar, que «vamos partir com este Governo para uma caminhada...» e que «o Governo terá de nós a não desconfiança». E mais: «O futuro Governo dependerá sobretudo da sua capacidade de governação, da nossa exigência crítica também, por certo, mas sobretudo da sua eficaz capacidade de governar. Por isso esperamos que este Governo consiga desempenhar a sua missão».

Salgado Zenha, falando da bancada do Partido Socialista, tomou a palavra por este partido, para fazer a síntese do debate sobre o Programa de Governo que decorreu na Assembleia da República.

Salgado Zenha referiu-se às críticas e sugestoes apontadas durante o debate ao Programa do Governo, afirmando que todas elas seriam tomadas em devida conta e que a Assembleia da República teria a oportunidade de discutir «os princípios gerais e os pormenores de várias leis», e que então se «aprofundará o confronto das respectivas convergências e divergências» suscitadas por aquelas críticas.

Referindo-se propriamente ao Governo do dr. Mário Soares, o deputado do PS, Salgado Zenha, disse ser um Governo «democrata, progressista e patriótico», «que decerto iniciará uma era de concórdia e grandeza nacionais», dimensionadas estas no que realmente se entende por liberdade, igualdade e justiça.

A terminar, afirmou que «nós vamos também vencer essa batalha, e essa batalha é a da independência nacional no campo económico, que não é sinónimo de isolamento económico, mas que é seguramente sinónimo de progresso e de desenvolvimento nacionais, não em termos mercantis ou lucrativistas mas em termos de riqueza nacional e justiça social para o Povo Português, de modo a assegurar a sua liberdade, o seu progresso e o seu futuro».

Da esquerda para a direita, quatro ministros na sua bancada, ontem à tarde: Jorge Campinos, António Barreto, Marcelo Curto (encoberto) e Firmino Miguel

MÁRIO SOARES A OPÇÃO FICOU CLARA

Encerrando o debate, o Primeiro-Ministro Mário Soares agredindo à esquerda, sorrindo à direita discursou durante mais de uma hora, aparentemente com a intenção inicial de responder às críticas de fundo que partiram dos diversos partidos. Na realidade, dificilmente se poderá encontrar na sua intervenção qualquer resposta concreta a muitas interrogações concretas, sobretudo formuladas pela esqerda.

Mário Soares dividiu o seu discurso em duas partes: na primeira, produziu afirmações de agressivo anticomunismo, de nítida demarcação à esquerda; na segunda, manifestou, em tom cordato, concordância com algumas das questões postas pela direita, do PPD ao CDS.

Começando por criticar a intervenção do deputado da UDP, Acácio Barreiros, que entretanto havia abandonado a sala, alegando que a representatividade do seu partido um por cento do eleitorado não lhe permitia falar em nome do povo, visou, depois, a intervenção do secretário-geral do PCP, com a qual ocuparia aliás a maior parte do seu discurso. Muito aplaudido ao ritmo de PS, PS/PPD, PS/PPD/CDS, acompanhado de sorrisos benevolentes de Freitas do Amaral e da atenção de Sá Carneiro, Mário Soares faria a afirmação que a generalidade da sua intervenção não confirmaria de se manter equilibrado ao centro, não caindo nem para a esquerda nem para a direita, o mesmo será dizer que retomou a definição inicial do seu Programa a de que havia sido elaborado sem opções ideológicas (Leia-se sem opção de classe). Apesar disto, o Primeiro-Ministro diria estar ao lado dos trabalhadores (e dos empresários ao mesmo tempo), classificando o seu partido como mais representativo dessa classe.

Como uma das poucas respostas directas às interrogações do P. C. P., confirmou a revogação da lei da unicidade sindical, a decisão de não sanear à direita, e concordou haver diferenças substanciais entre o que defende o P. C. P. e o que defenderá o seu Governo.

Medida totalmente diferente foi a utilizada na resposta ao C. D. S.: concordância quanto à necessidade de rever o Regimento, concordância quanto ao que o Programa enferma de omissoes, concordância quanto a não pôr em causa o patriotismo do C. D. S., concordância quanto ao tipo de oposição que o C. D. S. propõe, concordância, enfim com quase todo o discurso de Freitas do Amaral, só quebrada, aqui e ali, por delicadas discrepâncias quanto ao facto do C. D. S. insistir na situação minoritária e quanto à insistência do seu secretário-geral em que o facto do Programa «passar» não significa que tenha sido aprovado.

O mesmo estilo acompanhou a resposta a Sá Carneiro, onde pequenas questões de pormenores mereceriam alguns reparos, de Mário Soares, conciliatoriamente formulados e merecendo, até, por vezes, os aplausos da bancada «pêpêdista».

Ponto aliás a registar, foi a referência elogiosa e única do Primeiro-Ministro à intervenção de dois deputados: um (independente) do C.D.S. Galvão de Melo; outro do P. P. D., Figueiredo Dias. Ao primeiro, por o ter «desculpado» quanto à descolonização; ao segundo por que «mostrou largo sentido de convergência com as teses e valores defendidos pelo P. S.».

Nem outra coisa seria de esperar!

Álvaro Cunhal na bancada do P. C. P.

Sá Carneiro entre os seus pares do P. P. D.

À CLASSE MÉDICA
Somos especializados em BATAS profissionais
TINTURARIA GUANABARA
DEPART. DE CONFECÇÕES
Av. João XXI, 5-D—R. Infantaria 16, 55-C—LISBOA

Trabalho

COOPERATIVA CINCOMO

Ex-patrão prepara regresso e cobiça êxitos dos operários

O patrão da ex-Nefil, transformada em cooperativa pelos trabalhadores, manobra, de novo, no sentido de regressar, à empresa que, por sua livre vontade e sem qualquer aviso, abandonou em Junho do ano passado.

O facto foi denunciado ontem, durante um plenário realizado nas instalações da cooperativa, em Gondomar, tendo sido integrado na perspectiva geral de regresso de muitos patrões que, de há algum tempo a esta parte, tentam apoderar-se das empresas que abandonaram e que foram recuperadas pelos trabalhadores.

Conforme foi referido o ex-patrão, Silva Neto, prepara o seu regresso com o apoio de alguns trabalhadores que com ele se têm reunido. Para tanto, foi há dias enviado a todos os trabalhadores um comunicado subscrito por um anónimo «grupo de trabalhadores», considerado altamente demagógico e caluniador, com o objectivo de lançar os trabalhadores uns contra os outros. Entretanto, no plenário, o tal grupo de trabalhadores não se identificou.

Segundo o comunicado anónimo de 7 de Agosto, «a empresa está num risco eminente de encerrar as suas portas por motivo de falência» e, nestas condições a solução viável seria «pedir o regresso do patrão». Aos interessados em tal regresso era solicitada a assinatura num papel que acompanhava o comunicado.

A manobra foi completamente desmascarada em plenário tendo a maioria dos trabalhadores repudiado o regresso do antigo patrão. A empresa não está de forma alguma na iminência de falir até porque a Nefil já nem existe.

As hipóteses lançadas pelo grupo de trabalhadores a mando do ex-patrão — regresso, ou falência e encerramaneto — não espantaram a maioria dos trabalhadores. Já de há muito corre a «boca» de que, mais mês menos mês, as coisas iam por água abaixo e, no entanto, a situação próspera da cooperativa é bem a prova da grande capacidade dos trabalhadores.

PATRÃO FORA, CONTAS EM ORDEM

A cooperativa operária de mobiliário Cincomo que esteve presente na FIL/76 conquista novos mercados, estando agora em estudo o fornecimento de quantidades volumosas de mercadoria. Por outro lado, houve aumentos de salários, com redução do respectivo leque; foi pago o subsídio de Natal, igual para todos os trabalhadores; os ordenados têm sido pagos com regularidade, tal como aos fornecedores são pagas as matérias-primas. Para além disto, os trabalhadores entram em férias no próximo dia 16, com subsídio.

Quanto ao fantasma da falência da ex-Nefil foi esclarecido que, ao abrigo do Decreto Lei n.º 4/76, ela já foi solicitada às autoridades competentes. Aliás, o grande problema actual dos trabalhadores em cooperativa é o do património abandonado livremente pelo patrão. Por isso os trabalhadores estranham que tendo em vista a aplicação de tal decreto, não tenha o Ministério da Indústria enviado à cooperativa uma comissão de peritagem para analisar a verdadeira situação da firma.

Embora o Ministério do Trabalho diga desconhecer o paradeiro de Silva Neto, o ex-patrão reside na sua casa na zona do Luso, no Porto, conforme foi referido.

Já em Agosto de 1975 o ex-patrão apresentou uma contestação às autoridades manifestando o desejo de retomar o domínio da firma. No seguimento desse documento foi mandado apresentar no Ministério do Trabalho não tendo ainda aparecido.

O «INOCENTE»

Disse-nos um dos 250 trabalhadores: «ele ameaça, assusta, lança a confusão, desobedece às autoridades, está a conduzir uma acção que até pode causar confrontos graves entre os trabalhadores, instrumentaliza antigos lacaios e ninguém lhe deita a mão».

Na sua tentativa de regresso à empresa Silva Neto tem dito a alguns trabalhadores que não despedirá ninguém criará novos postos de trabalho e manterá os ordenados aumentando-os logo que possível. No entanto, estão na posse da Comissão de Trabalhadores dados bastante recentes que contradizem tais afirmações. Em Agosto de 1975 o ex-patrão enviou uma carta do Brasil insultando os membros da CT chamando-lhes entre outras coisas «paranóicos» e tentando elaborar um plano de ataque à fábrica. Para tal, viria para Espanha, de onde poderia comandar mais facilmente as operações. Para ele o principal seria o «saneamento a bem ou a mal dessa malandragem incompetente» da CT depois e «de acordo com o estado político mais favorável» que parecia estar já a desenhar-se naquela altura, ocuparia o lugar de gestor.

Com o objectivo de ganhar melhor a situação junto dos trabalhadores Silva Neto apresenta os seus directos colaboradores, que com ele fugiram para o Brasil e lá ficaram, como os responsáveis por tudo o que aconteceu.

LUÍS HUMBERTO

Nota oficiosa

O caso Mancerro

. . Sobre o caso Mancerro o Ministério do Trabalho distribuiu aos órgãos de Informação a seguinte nota oficiosa:

A Federação dos Sindicatos da Indústria Hoteleira, Restaurantes e Similares do Sul, em comunicado inserto na Imprensa de 7 de Agosto p.p., a propósito do conflito laboral existente no aldeamento turístico do Cerro Grande, põe em causa a actuação do Ministério do Trabalho, distorcendo os factos e recorrendo à utilização de uma linguagem imprópria e ofensiva da actividade deste Ministério, e em consequência do Governo.

Com efeito, o Ministério do Trabalho, teve conhecimento em 2 de Agosto que os 27 trabalhadores do conjunto empresarial Mancerro, Cerro Grande, com o apoio do Sindicato da Indústria Hoteleira de Faro, haviam impedido no dia anterior, 1 de Agosto, a entrada no aldeamento a 80 turistas estrangeiros, como forma de luta que visava fundamentalmente a satisfação de duas questões:

a) qualificação do aldeamento como actividade turística e em consequência, a extensão do A. C. T. para a indústria e similares aos seus trabalhadores.

b) A realização de um inquérito com fundamento em irregularidades cometidas pela gerência.

Como resultado da forma de luta assumida, foi só através da intervenção do senhor governador civil de Faro que obtendo a colaboração da G. N. R. foi possível alojar no aldeamento, já cerca das 23 horas do referido dia 1 de Agosto, parte dos turistas, tendo os restantes de ser recolhidos na Aldeia das Açoteias e noutras instalações.

Porque estava prevista para 4 de Agosto, a chegada de novo contigente de turistas e se mantinha, entretanto, a disposição dos trabalhadores em impedir a sua entrada, apesar das diligências feitas para os demover, a Secretaria de Estado do Trabalho ordenou telegraficamente ao seu delegado em Faro, no dia 3 de Agosto, que, através do senhor governador civil fossem requisitadas as forças da ordem pública, a fim de as chaves dos apartamentos serem entregues à administração ou que, no caso de essa entrega se tornar inviável, se assegurasse o alojamento dos turistas nas instalações que já haviam pago previamente.

Simultaneamente nesse dia, em contacto telefónico estabelecido com a direcção do Sindicato, o senhor subsecretário de Estado do Trabalho garantiu aos trabalhadores colaborar na resolução das duas questões reivindicadas, ficando acordada, uma reunião no Ministério do Trabalho para o efeito.

A presença no local de um contigente da G. N. R. não implicou pois, qualquer intervenção de força, por desnecessária, nem se destinou a «impor a lei do patrão» como se alude no comunicado acima referido, mas sim a salvaguardar os diretitos legítimos dos turistas estrangeiros, alheios ao diferendo laboral e a tão debilitada situação económica do País tão carecido de divisas que só pelo turismo as pode obter.

Em seguimento e após o Sindicato e os trabalhadores terem assegurado a normal actividade do aldeamento, realizaram-se no Ministério do Trabalho nos dias 5 e 6 de Agosto, duas reuniões, com a presença de um elemento da direcção do Sindicato, um delegado sindical e duas trabalhadoras e ainda com a participação de um elemento do gabinete do secretário de Estado do Turismo.

Foi possível assim, através do diálogo encontrar soluções de compromisso, aceites por todos, para satisfação das reivindicações apresentadas pelos trabalhadores, que este Ministério considera justas em si.

E nesse sentido que o inquérito vai ser realizado de imediato, enquanto a qualificação do Cerro Grande como aldeamento turístico está a ser objecto de um estudo adequado pela Secretaria de Estado do Turismo, já que a solução a adoptar se enquadra num âmbito mais vasto, que respeita a outras unidades turísticas congéneres.

Paralelamente o Ministério do Trabalho convocou já a gerência do Cerro Grande, a fim de obter garantias do cumprimento do acordo celebrado em 12-2-76, no que respeita à liquidação de ordenados atrasados.

Do enunciado dos factos é possível concluir que:

1 — O envio da GNR teve em vista garantir a livre e legítima entrada dos turistas no aldeamento.

2 — A atitude do Ministério do Trabalho foi no sentido de salvaguardar os interesses do turismo local, como actividade económica essencial à recuperação da economia nacional.

3 — Não houve qualquer acto de força da G. N. R. contra os trabalhadores, nem o objectivo da sua presença foi de «forçarem a entrada da gerência nos escritórios do estabelecimento...»

4 — A oportuna intervenção do Ministério do Trabalho e da Secretaria de Estado do Turismo coloca o problema em vias de solução satisfatória para os trabalhadores.

Realça-se também que o comunicado da Federação dos Sindicatos, além de desvirtuar o cerne da questão, é extemporâneo e desajustado e constitui um contributo para confundir os trabalhadores e atacar despropositadamente a acção do Ministério do Trabalho, passando em claro um comunicado do Sindicato da Indústria Hoteleleira de Faro, publicado na Imprensa de 3 de Agosto, que reportava corrrectamente a situação.

Entende, por isso este Ministério que o recurso às forças da ordem pública, em casos devidamente justificados, é, num estado de direito, um acto legítimo de autoridade democrática e não o «recurso a métodos fascistas» e que, por outro lado, os interesses gerais do País têm de ser necessariamente salvaguardados e conjugados com outros de âmbito restrito, ainda que justos ou socialmente relevantes.

Acresce por último que a justa luta dos trabalhadores não pode implicar o recurso a acções semelhantes às do conflito em apreciação quando sejam lesivos da economia nacional ou contendam com interesses superiores, tal como se encontra traduzido nos princípios do Programa do Governo.

PANIFICAÇÃO

Comissão técnica elabora portaria

Trabalhadores da panificação reunidos ontem, à tarde, no Sindicato dos Rodoviários para análise da nota oficiosa do Ministério do Trabalho do dia 24 de Julho, resolveram que é necessário manter os trabalhadores esclarecidos e mobilizados para, no caso do Ministério faltar à palavra, serem encetadas novas formas de luta.

Por outro lado, a Comissão Técnica encarregada da elaboração da portaria que regulará as relações de trabalho na panificação começará ainda hoje os seus trabalhos no Ministério do Trabalho.

Os contactos que pela Federação dos Sindicatos da Panificação têm sido mantidos com essa Comissão Técnica têm fornecido matéria para diversas assembleias de delegados sindicais que têm sido efectuadas nos 15 sindicatos do sector, existentes no País. Entretanto, já estão marcadas duas outras assembleias gerais, uma das quais está prevista para o próximo domingo, às 9 e 30, no Instituto Superior Técnico.

Marcada a "agenda" dos conserveiros

Os representantes dos industriais de conservas devem avistar-se hoje com o subsecretário de Estado do Trabalho, a fim de marcar a agenda das negociações do Contrato Colectivo de Trabalho do sector. Para o mesmo fim estiveram ontem presentes no Ministério do Trabalho os representantes de onze organismos sindicais dos trabalhadores conserveiros.

Entretanto, o Sindicato dos Profissionais da Indústria Conserveira do Distrito de Faro enviou à Secretaria de Estado das Pescas um ofício em que solicita a intervenção estatal em três firmas de Olhão, abandonadas ou descapitalizadas pela entidade patronal. No comunicado em que dá conhecimento dos factos, o Sindicato revela que o proprietário das duas fábricas da Exportadora de Conservas, Lda. as declarou encerradas no passado dia 6, enquanto na Alberto Soares Ribeiro e na CM Viegas Júnior, Lda., os trabalhadores estão sem trabalho respectivamente há cinco semanas e há quatro meses. O sindicato exige que o Governo tome medidas para superar a situação e pagar aos operários os salários em dívida.

na forja

«CHOVE EM SANTIAGO» EXIBIDO PARA TRABALHADORES

No âmbito das suas actividades culturais, o Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca promove, no próximo dia 17, no «Nimas», uma sessão especial do filme «Chove em Santiago», destinado aos seus associados. No debate que se seguirá à passagem do filme estarão presentes, segundo anuncia aquele Sindicato, diversos críticos especialmente convidados para o efeito.

No anúncio desta iniciativa o Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante afirma que se trata de um filme «para todos nós vermos e meditarmos no paralelismo das situações inerentes à época do acontecimento no Chile». E acrescentam: «Trata-se de analisar não só a perspectiva dado pelo realizador mas também aprender com os erros que através do filme possamos detectar».

Preço da entrada: 15 escudos por pessoa.

TRABALHADORES DE MINDE SEM SALÁRIOS

Representantes da comissão de delegados sindicais da fábrica de malhas Jomel, de Minde, foram mandatados pelos seus colegas de trabalho para contactar entidades oficiais em Lisboa, no sentido de se avaliar as possibilidades de os trabalhdores assumirem a gestão da fábrica. O patrão, João Manuel Coelho da Silva, encerrou a fábrica em Abril passado, acto que culminou o processo de descapitalização por ele iniciado quando foi decretado o salário mínimo nacional. Além de há muito não receberem subsídios nem rectroactivos, os trabalhadores da Jomel não recebem salários há quatro meses.

CARPINTEIROS DO NORTE REFORÇAM ORGANIZAÇÃO

Os trabalhadores inscritos no Sindicato dos Operários Carpinteiros e de Serrações de Madeiras do Distrito do Porto decidiram, em assembleia realizada na terça-feira, abandonar a Federação dos Sindicatos de Construção Civil do Norte, que integra nove sindicatos, e filiar-se na Federação Nacional dos Sindicatos da Construção Civil, que inclui vinte. Abre-se caminho, deste modo, a um reforço da organização da classe dos trabalhadores de carpintaria e das serrações do Porto — segundo disse à Anop um dirigente sindical do sector.

VOLTE-FACE EM PORTIMÃO

O sector técnico do Hospital Distrital de Portimão exige a demissão urgente e compulsiva da actual comissão instaladora, depois de ter feito o balanço da sua actividade de em reunião convocada pela comissão coordenadora. A comissão instaladora foi empossada no V Governo Provisório como «uma consequência do afastamento ideal, por saneamento selvagem, de alguns trabalhadores». O sector técnico do hospital de Portimão exige ainda actualização dos vecimentos do pessoal de enfermagem face aos técnicos paramédicos.

DESPEDIDOS DO P.P.A. LUTAM PELO DIREITO AO TRABALHO

Prosseguindo na luta pelo direito ao trabalho, o pessoal despedido do Plano Pecuário dos Açores (P.P.A.) e da Câmara Municinal de Angra do Heroismo enviou aos órgãos do Poder uma exposição em que exige a sua reintegração nos postos de trabalho de onde afastados.

Os despedidos contam com a solidariedade dos colegas que ainda se mantêm em serviço e dos trabalhadores de outros sectores.

M.A.R.N. VAI AO ALENTEJO

O Movimento de Agricultores e Rendeiros do Norte (M.A.R.N.) está a organizar entre os seus filiados uma excursão a cooperativas do Alentejo, marcada para os próximos dias 20 e 23, procurando assim uma aproximação e troca de experiências entre trabalhadores do campo do Norte e do Sul.

Estrangeiro

FACE AO GOVERNO DE SUAREZ

Oposição espanhola reafirma a sua alternativa de "ruptura democrática"

MADRID, 12 (do nosso correspondente) — As forças mais consequentes da oposição espanhola congregadas na Coordenação Democrática acabam de ganhar uma nova batalha frente ao reformismo governamental ao terem conseguido que o organismo unitário da oposição reafirmasse a sua alternativa de «ruptura democrática» como a «única saída pacífica de liberdade para os povos de Espanha».

Esta reafirmação de posições teve lugar numa reunião que a Comissão Executiva da Coordenação celebrou no passado sábado, tendo sido feita pública num breve comunicado divulgado nas últimas horas de segunda-feira. Nele se reitera a Declaração Política da Coordenação Democrática de 22 de Julho, segundo a qual o conceito de ruptura implica «a abertura de um processo constituinte que desemboque numa decisão popular sobre a forma de Estado e de Governo».

«A viabilidade de semelhante processo exige determinadas condições políticas», tais como amnistia sem exclusão, liberdade de reunião e associação, de expressão e controlo democrático dos meios de comunicação estatais, liberdade plena de todos os partidos políticos, liberdade para a actividade sindical e o pleno exercício dos direitos e das liberdades políticas das distintas nacionalidades e regiões do Estado espanhol.

Por outro lado, o livre desenvolvimento de tal processo constituinte só pode ser garantido por «um governo de amplo consenso democrático constituído para este fim».

Sem dúvida, «a alternativa da ruptura como único caminho para a democracia em Espanha não exclui negociações com sectores do Poder» e, em concreto, com o Governo para chegar a um eventual acordo. Esta negociação, porém, «só pode realizar-se em nome do conjunto da oposição democrática», pelo que a Coordenação Democrática acelerará as suas conversações com as plataformas unitárias das nacionalidades e regiões e também com os partidos democráticos que não estão no seio da Coordenação Democrática, «com o fim de lograr a constituição de um dispositivo unitário capaz de expressar o conjunto de oposição democrática». Para tal, está prevista uma reunião para o próximo dia 4 de Setembro.

A importância desta reafirmação de posições por parte de todas as forças integradas na Coordenação Democrática radica na sua oportunidade, pois tem lugar dois dias após um dos porta-vozes da nova direita espanhola, Garrigues Walker, ter reunido na sua residência do subúrbio residencial de Arabaca (próximo de Madrid) umas 30 personalidades políticas com o objectivo de discutir a elaboração de um projecto de Constituição que podia servir de base para um diálogo efectivo com o Governo.

Tratava-se de estudar também a redacção de uma nova lei eleitoral que garantisse a presença da oposição numas futuras eleições.

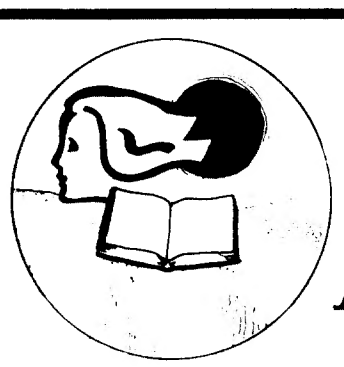
A novidade desta reunião informal consistia em que nela participaram algumas pessoas vinculadas à Coordenação Democrática e muitas outras que actuam fora do organismo unitário da oposição e que se encontram muito próximas do Governo ou da Coroa.

O seu carácter divisionista foi denunciado pela maior parte das forças integradas na Coordenação Democrática, tanto pelas que haviam sido excluídas da reunião como por algumas que nela tinham participado.

O «Jantar de Arabaca», como foi denominado, terminou sem que se tivesse chegado a nenhum acordo formado e pode considerar-se um fracasso para os seus promotores. A iniciativa dos amigos de Garrigues Walter está na mesma linha que inspirou o chamado «documento dos 46» vindo a público pouco depois da Declaração Política da Coordenação Democrática e que pretendia servir de base para o diálogo com a oposição que tinha sido proposto pelo Governo de Suarez. Já nessa altura se tinham denunciado os perigos de divisonismo e as consequências que tais propósitos encerravam.

Neste sentido, a reafirmação do papel da Coordenação Democrática e da sua alternativa de ruptura — subscrita inclusivamente pelas forças que tinham aderido às iniciativas anteriores — pode considerar-se um êxito da oposição democrática, consequente não só frente ao reformismo governamental, como também frente a fortes tendências conciliadoras e claudicantes que mesmo dentro da própria oposição pareceram ameaçar grandemente a sua unidade.

Amnistia aos presos políticos, liberdade de reunião, de expressão, e controlo democrático dos meios de comunicação estatais, eis o que pede a Coordenação Democrática, com o apoio de manifestações de massas



ALFA

REUNIÃO de todos os estudantes inscritos para a 2.ª quinzena de Agosto. 6.ª feira, às 18 horas, na sede do movimento ALFA. Fac. Letras.

Se não puderes comparecer, confirma a tua ida até sábado, dia 14, na sede do ALFA, horário de funcionamento:

De 2.ª a 6.ª feira — das 11 às 19 horas
Sábado — das 10 às 12 horas

PUB

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos

Sede: Rua Joaquim António de Aguiar, 66-3.º, Esq.º — Lisboa

A PRISÃO PARA SPÍNOLA

Simultaneamente com a libertação dos mais refinados PIDES, regressa a Portugal o ex-general Spínola fortemente implicado no 28 de Setembro e 11 de Março e responsável por actividades de organizações terroristas.

O seu regresso confiante é um insulto aos Trabalhadores e ao Povo Português.

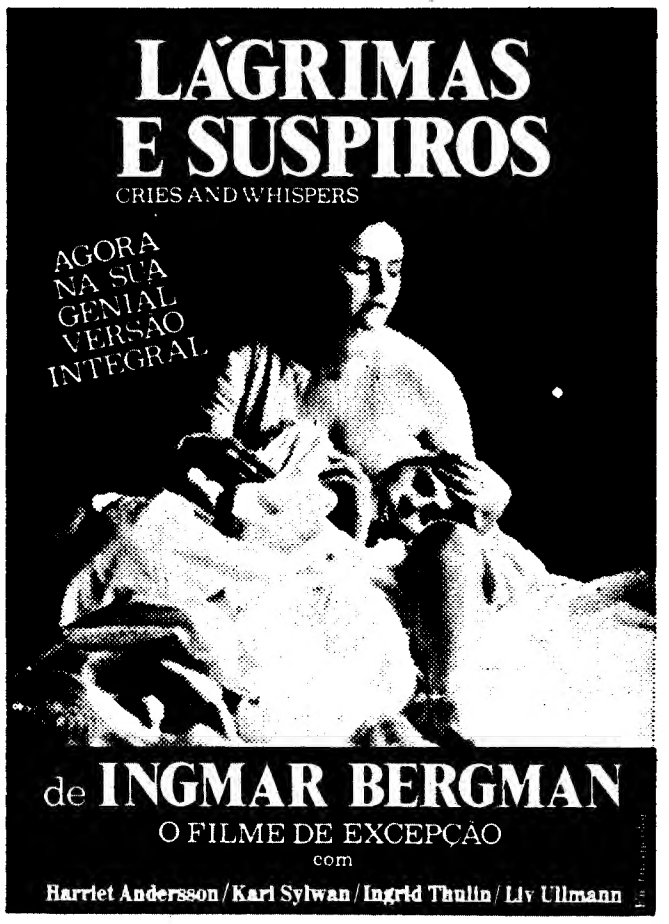
— **EXIGIMOS A PRISÃO E JULGAMENTO IMEDIATO PELOS CRIMES COMETIDOS!**

— **A DEMOCRACIA NÃO SE CONSTRÓI COM CONSPIRADORES E FASCISTAS!**

Lisboa, 11/8/76

A DIRECÇÃO

universal



CICLO BERGMAN:

De 12 a 19 de Agosto (inclusive)

Às 14.30 h e 20.30 h — A VERGONHA
Às 16.30 h e 22.30 h — LÁGRIMAS E SUSPIROS
Sábado, às 00.30 h — LÁGRIMAS E SUSPIROS

Geral

Um pacto militar para o Atlântico Sul

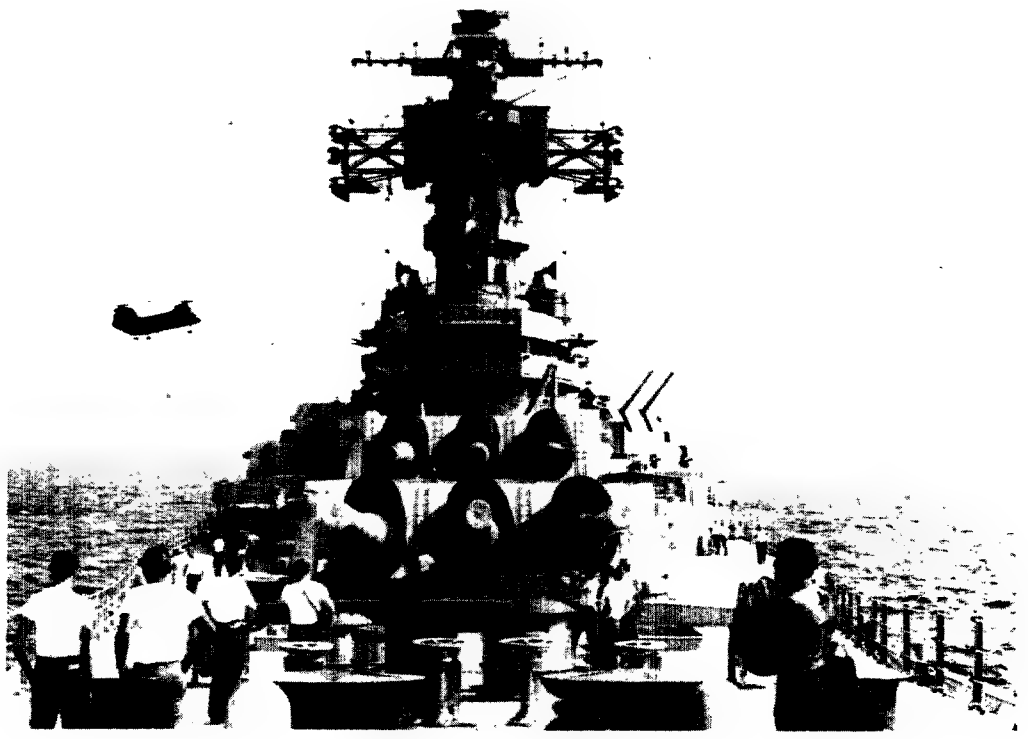
ABEL SARDINAS (Serviço especial da "Prensa Latina")

O Brasil estava ainda a estrear-se como império independente de Portugal e as nações hispano-americanas acabavam de libertar-se do colonialismo espanhol, e já o embaixador britânico em Buenos Aires, Lord Ponsonby, se referia às tendências expansionistas brasileiras para com a América do Sul e a África.

Dizia Lord Ponsonby, em 1828, que os brasileiros «acreditam que, uma vez donos da costa da América do Sul, desde o Amazonas até ao rio da Prata, e podendo estabelecer bases na costa africana, poderiam controlar o comércio da Inglaterra com a Índia, com a China, com toda a Ásia Oriental e Pacífico».

Três anos antes, Simón Bolivar, «El Libertador», havia advertido que «por desgraça, o Brasil tem limites com todos os nossos Estados e, por conseguinte, tem facilidades para nos declarar guerra». Denunciava também que seria muito agradável a toda a aristocracia europeia que o poder do príncipe do Brasil fosse estendido, «até destruir o germe da revolução».

Os «Mirage» adquiridos a França são o orgulho da Força Aérea Brasileira que, segundo o Comando Geral do Ar, está sempre preparado para a defesa e atento ao desenvolvimento da tensão em África



Em tempo de desanuviamento, os canhões da OTAM apontam para o Atlântico Sul. Não há confirmação, mas também ninguém desmente

Ainda que hoje não se trate da aristocracia europeia, mas sim dos interesses dos Estados Unidos, o tempo passado confirmou, reiteradas vezes, a validade da denúncia de Bolivar, e o Brasil mantém, basicamente, as aspirações apontadas por Lord Ponsonby.

«O Brasil, como país que possui a maior extensão de costas do Atlântico Sul, e que pretende ocupar, nos próximos 30 anos, uma posição destacada entre as grandes potências, terá que poder exercer influência através do seu poder marítimo, pelo menos em toda a área do Atlântico Sul, Oceano que o banha e do qual depende a segurança do seu próprio território»: palavras ditas pelo vice-almirante I. R. Freitas à revista «Hora Presente», no início de 1975.

O tema de um possível tratado militar do Atlântico Sul, do qual deveriam fazer parte o Brasil, a Argentina e a África do Sul, além dos Estados Unidos e, provavelmente, a Grã-Bretanha e a França, não é novo na literatura militar e geopolítica da maior nação sul-americana, nem nas declarações dos seus principais chefes militares e da imprensa oficialista.

PORQUÊ AGORA?

Essas intenções passaram a ter uma actualidade inusitada desde princípios de 1975, fundamentalmente no auge da luta de libertação nacional em África e, sobretudo, pela independência alcançada pelas ex-colónias portuguesas, sobre as quais o regime brasileiro mantém inocultáveis pretensões neocolonialistas.

O vice-almirante Roberto Mario Monerat, ao assumir em meados de Janeiro, o cargo de comandante em chefe da esquadra brasileira disse que «a manutenção do domínio do mar que nos corresponde implica manter livres as rotas de navegação mercante de interesse para o nosso comércio marítimo, incluindo as internacionais de longo curso, sobre todo o Atlântico Sul».

Em termos similares, se pronunciou na mesma data o chefe do Comando-Geral do Ar tenente-brigadeiro Délio Jardim, que afirmou: «A Aeronáutica está sempre preparada para a defesa e atenta ao desenvolvimento da tensão em África. O plano de segurança, que é renovado anualmente, poderia sofrer modificações a qualquer momento para garantir as rotas brasileiras no Atlântico Sul».

O oficioso «Jornal do Brasil» disse também, por essa altura, que «se exclui a ideia de que a nossa segurança externa possa ser mantida mediante a simples aplicação dos recursos nacionais». E acrescentava: «O Atlântico Sul, como problema de segurança, compreende, necessariamente, a aplicação do poder dos Estados Unidos e da Europa Ocidental».

OUTRAS PEÇAS EM JOGO

Dias depois, o diário britânico «Financial Times» perguntava: «Deveria o Brasil integrar, ou pelo menos relacionar-se mais estreitamente com a NATO ou seria realmente melhor que a actual aliança se transformasse em ATO — Organização para o Tratado do Atlântico — e ampliasse as suas actividades até ao atlântico Sul?»

E prosseguia: «Desde o golpe de Estado militar de 1964, quando as forças armadas brasileiras derrotaram o governo eleito de João Goulart, numa acção que segundo se disse, representava, entre outras coisas, a defesa da civilização ocidental e cristã, que houve uma forte tendência da diplomacia brasileira no sentido de procurar uma maior proximidade para com a aliança comercial». Indicava ainda que «esta tendência se evidenciou muito claramente na decisão tomada no final da década de 60, de depender da Grã-Bretanha para conseguir meios que permitissem a construção da armada brasileira... e da França para ajudar o desenvolvimento da Força Aérea».

Nesse contexto se insere o constante movimento diplomático, político e militar entre o Brasil, por um lado, e os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França, por outro.

Em Fevereiro último, Henry Kissinger visitou o Brasil e ratificou o apoio de Washington ao regime deste país, como o seu principal sócio na região, baptizando-o como «potência emergente». Na oportunidade, Kissinger firmou com o regime brasileiro um acordo que estabelece consultas bilaterais e semestrais entre ambos os países, sobre problemas internacionais. Este acordo, que provocou uma onda de protestos na America Latina, inclusive a níveis oficiais, traduziu-se por uma ratificação do papel de «gendarme» que, segundo opinião generalizada, Washington atribui ao regime de Brasília na América do Sul. Antes de Kissinger, esteve em Brasília o vice-ministro da chancelaria britânica, Ted Rowlands. Posteriormente, também chegou o chanceler francês Jean Sauvagnargues. Por seu lado, o chefe do regime brasileiro, Ernesto Geisel, visitou a França e a Inglaterra, respectivamente em fins de Abril e princípios de Maio. Em todos esses contactos, o tema do Atlântico Sul e Norte, assim como do papel que se pretende que o Brasil desempenhe em África, foram pontos destacados da agenda de conversações, segundo foi reconhecido em comunicados oficiais e em declarações à Imprensa.

Nesse contexto inscreve-se também a visita feita à Argentina, em Abril último, pelo ministro da Marinha brasileira, almirante Geraldo Azevedo Henning, que, segundo o «Jornal do Brasil», viajou com o propósito de acordar uma estratégia naval conjunta para o Atlântico Sul. Essa mesma apreciação foi feita por diversos diários da capital argentina, ao comentarem a presença de Henning, que coincidiu com a visita dos almirantes norte-americanos James Sagerholm e George Ellis, respectivamente, titular e chefe destacado do comando estado-unidense do Atlântico Sul.

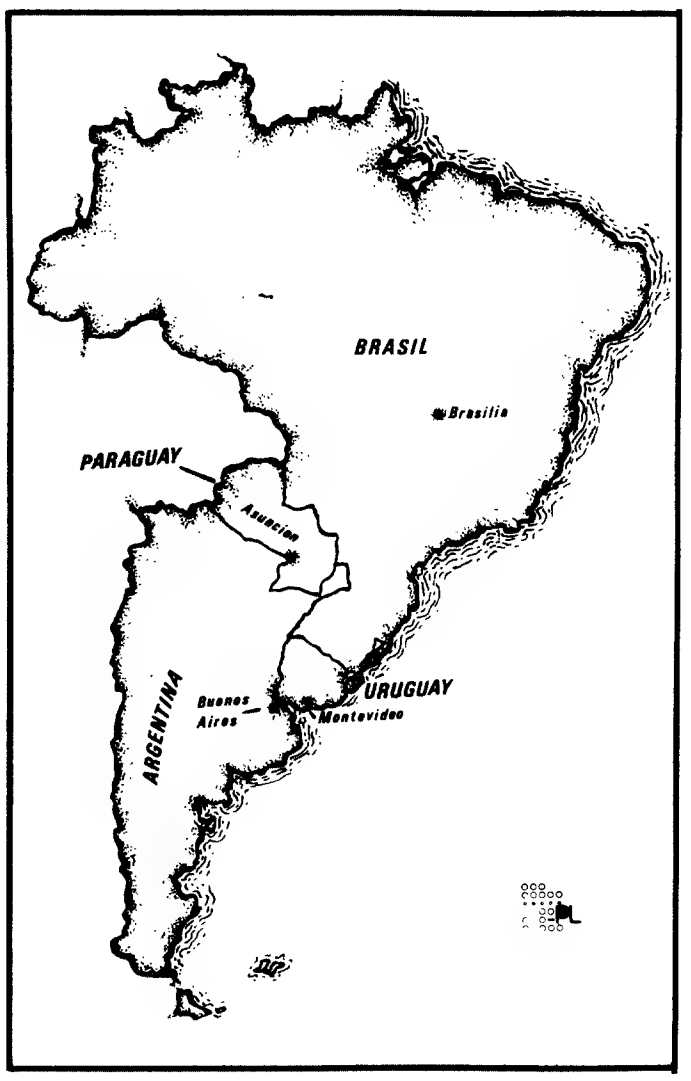
AS DIFICULDADES

Desde logo, tudo indica que, em princípio, existem princípios coincidentes entre os envolvidos na constituição do novo pacto militar de ampliação do raio de acção da NATO. Entretanto, a iniciativa não está isenta de dificuldades.

O primeiro obstáculo é a condenação unânime, de que é objecto a nível mundial, o regime da Africa do Sul, país chave do tratado que em grande parte se destina à oposição contra os movimentos de libertação nacional e governos progressistas africanos. Outro obstáculo são os velhos diferendos argentino-brasileiros em diversos aspectos da política latino-americana de ambos os países e as divergências em torno dos protestos argentinos pelo uso feito pelo Brasil, em território brasileiro e paraguaio, das águas de rios de curso sucessivo que penetram nos limites do seu país. Em terceiro lugar, e ainda que não existissem outras dificuldades, um novo tratado militar sempre implicaria num conjunto de problemas diplomáticos internacionais, sobretudo levando-se em conta que tais passos — de inocultável tendência belicista — estão a ser dados numa época de desanuviamento internacional.

Entretanto, e apesar dos obstáculos, o perigo do aparecimento de um novo pacto militar é latente. Talvez o principal indicador neste sentido seja a diferença de tratamento oficial que o tema recebeu na actualidade e o que se lhe deu em 1969, quando também chegou a ter um notável relevo internacional. Naquela oportunidade, vários dos países que então apareciam envolvidos, o Brasil inclusive, desmentiram nas Nações Unidas que tivessem intenções de formar algum pacto.

Se até agora não existe qualquer confirmação oficial acerca dos trabalhos expressamente desenvolvidos com esse objectivo, também não apareceu nenhum desmentido.



Brasil: milhares de quilómetros de litoral. A maior extensão de costas da América do Sul. Uma das chaves do novo pacto militar que está a ser preparado

BROTHER
MÁQUINAS DE TRICOTAR

uma sensacional criação japonesa. A máquina que tem recursos para a ajudar a ganhar dinheiro. Peça uma demonstração sem compromisso aos representantes:

ELECTRIPORTO
Rua Rodrigues Sampaio, 193
Telefone, 28228 — PORTO
Em Lisboa:
R. dos Anjos, 21-A — Tel. 52251

Consulte o Agente da sua localidade. Se não o encontrar, escreva-nos.

Estrangeiro

SEIS POEMAS DE COMBATE

De Sharpeville ao Soweto o povo sul-africano em luta

Patriotas sul-africanos — nomens, mulheres, crianças — continuam a ser massacrados pelas forças repressivas do racismo. Soweto, Alexandra, Tembisa, Kagiso, Katlehong, são hoje, como há anos atrás Sharpeville, campos onde explorados e oprimidos, privados da Pátria na sua própria Pátria, desafiam o regime mais bárbaro da actualidade.

«Novos ventos sopram em África», alertou Kissinger aos seus aliados de Pretória. Na realidade, são ventos que nunca deixaram de varrer o Continente, especialmente a África do Sul. Só que neste momento correm em rajadas mais fortes.

Impulsionado pelas vitórias dos povos de Angola e de Moçambique, encorejado pela humilhante derrota dos exercitos fascistas brancos e negros frente ao heroísmo do MPLA, o movimento poppular sul-africano guidado pela sua vanguarda — O Congresso Nacional Africano (ANC) — e apoiado na solidariedade activa da classe operária negra — organizada em torno do Partido Comunista Sul-Africano — lança-se em nova e mais dinâmica arremetida contra o poder dos fazendeiros «boers», da Igreja Reformista Holandesa, dos doutores de Stellenbosch, do capital sionista e da coligação imperialista.

A vitória não será para amanhã; mas a luta também não é de hoje. E o povo da Azânia (R.S.A.) triunfará!

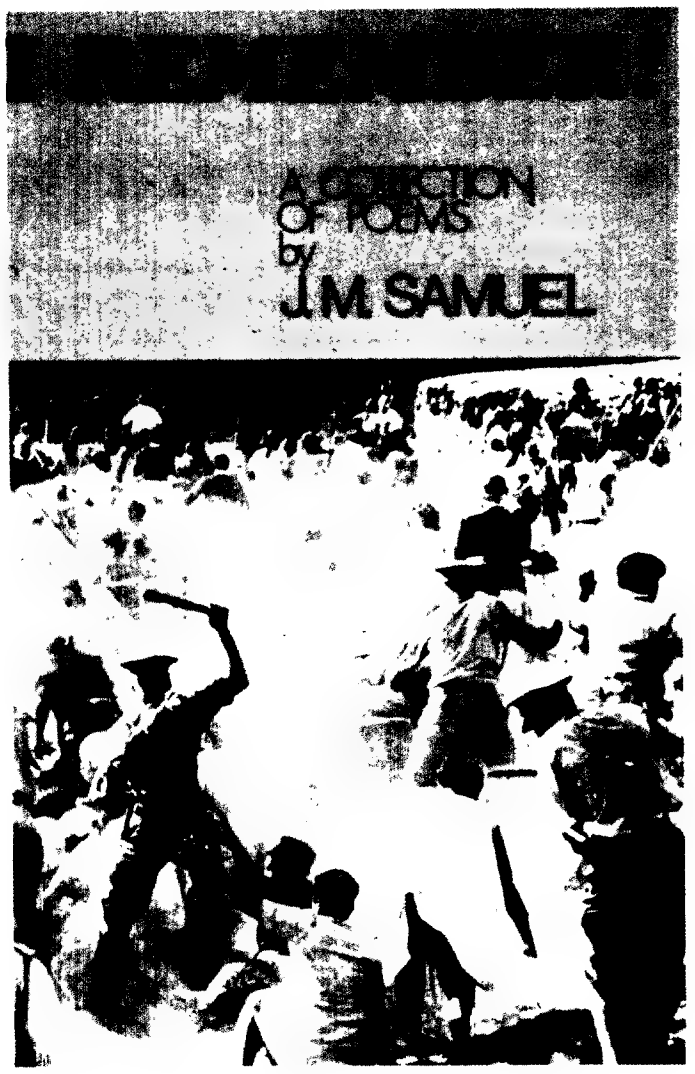
Expressão da luta corajosa de um povo, a poesia negra sul-africana produzida na arrasante situação de clandestinidade, nos horrores dos campos de concentração, na tortura das prisões ou nas privações do exílio, ganhou dimensão internacional infligindo mais uma derrota aos campeões das teorias nazis da superioridade racial.

Dolar Brand, Dennis Brutus, Choonara, C. J. Driver, Timothy Holmer, Kearapetse Kgositsile, Arthur Nortjie, F. Chipasula, L. Tembo, R. Chima e J. M. Samuel, são alguns desses artistas.

No seu conjunto, representam diferentes etapas no compasso da consciência política do escritor. Encontram-se, entre eles, activistas políticos que sofreram julgamento, feridas, torturas e prisões; há os que apenas experimentaram o estrangulamento artístico e a humilhação pessoal; há, finalmente, os que sofreram tudo isto e caíram!

No momento em que o povo sul-africano vê os seus melhores filhos tombarem sob as balas assassinas, serem conduzidos como rebanhos para as prisões e os trabalhos forçados, alguns poemas de J. M. Samuel a seguir transcritos são uma pequena homenagem a quantos, nesse enorme campo de concentração que Vorster continua a forjar, lutam sem desfalecimento e ousam gritar — Liberdade!

E.R.



SEIS LIÇÕES

A minha negritude é o reflexo do teu ódio;
a minha pobreza é o reflexo da tua avareza;
o meu mundo de escuridão reflecte a tua ignorância;
as minhas carências, a tua exploração;
a minha morte, o tere «lucros e perdas»
a minha humanidade é o reflexo da tua desumanidade.

UM SONHO

Sonhei toda a longa noite.
Vi homens, ombro a ombro, caminhando
extensas colunas numa comprida, cinzenta, estrada
que se elevava para o Sol.
Vi o Sol, vermelho, raios de sangue;
vi os homens caírem e levantarem-se,
agora a comprida, cinzenta, estrada, tornada também vermelha.

A CRIANÇA

Era uma criança,
inocente, mas já sentindo a tristeza.
Ontem brincava descuidada e sorridente,
hoje dá com o conhecimento do que é a morte.
O pequeno ramo de flores murchou
e ele colocou-o sobre o túmulo.
Mas há força nas lágrimas dos deus olhos.

A CANÇÃO DA MORTE

Ontem a morte caminhou ao meu lado.
Sozinho não temo,
mas a morte caminhou comigo
cantando uma canção (para ela) alegre!
«Mais vidas, mais vidas,
dêem-me hoje
mais vidas.
Levantai-vos!
Brancos!
Empunhai as vossas espingardas,
mais vidas, hoje, para mim».
A morte soltou uma gargalhada,
e eles marcharam ao som da sua canção.

PARA OS QUE LUTAM

Não há tempo para consolações,
as lágrimas transformam-se em pedras.
O coração endurece quando o cérebro frio
contempla a realidade.

Não há tempo para lamentos
que não conduzem a nada.

Luta agora . luta
mesmo se endurecem e algemam
a tua vida
luta!

A NOVA «REVOLUÇÃO»

E os «Mercedes Benz»
e os palácios
e as festas
e os salários aumentando
tornando-se o brasão da «revolução» impedida!

PUB

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

Avenida Visconde Valmor, 34-1.º — LISBOA-1
Telefones: 770274 - 763276 - 770066

SPÍNOLA E EX-PIDES REGRESSOS E LIBERTAÇÕES

Este Sindicato, expressando a vontade dos trabalhadores, vem protestar contra a presença do ex-General Spínola em Portugal, depois de ter sido expulso da Suíça, França e não ser permitida a sua entrada em Espanha.

No momento em que está em plena discussão o Programa do Governo na Assembleia da República e que este afirma querer pôr termo ao terrorismo, regressa ao País uma figura altamente responsável pelos atentados à Democracia, como no 28 de Setembro, 11 de Março e através de organizações terroristas tais como o MDLP, do qual é líder, está responsável também pelos atentados bombistas contra vidas e bens do Povo Português, nomeadamente vários sindicatos e sedes de organizações sindicais, etc.

Este Sindicato exige que António de Spínola aguarde na prisão o julgamento, como responsável e participante de associações antidemocráticas que visam, pela violência a destruição da Democracia. A este respeito foram enviados telegramas para: Conselho de Ministros; Primeiro-Ministro; Presidente da Assembleia da República; Presidente da Comissão Constitucional; Assembleia da República; Conselho da Revolução; Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e Comandante da Região Militar de Lisboa.

MOÇÃO

As Comissões de Trabalhadores e Delegados Sindicais da Rodoviária Nacional em conjunto com representantes da Federação dos Rodoviários, Sindicato dos Rodoviários, Garagens, Metalúrgicos e Electricistas, em reunião no Sindicato dos Rodoviários, no dia 10-8-76 pelas 15 horas, indignados com a atitude dos órgãos do poder ao soltarem indivíduos altamente responsáveis pela máquina repressiva da ex-Pide que tanto vitimaram o nosso povo, como o exemplo de Abílio Pires, Inácio Afonso e Sachetti, nestes últimos dias. Para cúmulo desta situação escandalosa, permitem o regresso a Portugal de Spínola e todos aqueles que contribuiram e sustentaram o regime fascista derrubado em 25-4-74.

Em contrapartida, são saneados militares honestos do 25 de Abril/74 que derrubaram o negro regime, bem como trabalhadores que têm dado o seu melhor à luta pela classe e na defesa das liberdades.

Face a esta situação, demonstram publicamente o seu repúdio e exigem medidas por parte do Governo para que tais indivíduos sejam justamente julgados e punidos, e não que venham circular pelo País ao lado do povo trabalhador por eles reprimido e explorado.

— CONTRAS AS MEDIDAS INCONSTITUCIONAIS.
— PELA DEFESA DA DEMOCRACIA.

Lisboa, 11 de Agosto de 1976

A DIRECÇÃO

PUB

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalo-Mecânica do Distrito de Lisboa

Trabalhadores exigem julgamento e punição de Spínola

Spínola regressou depois de inúmeras auscultações feitas através da Imprensa reaccionária, visando conhecer a opinião dos órgãos do poder civil e militar.

Spínola, um criminoso que combateu no exército nazi, que se aponta como responsável pelo assassínio de Amílcar Cabral, que chefia organizações terroristas contra o povo Português e, sobre o qual recaem graves acusações pela sua tentativa de golpes violentos contra a democracia em 28 de Setembro e 11 de Março, além de toda a sua actividade conspirativa contra as conquistas das massas trabalhadoras, regressou, confiante de ser liberto e ficar impune! Confiança essa, alicerçada na libertação dos criminosos e torcionários da PIDE/DGS e da brandura com que, fascistas e assassinos, têm sido tratados nos tribunais.

Encarando este regresso como uma nítida provocação à estabilização do processo democrático, e um novo alento e legitimidade à direita reaccionária, os trabalhadores exigem o seu julgamento e punição severa.

Tal como recentemente, a rede terrorista tem estado a ser desmantelada com firmeza, os trabalhadores exigem a punição rigorosa de todos os responsáveis por actividades criminosas contra o povo Português, a liberdade e a democracia, de que Spínola, se tem mostrado um destacado líder

A defesa das mais significativas conquistas do processo revolucionário e das liberdades fundamentais, exige a maior vigilância dos órgãos do poder, no sentido do cumprimento da Constituição e da concretização das intenções afirmadas pelo Presidente da República, Governo e destacados elementos do Conselho da Revolução.

A defesa da nossa Revolução exige, a firme vigilância e unidade das classes Trabalhadoras.

A DIRECÇÃO

FAÇA
férias
PORTUGUESAS
A
MADEIRA

Preços desde
2.900.00
Viagem aérea em Classe Turística LISBOA/FUNCHAL/LISBOA Alojamento no Hotel escolhido em regime de pequeno almoço, meia pensão ou pensão completa. Transporte Aeroporto/Hotel/Aeroporto Transporte 20 kg bag

CONSULTE
BUISSON
VIAGENS·TURISMO
RUA BRAAMCAMP, 15-D
Tels. 4 04 59 - 4 04 68 - 56 03 88
Teleg.: BUISTOUR-Telex: 12762
UMA AGÊNCIA MODERNA · COM MAIS DE 9 ANOS DE EXPERIÊNCIA

Estrangeiro

Alastra a agitação na África do Sul

TRINTA E TRÊS MORTOS PERTO DA CIDADE DO CABO

CIDADE DO CABO, 12 (R e ANOP) As desordens em localidades negras à volta da Cidade do Cabo causaram 33 mortes, segundo revelou hoje o comissário sul-africano da polícia, general Gert Prinsloo.

Disse num comunicado que se desconhecia quantas pessoas tinham morrido devido aos disparos da Polícia.

Notícias não oficiais indicam que, pelo menos, 50 negros se achavam gravemente feridos.

O comunicado do comandante da polícia seguiu-se a uma noite de violência nas localidades de Langa, Nyanga e Guguletu.

O general Prinsloo declarou que se encontrava ainda em vigor a prevenção da Polícia em todo o país, imposta após ocorrerem novos motins em Soweto, na semana passada.

Notícias da Rádio dizem que a Polícia, que restabeleceu a calma nas localidades perto da Cidade do Cabo, cerca das três horas locais de hoje, voltou a entrar em acção pouco depois do alvorecer quando jovens negros tentaram intimidar trabalhadorres em estações dos caminhos-de-ferro para evitar que fossem para os seus empregos. Esses actos de intimidação caracterizaram também as desordens em Soweto.

As desordens alastraram então como um fogo na floresta e calculou-se que no seu auge estiveram envolvidos nelas 90.000 negros em Langa, Nyanga e Guguletu.

Os africanos vaiaram e apedrejaram elementos da polícia tentando opor-se a actos de fogo posto e de pilhagem.

À meia-noite, um franco-atirador disparou contra a esquadra da polícia de Guguletu, disseram as autoridades. Os guardas sairam para a rua e, poucos minutos depois, ouviram-se intensos disparos.

Um capataz da construção civil, Alan Wilson, declarou que vira uma multidão de cerca de 400 jovens e crianças negros, aos gritos, descerem uma rua, perto de Nyanga, partindo para-brisas e vidros das janelas de uma fila de automóveis estacionados e arrancando dos veículos rádios e gravadores, antes da chegada da Polícia ao local.

Nos motins que ocorreram em Soweto, perto de Joanesburgo, em meados de Junho, morreram 176 pessoas. Contudo, foi a primeira vez que desordens sérias se registaram na Península do Cabo, desde que a Polícia disparou contra manifestantes negros em Langa, em Março de 1960. O total de mortos foi indicado, então, como sendo de três, com 29 feridos.

Joanesburgo e o Nordeste industrializado da República têm uma concentração muito maior de negros do que a Província do Cabo, no Sudoeste.

Nesta área, os mestiços constituem a maior comunidade não branca. Até agora, têm-se registado, todavia, pouca agitação entre eles.

No entanto, os mestiços têm também grandes agravos contra o Governo branco. Muitos comentadores políticos afirmaram que, a não ser que aos mestiços sejam concedidas melhores oportunidades e direitos, é apenas uma questão de tempo antes deles começarem também com protestos violentos.

Entretanto, um negro de Mamelodi, uma das localidades africanas onde se têm registado desordens, faleceu num hospital de Pretória, após se imolar pelo fogo numa rua desta capital, segundo revelou hoje a Polícia.

Simon Mosembike, um operário da construção civil, encharcou o vestuário com óleo Diesel e largou-lhe ontem fogo. Faleceu algumas horas depois, a despeito de esforços feitos por transeuntes para apagar as chamas.

A Polícia disse ignorar o motivo do suicídio.

Por outro lado, a Tass anunciou que Mapetla Mohapi, militante da Convenção do Povo Negro e da Organização dos Estudantes Sul-Africanos, morreu em consequência de brutais torturas na penitenciária de Keyroad, perto de East London.

Mohapi, combatente pelos direitos e pela liberdade do povo sul-africano, fora encarcerado ao abrigo do «Terrorism Act», lei contra medidas consideradas de carácter terrorista.

Numa tentativa de esconder a verdadeira causa da morte, observa a agência soviética os carcereiros disseram ter havido suicídio.

Segundo estatísticas, a República da África do Sul contribuiria com metade de todas as penas de morte executadas no mundo ao abrigo de penas decretadas por tribunais. Mas isso sem incluir as mortes ocorridas em prisões e campos de concentração onde prisioneiros dão entrada sem julgamento ou interrogatório.

O ministro da Justiça, Polícia e Prisões, James Kruger, reconheceu no Parlamento que só no ano passado 92 pessoas morreram na prisão e 102 foram mortas «quando tentavam fugir».

ATAQUE

LUSACA, 12 (ANOP) As Forcas Armadas sul-africanas atacaram a semana passada uma aldeia fronteiriça zambiana, matando um soldado e ferindo outro declarou o presidente Kaunda, segundo o qual as tropas da Zâmbia puseram o inimigo em debandada, infligindo-lhe «pesadas baixas».

O ministro dos Assuntos Internos, Aaron Milner, afirmou à Imprensa que a aviação sul-africana tem violado todos os dias o espaço aéreo zambiano e que o mês passado bombardeou a localidade fronteiriça de Sesheke, ferindo uma criança.

Nova ofensiva cristã contra Taal el Zaatar

NICÓSIA, 12 (F.P.) Os conservadores cristaos lançaram uma nova ofensiva contra o campo de Tel-al-Zaatar às 6 horas de hoje (hora local), segundo anunciou a Rádio progressista libanesa.

A batalha continuava acesa três horas depois, segundo anunciava ainda a Rádio, que esclarecia que os conservadores cristãos tinham posto em movimento «um importante número de soldados de infantaria e de blindados apoiados por um cerrado fogo de artilharia».

A Rádio comunicava ainda que a ofensiva de quarta-feira contra o campo palestiniano, cercado desde há cinquenta e quatro dias, tinha sido repelida.

Por seu lado, Rádio-Amchitt (fiel ao ex-presidente Franjieh) anunciou que «Tel-al-Zaatar está prestes a cair» e que continuam a render-se «centenas de pessoas do campo palestiniano».

Soube-se igualmente que uma evacuação total do campo poderá ter inicio nas próximas 24 horas, pois a resistência palestiniana já concedeu o seu acordo. Este deve ter sido obtido na noite de ontem para hoje, durante uma reunião entre representantes das Falanges (conservadores cristãos) e da Resistência Palestiniana.

A Rádio, fiel ao presidente Franjieh, anuncia também um violento bombardeamento de artilharia contra os bairros residenciais de Beirute e contra o porto de Jounieh, (a Norte da capital) levado a cabo pelos palestinianos. Confirmando por seu lado os bombardeamentos dos bairros residenciais de Beirute, a Rádio progressista esclarece que a artilharia das «forças comuns» (palestino-progressistas) bombardeou posições da artilharia inimiga.

O chefe do Departamento Politico da O.L.P., Faruk Kadimi, anunciou entretanto que se os conservadores conseguirem entrar no campo palestiniano de Tel-al-Taazar, a Resistência Palestiniana «ripostará energicamente» noutras frentes.

Numa declaração difundida pela Rádio progressista libanesa e captada em Nicósia, Kaddumi acentuou que a União Soviética «apoia sem reservas o movimento nacional progressista libanês e a Resistência Palestiniana e exerce pressões para que os combates sejam suspensos e travada a conjura contra os palestinianos».

Do Cairo informam que circulos governamentais egipcios desmentiram ontem que o presidente Anwar Sadat planeie avistar-se com o seu homólogo sirio, Hafez Assad, na cimeira de paises não alinhados que se realizará na próxima semana em Colombo (Sri Lank).

LONDRES REJEITA PROPOSTA DE AMIN

LONDRES, 12 (FP) A Grã-Bretanha não tenciona reatar num futuro próximo as suas relações diplomáticas com o Uganda, afirma fonte inglesa autorizada, quarta-feira.

Este esclarecimento surge na sequência das declarações do presidente Amin Dada, segundo as quais os dois paises deveriam reatar as suas relações diplomáticas. Em quatro dias, tratava-se, aliás, da segunda proposta desse teor feita por Amin Dada.

Salientam em Whitehall que a decisão britânica foi tomada após demorada reflexão e que é errado pensar-se que poderá ser anulada num futuro próximo.

Os circulos oficiais britânicos haviam já indicado que Londres esperava gestos concretos da parte do presidente Amin Dada, e em particular esclarecimentos sobre o desaparecimento de Graham Clegg, cidadão britânico, e sobre as circunstâncias que rodearam a morte de Dora Bloch, anglo-israelita.

Londres indicara ainda que Amin Dada devia pagar indemnizações pelos bens dos cidadãos britânicos confiscados pelo Governo ugandês.

PANAMÁ DENUNCIA MANOBRAS DOS E.U.A.

CIDADE DO PANAMÁ, 12 — (ANOP/«DL») — As anunciadas manobras navais norte-americanas na Caraíbas parece destinarem-se a amedrontar os governos das ex-colónias britânicas dessa área — segundo a emissora panamiana Radio Libertad.

Além de Cuba, objectivo de anteriores manobras, as que se realizam agora têm como objectivo os governos da Jamaica, Guiana e Trindade-Tobago declarou a emissora.

Os antecedentes desta variação encontram-se na evolução política que experimentaram os governos dessas nações, evolução que frustou as esperanças dos Estados Unidos de criar, em torno de Cuba, «uma cintura de países vassalos politica e economicamente» — acrescentou Radio Libertad.

A emissora panamiana atribuiu a reacção norte-americana à política de desenvolvimento económico iniciada nesses países prescindindo das empresas multinacionais.

Recorde-se, a propósito, que há vários meses que se vêm denunciando intenções brasileiras de invadir a Guiana, pequeno país, recentemente ascendido à independência, cujo regime se tem caracterizado, no plano interno, pela nacionalização da sua economia, e no plano externo, pela sua militância anti-imperialista.

Ataque palestiniano em Istambul — 4 mortos e 30 feridos

ISTAMBUL, 12 (R, ANOP e «DL») Quatro mortos e 30 feridos, entre os quais muitos judeus, é o resultado de um novo ataque palestiniano a um avião da companhia israelense «El Al», levado a cabo ontem à noite no Aeroporto de Yasilkov, em Istambul.

Sob pânico total, com pessoas fugindo para todos os lados e a gritar histericamente, segundo disseram funcionários do aeroporto, o vestíbulo para a partida dos voos internacionais foi varrido por disparos e sacudido por explosões quando os passageiros se preparavam para embarcar rumo a Telaviv. Pouco depois, durante uma batalha a tiro com a Polícia que durou meia hora, na qual participaram atiradores especiais, dois guerrilheiros renderam-se, quando estavam encurralados nos lavabos das senhoras, com as munições esgotadas. A polícia identificou-os com Mahadi Muhammed, de 22 anos, e Hussein Muhammad Al-Rashid, de 27. Ambos traziam passaportes ao Kuweit. Algumas agências noticiosas informam que outros dois guerrilheiros foram mortos pela Polícia.

Os detidos afirmaram pertencer à Frente Popular para a Libertação da Palestina que se dedica especialmente a acções violentas. Os explosivos, pistolas e uma metralhadora eram transportados na bagagem de mão dos guerrilheiros. Durante o interrogatório a que os presos foram submetidos ainda dentro do aeroporto, foi revelado que o ataque era financiado pelas autoridades líbias e que as instruções paa a acção foram dadas em Roma. Segundo as primeiras informações, os mortos são um japonês, um espanhol e dois israelistas.

Apesar do ataque, o Boeing 707 da El Al seguiu para Telaviv, onde era esperado por um forte dispositivo de segurança e por equipas médicas que entraram no avião assim que ele ficou imobilizado na pista, para atender e transportar os feridos, o vice-consul israelista em Istambul indicou que há 24 feridos nos hospitais da cidade,

Índia: independente em matéria nuclear

NOVA DELI, 12 — (FP) — Indira Gandhi, primeiro-ministro indiano, declarou ontem que a India já nao dependia «em larga medida» dos paises estrangeiros no que se refere à importação dos equipamentos necessários aos projectos nucleares do pais.

O primeiro-ministro precisou, com efeito, perante os deputados que todos os elementos necessários a estes projectos eram ou iriam ser construidos na India.

Gandhi indicou, por outro lado, que a India recebera a 23 de Julho metade do urânio enriquecido encomendado aos Estados Unidos.

CHIRAC: «NÃO» A KISSINGER

PARIS, 12 (R) Paris rejeitou ontem uma proposta do secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, para que os Estados Unidos, a França e o Paquistão se reúnam para solucionar uma disputa sobre uma planeada venda pelos franceses de equipamento nuclear ao Governo paquistanês.

O primeiro-ministro Jacques Chirac declarou que a Franca não encarava a hipótese de participar numa conferência entre os três paises sobre o assunto.

A incisiva resposta da França à oferta de Kissinger coincidiu com a partida do secretário de Estado americano para a Holanda, no fim de uma estada de 24 horas em Deauville, na costa do Canal da Mancha. Kissinger já regressou, entretanto, a Washington.

Os franceses acham que os Estados Unidos estão a exercer uma pressão descabida, ao avisarem o Paquistão de que poderia comprometer a assistência militar e económica americana se comprar a fábrica de reprocessamento à França.

Caleidoscópio

■ BOGOTÁ, 12 (FP) Terá lugar brevemente na Colômbia uma reunião de várias organizações deguerrilha da América Latina, segundo ontem foi anunciado por um comunicado clandestino do Exército Popular de Libertação colombiano.

■ WASHINGTON, 12 (FP) A China considera que uma guerra entre os Estados Unidos e a União Soviética é inevitável a longo prazo e que a Europa será o campo de batalha, declarou na quarta feira o deputado democrata Lester Wolff, que regressou de Pequim.

■ MADRID, 12 (ANOP) Ambora, de acordo com as estatisticas oficiais, tenham sido libertados cerca de cem presos, com base na aplicação da amnistia decretada recentemente, apenas sairam das prisões espanholas uns [illegible] presos politicos, afirmaram os seus advogados defensores.

■ PASADENA, 12 (FP) As forografias tiradas pelas sondas Viking dão uma imagem nova das crateres de Marte, algumas delas por vezes com a dimensão dos vulcões terrestres. Tais crateras têm duas origens: impacto de meteoritos e vulcões.

■ TRIPOLI, 12 (ANOP) O presidente sudanês, Gaafar Al-Nimeiry foi provado de maioria das suas prerrogativas politicas e militares, anunciou a Agência Noticiosa da Revolução Árabe.

Espectáculos

HOJE: às 20.30 e 22.30
Domingos — Matinée às 16 h.
4.ª FEIRA
Descanso da Companhia
(Não acos. MEN. 18 anos)

Crítica de Teatro

CARLOS PORTO

Moliére no T.E.P.

«AS ARTIMANHAS DE SCAPINO», de Moliere. S/ind. de tradutor. Encenação: Roberto Merino. Cenário e Figurinos: José Rodrigues. Luz: Fernando Teixeira. Som: Fernando Rangel. Interpretação: Jorge Pinto, Teresa Fernandes, João Paulo Costa, Emília Silvestre, José Pinto, Monte Empina, Fernanda Gonçalves, Diamantino Silvestre, Domingos Cerqueira, Fernando Silva. T. E. P. Teatro António Pedro (Porto).

Há vários espectáculos (diremos melhor: propostas cénicas) neste Molière que Roberto Merino encenou com alguma imaginação e tentando sublinhar a carga social do texto. Várias propostas cénicas, a saber: o texto propriamente dito com os seus valores específicos, com o jogo entre senhores e criados à boa maneira de Molière; o cenário e os figurinos que permitem a transfomração desse jogo através de uma marcação variada que constitui, com outros elementos alguns dos quais nos pareceram gratuitos, uma terceira proposta.

O cenário tem três elementos principais: ao centro um praticável pintado em xadrez tão igualmente pintados em xadrez (trata-se, supomos, de sos. Os soalhos das casas estão igualmente pintadas em xadrês (trata-se, supomos, de uma alusão ao *jogo* que a peça é). As casas movimentam-se e, por vezes, formam uma só com o praticável; viradas, mostram o interior (excelente o pormenor do papel de parede); com dois pisos, permitem uma marcação vertical e, desde logo, enriquecer o jogo visual do espectáculo (é o caso, para dar um exemplo, da cena em que Scapino em conversa com Geronte faz, dependurado, um excelente jogo de mãos).

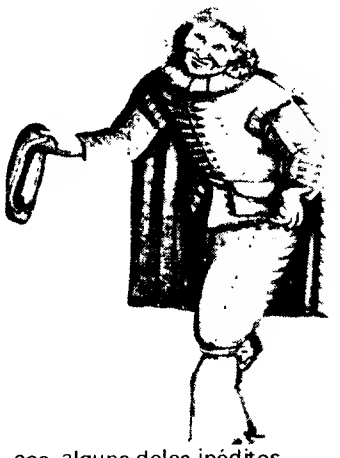
Essa marcação, bem com a forma como o encenador carregou nos vários jogos com o dinheiro (Geronte segura com força o cordel que prende a bolsa, aparece um criado que dá uma faca a Scapino que corta o cordel) permitem definir as personagens sob o ponto de vista social e, por isso, político, constituindo prova de capacidade de Merino em dissecar um texto (tanto ideologicamente como em termos de linguagem teatral). O uso de outros elementos, como a galera que surge ao fundo da cena e os ruídos do mar, confirmam o cuidado posto no espectáculo. Referimo-nos a efeitos gratuitos: é o caso do criado que aparece a dar pancadas num «gong», corte que não nos parece suficientemente motivado. no final, na cena da tareia de Geronte, ergue-se o pano e as personagens, que estavam sentadas às janelas das casas, aplaudem como se estivessem no teatro, o que também não me parece coerente no contexto do espectáculo. É ainda de sublinhar a graça da composição das personagens, sobretudo os dois velhos ricos que surgem com um «Bucha e Estica» endinheirados. A nosso ver, a debilidade do espectáculo decorre em primeiro lugar da falta de aglutinação das várias propostas cénicas a que nos referimos, e em segundo lugar, do fraco nivel geral da interpretacão que continua a ser o calcanhar de Aquiles da actividade do T.E.P. Isto, apesar do cuidado, no que se refere à composição e definição das personagens, revelado sobretudo por parte de Diamantino Silvestre, um Scapino que na posição do corpo faz lembrar uma personagem da «commedia dell'arte» embora se lamente a tendência para o exagero por parte do actor, e ainda Monte Empina e José Pinto.

NANCY76 VAI SER UMA GRANDE FESTA DE TEATRO CÓMICO

O Festival Mundial de Teatro de Nancy foi fundado há mais de 12 anos por Jack Lang e por uma equipa de estudantes e de artistas e transformou-se no forum mais importante a nivel mundial do teatro jovem. Participaram naquele festival desde a sua fundação 350 grupos de 60 países diferentes, tendo assistido ao festival do ano passado qualquer coisa como 200 000 mil espectadores.

Este ano o Festival de Nancy — que, aliás, era bienal passando agora a anual realiza-se em data diferente: costuma ser em Maio e será em Setembro. De 3 a 13 de Setembro estarão em Nancy grupos e artistas idos de vários pontos do globo para participar numa *festa internacional sob o signo do teatro cómico popular*. Haverá 30 espectáculos apresentados pelo célebre Teatro El Campesino, da Califónia; por máscaras do teatro tradicional de Bali (o que evoca evidentemente Artaud); por Dario Fo; pelo Théâtre du Soleil de Ariane Mnouchkine; por intérpretes contemporâneos da «commedia dell'arte»; por artistas cómicos africanos e do Nô japonês oda uma teoria de artistas especializados no teatro cómico e popular.

Além das três dezenas de espectáculos, a uma média de três por dia, haverá seminários subordinados ao tema «À Procura da Commedia dell'arte e do seu Cómico» que reunirão especialistas idos de vários pontos do mundo; *ateliers* que permitirão o confronto de técnicas de representação e a diferente utilização de máscaras clássicas e modernas; exposições de colecções de máscaras italianas, asiáticas; exposição de gravuras sobre a «commedia dell'arte» do célebre desenhador Jacques Callot; um festival de filmes cómicos, alguns deles inéditos.



De 28 de Abril a 8 de Maio de 1977 realizar-se-á em Nancy, agora dirigido artisticamente por Michèle Kokosowski, embora Jack Lang, não deixe de estar ligado à sua realização.

À margem do Festival, vai surgir em Nancy uma companhia de teatro que além das suas próprias criações apresentará outras criações francesas e estrangeiras; por sua vez iniciar-se-ão as actividades de CUIFERD (Centro Universiátiro International de Formação e de Investigações Dramáticas) que, como o nome o diz, é um centro de ensino e de investigação que organiza estágios sobre a formação do actor, da animação cultural, da cenografia, de encenação. Este Centro oferece anualmente 10 bolsas a artistas estrangeiros que para isso se deverão dirigir ao respectivo endereço 109, rue de Metz-Nancy

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

"Não nos liberteis do mal" de Joel Seria

FICHA:
Título original: Mais ne nous délivrez pas du mal
Realização e argumento: Joel Seria (França-1971)
Fotografia: Marcel Combes
Música: Dominique Ney
Interpretação: Jeanne Goupil **(Anne)**, Catherine Wagenez **(Lore)**, Michel Robin **(Leon)**, Veronique Silver **(Condessa)**, Jean-Pierre Helbert **(Conde)**, etc.
Distribuição em Portugal: Mundial Filmes
Cinema: Estúdio
Classificação: Interdita a menores de 18 anos.

Que nos valham Sade e Baudelaire, os amigos Masoch e Bataille, não esquecendo evidentemente Buñuel e o Pasolini último ou tão só o bom velho Lúcifer. Invoquemos também outros santos da mesma constelação como Stoker ou Potocki, Edgar Allan e Nérval, e imploremos por tudo quanto de sagrado tem o império das profundesas que nos libertem de outros filmes como este, já que deste não há remédio possível.

Por estas e por outras é que eu, em Agosto tentador de praias e de mar azul, vou rapidamente desertar de Lisboa cinematográfica e aportar aos Algarves onde me esperam uns dias breves em que estarei a salvo do ataque à má fila de senhores como Joel Seria.

Não há nada de tão exasperante como ver um qualquer profanar os sagrados terrenos da blasfémia e do reino das trevas. Principalmente se ele usar na banda de som uma cantiguinha que nos está sempre a lembrar a de **A semente do diabo** do Polanski, se ele tiver duas actrizinhas a precisarem de ir para a escola de cinema, a representarem dois personagens a precisarem é de açoites no rabo.

O reino do negativo e do perverso não se compadece com pequenos vigaristas. Nem com arremedos de cerimónias que qualquer funcionário da Hammer faria melhor num filme de 4.ª ordem de Drácula. Nem com pudícias sexuais que longe da perversidade parecem mas é impotentes. E, quanto á crueldade infantil, suficiente é remeter para o «Bestiário» do Cortázar.

Este filme chegou a estar proibido pela censura francesa sob o argumento de ser «uma obra das mais malsãs (...) em razão da perversão, do sadismo e dos fermentos de destruição moral e mental». Como se vê não estamos em nada de acordo com os senhores censores. Pelo contrário achamos esta obra uma farsa indigente, inexplicável, aliás, numa sala como o Estúdio, e, acima de tudo, de uma falta de inteligência assustadora.

JUNTA DE TURISMO DA COSTA DO SOL

II FESTIVAL DE MÚSICA
DA COSTA DO SOL

Sexta-feira, 13 de Agosto de 1976 — às 21.30

PAVILHÃO DE CONGRESSOS-ESTORIL

CONJUNTO INSTRUMENTAL LUSO-ESPANHOL

LUÍS PABLO • MAESTRO
MAGDALENA VAN ZELLER • CRAVO

OBRAS DE:
Luís Pablo • Cesuras (*) • Al son que tocan (*)
FALLA • Concerto para Cravo

(*) 1.ª audição em Portugal

PREÇO ÚNICO 30.00

Televisão

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

ALGUMA COISA DE QUASE NADA

Já passava da uma hora da manhã de hoje, quando o dr. Mário Soares se lembrou de fazer um apelo aos trabalhadores portugueses.

Cada qual pode fazer os apelos que quiser. Não está na Constituição, mas está no bom senso mínimo dos nossos direitos. Os apelos que quiser e a quem quiser. Incluindo, como bem se compreende, aos trabalhadores portugueses.

Só que fazer apelos aos trabalhadores à uma hora da manhã releva de grande irrealismo. A menos que se esteja a pensar nos trabalhadores sonâmbulos.

PRIVILÉGIO?

Não havia, aliás, razão para a emissão acabar tão tarde. Foi dito que o Presidente do Conselho teria uma hora para responder. Pelas minhas contas, o discurso deveria terminar, no máximo aos trinta minutos da madrugada. E já com bonificação.

Donde se conclui que o Presidente do Conselho abusou meia hora. O que, para quem deseja abolir privilégios, não abona muito.

A menos, já se vê, que, por decreto, as horas passem a ter mais minutos por sua conta.

OS AGRÁRIOS DESPROTEGIDOS

Muitos telespectadores portugueses ficaram certamente impressionados com o espavento da guerra anticomunista demonstrada pelo Presidente do Conselho em contraste com as palavrinhas mansas e o chá com bolos dedicados aos partidos da direita.

Curioso é que um desses partidos de direita, o C.D.S., constamente encheu a boca com as classes mais desfavorecidas praqui, classes mais desfavorecidas pracolá. E sempre com a maior naturalidade, que o mesmo é dizer, com o maior descaramento.

É canja: pra defender os interesses das classes mais desprotegidas, quanto mais à direita, melhor. A união Nacional, por exemplo.

A menos que para o C.D.S. as classes mais desfavorecidas sejam, hoje em dia, os grandes agrários...

HÁ MAIS MUNDO

Notória, diziamos a agressividade do dr. Mário Soares face ao Partido Comunista.

Dir-se-ia, até, que o Presidente do Conselho estava brutalmente chateado por aquele partido não ter apresentado uma proposta de rejeição.

As razões dessa atitude foram apresentadas. O responsável-mor do Governo, porém ignorou-as e substituiu-as por outras da sua lavra.

Pouca imaginação, pouco tacto político. Claro que o dr. Mário Soares não falava apenas para os deputados nem para os telespectadores. Falava para mais longe...

A GRANDE CONTRADIÇÃO

No entanto, o mesmo dr. Mário Soares viria a afirmar que o Partido Comunista Português não era o único partido dos trabalhadores: também o Partido Socialista o é.

Assim sendo, compreende-se mal onde está a lógica. Se ambos são partidos dos trabalhadores, não se compreende por que não juntam esforços em defesa dos trabalhadores.

Não se compreende que Mário Soares agrida um partido dos trabalhadores e faça tangares no cachaço a um partido antioperário.

Que o C.D.S. é um partido do patronato não sou eu que o digo. Disse-o, na Assembleia, um deputado... do P.S.

A propósito da intervenção do deputado da U.D.P., Acácio Barreiros, o dr. Mário Soares terá achado muito estranho, dado que tem mantido com ele **conversas muito cordeais...**

Ah, com que então longas conversas...

Ainda aqui teremos de ir buscar à voz do povo a explicação do facto: «Zangam-se as comadres....»

Ficamos, no entanto, sem saber se as tais **conversas cordeais** são antes ou depois dos discursos de garganta inflamada daquele deputado.

O mais natural é que sejam antes e depois.

VÁ, DESCANSE

Aliás, o dr. Mário Soares estava visivelmente fatigado. E ainda agora a procissão vai na praça...

Tal cansaço motivou um discurso monótono, povoado de soluções de continuidade, e com frequentes situações de jogo pouco limpo. Em termos de futebol, era cartão encarnado e recolher às cabinas.

O dr. Mário Soares apresenta nítidas dificuldades de reconversão. Tem de convencer-se, a partir de agora, que é chefe do Governo e como tal as suas atitudes públicas devem ser as de um chefe do Governo e não as de um chefe de partido.

Está fatigado. Mas agora que realizou o sonho da sua vida, descanse um pouco, homem.

Tem quatro anos para ganhar cabelos brancos, em liberdade e segurança enquanto a muitos outros o cabelo embranqueceu na prisão e na vida clandestina.

O FRETE

Já que falei em reconversão.

Todos ouvimos o dr. Mário Soares declarar que não há se deve falar em **imperialismo** mas em **imperialismos.**

É lamentável que um Primeiro-Ministro português se exprima nestes termos. É lamentável que, ao utilizar a infâmia dos **imperialismos,** o dr. Mário Soares se resolva a adoptar a teoria criada... pelo imperialismo.

COLHER ANTES DE SEMEAR

A fadiga estará na origem de alguns lapsos. Inofensivos, está certo, mas reveladores de um certo baixar de guarda.

Passo por cima de alguns mais evidentes. Recordarei apenas aquele segundo o qual **quem colhe ventos, semeia tempestades.**

Não há dúvida. Nisto de semear e de colher quem percebe são os trabalhadores rurais.

Esses não colhem nunca antes de semear. Às vezes até colhem e não têm onde guardar as sementes.

Ponto que ninguém tratou, nem mesmo o eng.º Lopes Cardoso. Ó sr. engenheiro, também é demagogia?

APOIOS

O Partido Comunista Português advertiu o Governo P.S. de que encontraria a maior oposição dos trabalhadores caso enveredasse por medidas antioperárias, encontraria apoio em tudo quanto favorecesse os trabalhadores.

Mário Soares apenas viu a «ameaça». Mas afinal quantos olhos tem o Presidente do Conselho?

Daí partiu ele para ameaçar, embora «o Governo não faça ameaças...» Que há um passado, que tem os seus apoios e que será bom que isso seja tomado **na devida conta...**

A este tipo de intervenção do dr. Mário Soares viria ele, mais tarde, a chamar **diálogo cortês.**

Como são elásticas as palavras em Portugal...

ALTERNATIVA SIM, HAVIA

Na opinião repetida do dr. Mário Soares não foi apresentada ali nenhuma alternativa para o Governo P.S.

Ai isso é que foi, senhor Primeiro. O senhor se calhar é que não ouviu, entretido a conversar com Jorge Campinos.

A alternativa para o Governo sozinho, era um Governo maioritário. A alternativa para o Governo P.S. era o Governo da maioria de Esquerda. Isso, sim, seria a realização plena do voto popular.

Que o sr. Kissinger não gostasse, isso já é outra história.

OS RECEIOS JUSTIFICAM-SE

Para resumir: o dr. Mário Soares, na sua longa intervenção, não respondeu a uma sequer das críticas vindas da esquerda; adoptou, porém, sugestões e amabilidades vindas da direita.

Hostilizou, de forma execrável, um político de esquerda; mas agradeceu, comovido até às lágrimas, o louvor e a adesão de Galvão de Melo.

Dizendo pertencer a um Partido de trabalhadores declarou que não privilegiaria nenhuma classe o que é uma bem original maneira de conceber a prática social e política...

Mário Soares não fez mais do que aumentar e justificar as inquietações de quem o vê inflectir tão perigosamente para a direita. Há, razões para temer este Governo P.S.

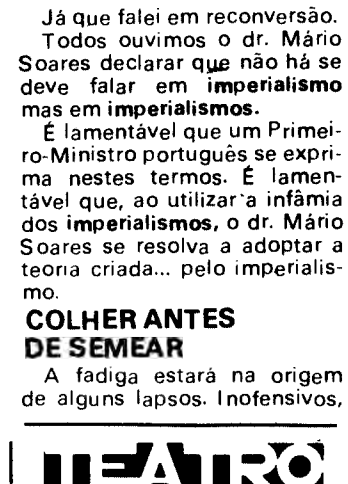
Soares deu razão a essas razões.

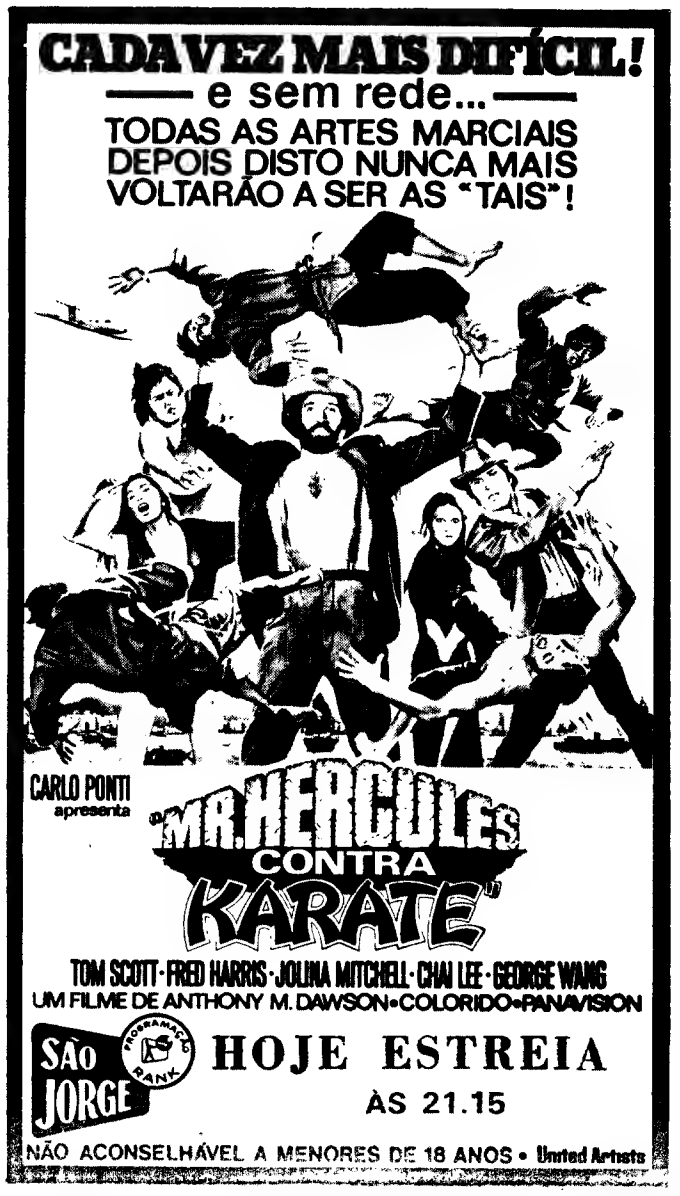
A ÚLTIMA

Já agora, a título de curiosidade, aqui vai a **última** da noite.

Ao fechar a loja, Fialho Gouveia lembrou que após esta maratona na Assembleia, a Televisão **ia voltar aos óbitos, aos hábitos normais...**

A emenda foi imediata o que não impede de recambiarmos o lapso para os domínios de Freud.





Hoje

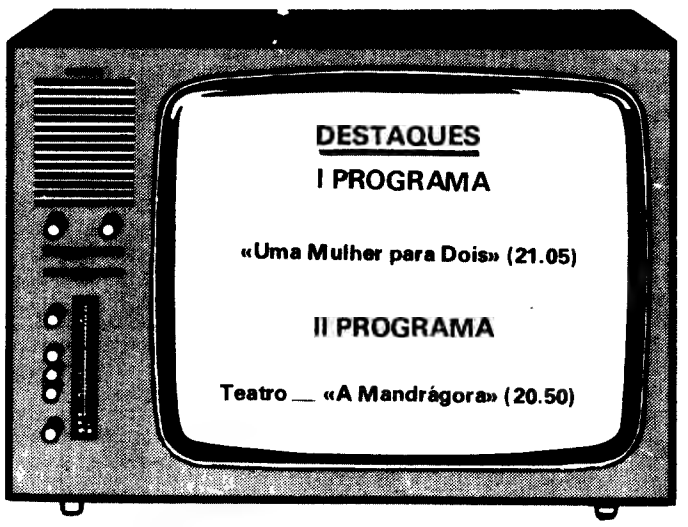
Uma cena de «A Mandrágora»

I PROGRAMA

19.00 Abertura e **«Um Mundo para Descobrir»** e **«Barba Papa»**
19.30 **«Segredos do Mar Vermelho»** — série filmada.
20.00 **TV Palco**
20.30 **Telejornal** — 1.ª edição
21.05 **«Uma Mulher para Dois»** — filme realizado em 1933 por Ernest Lubitsch com Frederick March, Gary Cooper e Myrian Hopkins.
22.10 **Memórias do Nosso Tempo**
22.40 **Telejornal** — 2.ª edição
23.00 Fecho

II PROGRAMA

20.00 Abertura e a série filmada **«A Mulher Vestida de Branco»** — com Bernard Rousselet e Paloma Matta.
20.25 **Em Toda a Parte Aprendemos** — a colecção do Banco Pinto de Magalhães no Museu Soares dos Reis. Transmissão dos Estúdios do Porto.
20.50 **«A Mandrágora»** — de Maquiavel. Tradução de Alexandre O'Neil. Cenógrafo: Filipe de Melo. Realização de H. Peyroteo.
22.10 **Telejornal**
22.40 Fecho



Amanhã

I PROGRAMA

19.00: Abertura e «A Volta ao Mundo em 80 Dias»; **19.25**: Os Ferros Forjados; **20.00**: Momento Desportivo; **20.30**: Telejornal — 1.ª edição; **21.05**: Concurso Terra a Terra Minha Gente — dedicado ao distrito de Bragança; **22.35**: Cinema 76 — 20.ª edição; **23.00**: Telejornal — 2.ª edição; **23.15**: Fecho.

II PROGRAMA

20.00: Abertura e «Pippi das Meias Altas»; **20.30**: Fronteiras do Amanhã; **20.45**: Da Saúde e da Vida; **21.05**: «A Família Boussardel»; **22.00**: Telejornal; **23.10**: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786-834271
Avenida S. João de Deus, 12-B - Rua Macau, 8

1.º COLÓQUIO TÉCNICO DE FUTEBOL

Profissionalismo no país que temos

Conclui-se neste número do «DL» a publicação dos trabalhos firmados pelos vários grupos de intervenientes no «Colóquio Nacional de Futebol». Hoje, apresentamos o texto rubricado por Cruz dos Santos (jornalista de «A Bola», exercendo na eventualidade funções de moderador), Carlos Arsénio (do «Record», como secretário-redactor), David Sequeira (jornalista do «Mundo Desportivo»), técnicos Mário Wilson (Boavista), Manuel Oliveira (Beira-Mar) e Fernando Caiado (Vitória de Guimarães), preparadores físicos Rui Oliveira e Gouveia da Veiga, prof. de Educação Física Mirandela da Costa, médicos drs. Vieira da Fonseca e Francisco Soares, futebolista «internacional» Toni (Benfica) e árbitro «internacional» Adelino Antunes. O trabalho:

REFLEXÃO INICIAL

Num esforço de renovação que se pretende para o futebol português, julga-se válida a iniciativa agora desencadeada, mas que aponta a necessidade de se caminhar brevemente para um I Encontro Nacional de Futebol a fim de se conseguir uma ampla participação.

Assim propõe-se:

— Que a nível central, Federação Portuguesa de Futebol, seja criado um grupo de trabalho encarregado de preparar e dinamizar o Encontro Nacional com as tarefas que se sugerem:

Mobilização das Associações Regionais, para a execução a nível local da discussão dos temas relativos ao futebol nos aspectos organizativos, legislativos, técnico e de desenvolvimento.

Preparar o I Encontro Nacional de Futebol, a realizar em Lisboa, com representação de toda a estrutura e sectores ligados ao futebol.

Na fase regional, serão incluídas como ponto obrigatório de discussão as conclusões elaboradas neste primeiro Colóquio Técnico de Futebol.

CONCLUSÕES

1 — FUTEBOL PORTUGUÊS

Sim ao Futebol Profissional, mas:

Dimensionado de acordo com as realidades socioeconómicas do País, através de:

a) Redução do número de clubes participantes nos Campeonatos Nacionais de Seniores, nomeadamente nas I e II Divisões, onde ocorrem com maior predominância situações de profissionalismo.
b) Definição da condição de profissional de futebol (acesso, plano de carreira, idoneidade profissional etc.).
c) Estabelecimento de limite máximo para o número de jogadores profissionais por clube.
d) Criação da categoria de jogador-estagiário, com limite de permanência nessa categoria e Estatuto próprio.
e) Reconversão do jogador profissional, no sentido de assegurar a sua actividade pós-futebol, integrada ou não no mesmo.
f) Necessidade de profissionalização progressiva dos dirigentes dos Departamentos de Futebol dos Clubes.
g) Necessidade de trabalharem em «full-time» os técnicos das Selecções com vista a maior rentabilidade, nomeadamente assegurando uma colaboração íntima com os Técnicos dos clubes.
h) Publicação pela F.P.F. de um anuário, tão completo quanto possível, incluindo programação de Provas e legislação em vigor.
i) Criação e divulgação de uma ficha médica-tipo, a nível nacional.
j) Concretização urgente do Instituto Nacional de Desportos.
l) Divisão do território nacional em zonas, cada uma delas com quadro técnico especializado e em «full-time», para a necessária melhoria do futebol juvenil.
m) Criação de um critério de destreza técnica (concurso anual com eliminatórias regionais).
n) Necessidade de divulgação das Leis do Jogo, junto dos jogadores e do público.
o) Revisão das disposições em vigor, de molde a que os treinadores possam transmitir instruções, no decorrer do jogo, do banco para os jogadores, visando a valorização do espectáculo.
p) Necessidade de que os bancos dos responsáveis das equipas sejam desencontrados das posições dos fiscais de linha, para se evitarem assim, as existentes formas de pressão.
q) Concordância com o fim da carreira dos árbitros aos 50 anos, mas com posterior aproveitamento junto das camadas de jovens futebolistas e na formação de novos árbitros.
r) Conveniência da formação de selecções nacionais:
— de jogadores de II e III Divisões, com limite de idade.
— de jogadores que obedeçam às condições para uma equipa Olímpica, com vista aos «Jogos» de 1980, em Moscovo.
s) Criação de um Campeonato Nacional de Amadores, superiormente subsidiado e disputando-se paralelamente aos Campeonatos já existentes.

2 — ANÁLISE COMPARATIVA

Relativamente ao futebol mundial, contendo várias escolas e estilos relacionados com factores diversos, o futebol português poderá inserir-se em diferentes planos:

a) **De igualdade** nos aspectos
— **Técnico** (embora com a falha em profundidade, expressa através do desequilíbrio entre elites de qualidade e fracas bases).
Táctico (reconhecendo-se o engenho e a argúcia dos quadros técnicos nacionais, tantas vezes sujeitos à elogiável necessidade de suprir valores individuais através de soluções de conjunto).
b) **De sensível atraso** nos aspectos relacionados com a **condição física** dos praticantes, com probabilidade de recuperação tanto maior quanto melhor puder ser a capacidade organizativa do país e a sua própria evolução socioeconómica.
c) **De lamentável subalternidade** em relação à maioria dos países, no tocante aos problemas de organização geral, estruturas desportivas e profissionalização de quadros, técnicos e administrativos, impondo-se um amplo esforço de recuperação do grande atraso actual.
d) **De desfasamento** bem visível no campo da arbitragem, mormente na aplicação das próprias Leis do Jogo pelos árbitros nacionais e na conduta a âmbito internacional, ressaltando o facto de descoordenação de actividade entre o Conselho Técnico da F.P.F. e as decisões do «International Board». Recomenda-se por isso, a imediata integração de Técnicos de Arbitragem no Conselho Técnico da F.P.F. como um dos meios que acelerará o acertar do passo com o plano mundial, na especialidade.
d) **Também de considerável atraso** no aspecto de estruturas médicas, ligadas à Medicina do Desporto. Limitadas as iniciativas individuais, na maior parte dos casos, com aparecimento de realidades aqui e ali que, no entanto, não atingem a verdadeira meta a que se destinavam, urge procurar o aproveitamento de todo o potencial do País criando um Instituto Nacional de Medicina do Desporto, ao qual teriam acesso todos os médicos interessados no sentido duma «STANDARDIZAÇÃO» dos métodos de avaliação e controlo dos atletas. Para além destas, outras funções capitais lhe estariam adstritas: ensino de Medicina de Desporto em todos os seus aspectos; concessão de diplomas de especialistas em Medicina e Desporto; Cursos de Aperfeiçoamento e reciclagem; intercâmbio com outras instituições similares estrangeiras; colaboração efectiva com este Instituto no apoio médico a todas as representações desportivas nacionais.

Mário Wilson: um dos que sabe de futebol

3 — PLANO DE DESENVOLVIMENTO

O plano a médio e longo prazo estará fundamentalmente dependente da evolução do plano a curto prazo e as respostas a estes serão sempre na base de procurar cobrir o território nacional com técnicos devidamente habilitados com conhecimentos científicos e com instalações desportivas abertas aos praticantes que procurem esta modalidade.

Nesta perspectiva julga-se necessário um imediato aproveitamento dos recursos humanos, técnicos e materiais, instalações como plano de emergência, mas contendo sempre uma meta cujos objectivos estejam plenamente situados num plano ideal. Como medida aponta-se para um levantamento rápido e realista das disponibilidades em técnicos, qualquer que seja o seu grau, e instalações.

Nesta sequência sugerimos, entre outras medidas já enunciadas na análise sumária ao futebol português, as seguintes:

3.1 — Criação de um Centro de Publicações com representantes de treinadores, Preparadores Físicos e Médicos além de tradutores especializados, tendo como atribuição essencial promover uma publicação mensal ou quinzenal com artigos predominantemente técnicos.

3.2 — Fornecimento e divulgação a cargo dos Preparadores Físicos, das diversas metodologias de treino físico adaptadas à realidade nacional e aos escalões etários a que se destinam.

3.3 — Criação e manutenção de Escolas de Árbitros para jovens a partir dos 15 anos, tendo como objectivo a motivação para futuros árbitros e o atendimento duma função social para aqueles que gostando de futebol possam nele participar por esta via.

3.4 — Formação de um Gabinete Técnico de larga representatividade profissional que colaborasse em curso de reciclagem e de motivação de monitores dos clubes de aldeias, bairros, etc.

PORTUGAL

MELO DE CARVALHO

«Estão a aproveitar o período de férias para acabarem com o nosso trabalho», afirmam os monitores dos núcleos da DGD do distrito de Santarém a propósito da tentativa de exoneração do prof. Melo de Carvalho, num comunicado em que apelam, também, para que todos os colegas protestem contra «essa manobra».

Os monitores dos núcleos daquele distrito, que são cerca de 500 repartidos por várias modalidades (18) em escolas, clubes e autarquias locais, alertam também os pais dos estudantes e os praticantes para a aludida tentativa, porque «quando se saneia um homem como o director-geral dos Desportos é uma política de pôr o desporto ao serviço do povo que se quer sanear.

Não se pode parar um trabalho que beneficiou mais de 35 mil crianças no distrito de Santarém, onde pela primeira vez, e graças ao 25 de Abril chegou o verdadeiro desporto ao serviço do homem».

«A Constituição está em perigo», advertem ainda os monitores escalabitanos, «não podemos permitir o prosseguimento de atentados contra ela como este. De acordo com as notícias vindas a lume caluniam o nosso trabalho, e querem acabar com ele porque incomoda aos senhores patrões do desporto antigo. Lê-se até já que vai ser dada prioridade ao desporto federado, e nós sa-

Continua na pag 17

"Volta" a rodar

A Federação de Ciclismo apresenta esta tarde (17 e 30) no Penta Hotel as linhas mestras da próxima Volya a Portugal em Bicicleta.

Sabe-se, para já, que estão inscritos praticantes de 17 equipas e que o custo da prova está orçado em 2300 contos. Eis o rol de turmas intervenientes: Pinheiro de Loures, Sangalhos, Safina, Louletano, Ginásio de Tavira, Benfica, Almodovar, Coelima, Manique de Baixo, F.C.do Porto, Alfenense, Coimbrões, Costa do Sol, União de Coimbra, Loures S.Jorge e um conjunto madeirense. Em contrapartida, uma desistência: a equipa do Mónica não comparece à «Volta».

Ao mesmo tempo, há dúvidas sobre as intervenções na corrida de ciclistas de Fafe, da Facar e do Paredes.

FUTEBOL AOS ARRANCOS

BELENENSES GANHA COM UM EMPATE

Em Santander, o Belenenses empatou (1-1) com o clube inglês West Ham. Pelos portugueses marcou Esmoriz, de grande penalidade, aos 81 minutos de jogo. Alinharam pelos «azuis»: Melo; Sambinha, Quaresma, Luis Horta e Cardoso (Vasques); Esmoriz, Isidro e Jesus; José Rocha, Pincho e Alfredo (Lima). O veterano Godinho não alinhou por sofrer de uma microrotura enquanto Amaral acusa uma entorse no joelho que fora operado ao menisco. A avolumar este panorama, o paraguaio Gonzalez continua impedido de dar o concurso à turma de Carlos Silva, prevendo-se porém que possa realizar o próximo compromisso do Belenenses, em Espanha.

Ontem, perante os ingleses, o guarda-redes Melo teve uma bela actuação: na fase de escolha de *vencedor* do confronto, defendeu três grandes penalidades: como Luis Horta, Isidro, Rocha e Quaresma converteram castigos idênticos, o Belenenses acabou por vencer o cotejo, mercê da sua pontaria mais afinada.

Entretanto, uma informação complementar: Isidro está nos olhos do Barcelona, parecendo que há certo interesse da colectividade catalã na obtenção do seu concurso.

TOMAR

Casa onde não há pão...Depois de Bolota (que abalou a caminho do Montijo), calha a vez de Camolas desistir de representar o União de Tomar: o jogador já informou a direcção do clube tomarense de que vai trabalhar para outro lado.

SETÚBAL

Na fase de preparação do «team» agora orientado por Fernando Vaz, o Vitória de Setúbal acertou um embate de características particulares com o Portimonense: o espectáculo foi marcado para as 21 e 45 de sábado. Na ocasião exibem-se Mirobaldo, Jacinto, João, Tomé e Ramalho.

SPORTING

No sábado, os «leões» actuam perante o Santander, em Espanha. O preparador Jimmy Hagan indicou os nomes dos jogadores viajantes: Conhé, Matos, Vítor Gomes, Laranjeira, José Mendes, Da Costa, Fraguito, Baltasar, Valter (médio), Manoel, Manuel Fernandes, Libânio, Amândio, Inácio, Barão e Camilo.

BENFICA

No Rio de Janeiro, o Benfica actua amanhã face à Portuguesa, actualmente a ser treinada pelo português Severiano Correia.

OLHANENSE

Também o Olhanense se prepara para rodar a formação futebolística em terras espanholas: nesse sentido parte hoje para Badajoz, sob comando de um uruguaio que o sindicato dos treinadores não aceita como técnico oficial.

ATLÉTICO

Ainda o rescaldo da «Taça de Portugal»: em consequência da interdição da ctapadinha, o Atlético terá de jogar com o Vitória de Guimarães e Leixões em campos alheios.

Continua na pág 17

Desporto

Hoquistas assaltam título mundial

. O calendário de jogos do Campeonato do Mundo de Hóquei em Patins, já aprovado pelo Comité Internacional de Rinque Hóquei, disputar-se-á em Oviedo (de 11 a 21 de Setembro).

Eis o programa:

. DIA 11 — Japão-Brasil (18 horas); Holanda-USA (19); Itália-Austrália (20); Espanha-França (22.30); **Portugal**-Alemanha Federal (23.30) e Nova Zelândia-Argentina (00.30).

DIA 12 — Brasil-Estados Unidos (10); **Portugal**-Japão (11); Espanha-Nova Zelândia (12); Itália-França (18); Holanda-Austrália(19);Alemanha-Argentina (20); **Portugal**-Brasil (22); Espanha-USA (23) e Itália-Nova Zelândia (24).

DIA 13 — Japão-França (18); **Portugal**-Austrália (19); Itália-Alemanha (20); Nova Zelândia-USA (22); Espanha-Holanda (23) e Argentina-Brasil (24).

DIA 14 — França-USA (18); Austrália-Japão (19); Alemanha-Brasil (20); Holanda-Argentina (22); Espanha-Itália (23) e **Portugal**-Nova Zelândia (24).

DIA 15 — Japão-USA (18); Alemanha-Nova Zelândia (19); Holanda-Brasil (20); França-Austrália (22); Espanha-Argentina (23) e **Portugal**-Itália (24).

DIA 16 — França-Nova Zelândia (18); Holanda-Alemanha (19); Austrália-Argentina (20); Itália-Japão (22); Espanha-Brasil (23) e **Portugal**-USA (24).

DIA 17 — Descanso.

DIA 18 — França-Alemanha (17); Nova Zelândia-Japão (18); Itália-Brasil (19); Argentina-USA (20); **Portugal**-Holanda (22); Espanha-Austrália (23) e Alemanha-Japão (24).

DIA 19 — Holanda-Japão (10); Argentina-França (11); Alemanha-Austrália (12); Itália-USA (18); Holanda-Nova Zelândia (19); Austrália-Brasil (20); Argentina-Japão (22.30); Espanha-Alemanha (23.30) e **Portugal**-França (00.30).

DIA 20 — Alemanha-USA (18); Austrália-Nova Zelândia (19); Itália-Holanda (20); França Brasil (22); Espanha-Japão (23) e **Portugal**-Argentina (24).

DIA 21 — Nova Zelândia-Brasil (18); Austrália-USA (19); Itália-Argentina (20); Holanda-França (22) e **Portugal**-Espanha (23.15).

NOS JOGOS OLÍMPICOS DE 1980

A China em Moscovo no lugar da Formosa?

Ainda este ano e em 1977 o Movimento Olímpico vai seguir uma evolução significativa. Esse aspecto e essa necessidade, que figuram, aliás, na linha política de Lord Killanin, serão consentâneos com os desejos de reformas já adiantados pelo mais alto dirigente do Comité Olímpico Internacional, que há dois anos começou a liberalizar a regra que define os critérios de admissão dos atletas aos Jogos Olímpicos.

De que natureza serão as próximas revisões? Lord Killanin hesita: «O custo crescente dos Jogos Olímpicos é, para mim, um problema muito mais importante que o da ingerência da política no desporto», declarara à France Presse, durante os Jogos Olímpicos. «A intervenção dos governos, ao nível da direcção dos Jogos, não é desejável», salientaria também, «mas, em contrapartida, ao nível financeiro, para a organização dos Jogos e o apoio aos Comités Olímpicos nacionais, essa intervenção é necessária.»

. É nesta definição das relações entre os estados e o movimento desportivo que reside, de facto, todo o problema do futuro do Movimento Olímpico, definição que deverá esboçar-se nos próximos meses. O facto de Nairobi, no caso dos governos, e Abidjan, no caso do C. O. I. e dos Comités Olímpicos Nacionais, terem sido escolhidos para estes encontros, amplia ainda a importância dessa definição. Os problemas vão ser debatidos em África, continente que só estava representado por duas nações (Costa do Marfim e Senegal) em Montreal.

Lord Killanin não esquecerá tão cedo os momentos de inquietação provocados pelas greves que atrasaram a construção do grande estádio, e a posição difícil em que se encontrou quando o Governo canadiano se recusou a deixar entrar a delegação de Taiwan. E mesmo quando os africanos exigiram a expulsão da Nova Zelândia, antes de retirarem em bloco. Isto, sem esquecer as ameaças de retirada, dos americanos, antes dos Jogos, e dos soviéticos, já no fim.

O presidente do C. O. I. não deixará de tirar as de vidas lições de tudo isto. Convidou já, aliás, os responsáveis do Movimento Olímpico e as federações internacionais a debruçarem-se sobre todos estes problemas, primeiro em Barcelona, em Outubro, depois em Abidjan, em Abril, de modo a que, na sessão de Praga, em Junho de 1977, as conclusões, já definidas, levem o Comité Olímpico Internacional a tomar determinadas decisões. Além disso estará já na posse da resolução dos ministros dos Negócios Estrangeiros da O. N. U. que, em Novembro, em Nairobi (Quénia) terão já decidido criar a Comissão Intergovernamental dos Desportos, futuro interlocutor do C. O. I. como representante dos estados.

O problema chinês também não deixará de voltar à berlinda: os dirigentes do desporto chinês que se encontravam em Montreal, repetiram que «a China não tinha pressa» em integrar-se no Movimento Olímpico, e que se manteria afastada enquanto Taiwan estivesse presente. «Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para que o problema seja resolvido antes dos Jogos de Moscovo, mas trata-se de um caso altamente político» — indicou Lord Killanin.

Em conclusão: o presidente do C. O. I., algumas vezes severamente censurado pela maneira como conduziu as negociações no caso de Taiwan, não deixou, contudo, de conseguir aquilo que pretendia. Os Jogos de Montreal realizaram-se nas melhores condições, sem incidentes, e ele dispõe, agora, de quatro anos (a segunda parte do seu mandado) para trabalhar na definição de soluções que deveriam poupar ao Movimento Olímpico os perigosos abalos sentidos em Montreal.

Um pavilhão suplementar

. Começaram as obras de construção de um pavilhão de desportos de multi-utilizações, perto do local onde se realizarão os Jogos Olímpicos de Moscovo de 1980, segundo anunciou hoje a Tass.

O Pavilhão de Desportos, onde se disputarão, 12 torneios olímpicos, incluindo Voleibol, Basquetebol, Ginástica, Esgrima, Luta e Pugilismo, será um complemento do grande Estádio Lenine, construído há 20 anos, onde se realizarão as provas de atletismo.

O Pavilhão de Desportos terá uma estrutura semiesférica, apoiada por 28 colunas em forma de diamante, e incluirá facilidades de treino sob o recinto principal, assim como instalações para um centro para a Imprensa, realça a agência noticiosa oficial soviética.

O local onde se situará o pavilhão está separado do principal complexo olímpico pelo rio Moskva, que atravessa Moscovo, mas uma ponte de ligação, uma estação próxima do metropolitano e um cais de desembarque permitirão um contacto fácil entre as duas áreas — acrescenta a Tass.

RENTABILIDADE

. . As instalações desportivas para os Jogos Olímpicos de 1980 (em Moscovo) «serão construídas estritamente segundo os princípios da utilidade e rentabilidade» — sublinhou o director dos serviços de Imprensa dos jogos moscovitas, Alan Emilevich Starodub, numa entrevista concedida ao diário «Der Morgen», de Berlim. Starodub declarou que a União Soviética «não tem a falsa ambição de superar os países precursores dos Jogos Olímpicos no que respeita a instalações gigantescas, mas é natural que nada lhe falte em 1980. Os grandes estádios da capital serão modernizados (tal como o «complexo de Luzniki», e as novas instalações desportivas serão construídas de maneira a que sejam utilizadas, mais tarde, pela população».

O ensaio das instalações olímpicas terá lugar nas provas finais da «Espartaquíada», dos povos da União Soviética, na qual poderão participar, também, atletas estrangeiros — acrescentou Starodub.

PORTUGAL

Continuação da pág. 16

bemos bem como essa estrutura está eivada de vícios e recheada de senhores do antigamente».

«MINITAÇA DAVIS»

Uma delegação de Portugal de ténis, com jogadores com menos de 18 anos, parte hoje, por via aérea, para a Alemanha Federal, onde na sexta-feira, sábado e domingo participará na «Taça Valério», competição a nível mundial conhecida nos meios tenistas como «Minitaça Davis». A competição terá lugar numa estância balnear a cerca de 100 quilómetros de Munique. Portugal defronta, na sexta-feira, a Suiça, e o vencedor deste encontro defrontará a URSS. A representação portuguesa é constituída pelos seguintes elementos: dr. Cordeiro dos Santos, presidente da Federação; responsável técnico, João Lagos; preparador físico, prof. Alfredo Laranjinha, e os jogadores: José Manuel Cordeiro (Porto), Luís Quintino, Manuel de Sousa e José Ribeiro da Silva (Lisboa).

BASQUETEBOL

A polémica estabelecida entre o Sporting e a FPB foi salutar e garantiu a presença dos «leoninos» na Taça da Europa da modalidade ao vencedor do Campeonato Nacional (questão resolvida, numa «finalíssima» na Marinha Grande, entre os «leoninos» e o Sangalhos). Recorde-se que o Sporting acusava os dirigentes da F. P. B. de não terem inscrito oportunamente a sua equipa na mais importante prova europeia de clubes, pelo que o clube do Passadiço, sentindo-se lesado, enviou uma exposição à D. G. D. e ao secretário de Estado da Juventude e Desportos.

Na sequência de tal, veio a terreiro, o presidente da federação afirmar que a presença do Sporting na prova estava assegurada (após contactar a Federação Internacional de Basquetebol Amador), a respeito de ter havido (por parte dos dirigentes oficiais portugueses?) determinado grau de negligência. Assim, dando crédito ao que oficialmente transpirou na pretérita semana, o Sporting, como vencedor do «Nacional» e da Taça de Portugal poderá participar em qualquer das duas provas europeias abrangidas por aqueles títulos, bem como na Korac, prova de carácter aberto (o dr. Nunes dos Santos, numa carta enviada a um trissemanário desportivo de Lisboa e publicada anteontem esclarecia detalhadamente a questão, refutando algumas declarações prestadas ao mesmo jornal pelo dirigente Cardoso de Almeida, enaltecendo na mesma a posição assumida pelo secretário de Estado dos Desportos, a quem levou a solução de um «diferendo tão levianamente suscitado»).

ISEF

Os candidatos ao Instituto Superior de Educação Física terão que fazer um exame morfofisiológico (que será eliminativo), sem o que não poderão realizar a matrícula no ISEF. A inscrição para o exame morfofisiológico realizar-se-á de 1 a 15 de Setembro, e a realização do exame acima indicado será de 13 a 24 de Setembro. As matrículas definitivas por seu turno, para o 1.º ano processar-se-ão de 27 de Setembro a 15 de Outubro, no Instituto Superior de Educação Física.

A LINHA DO DESPORTO

. O dr. Joaquim de Sousa, secretário de Estado da Juventude e Desportos, dá hoje (19 horas) uma conferência de Imprensa, para expor as linhas de orientação que vão nortear a actividade do departamento sob sua responsabilidade.

O encontro com os órgãos de Comunicação Social vai ocorrer no M.E.I.C. (Avenida 5 de Outubro, 107, 13.º andar).

NO REINO DO CHUTO: ENQUANTO AS "LIGUINHAS" TREMEM...

Continuação da pág. 16

RTP

A FPF encetou já contactos com a direcção da RTP no sentido de transmitir em 16 de Outubro e em 17 de Novembro os dois encontros de futebol que a nossa selecção efectuará contra a Polónia e a Dinamarca, no Porto e em Lisboa, respectivamente, na fase preliminar de apuramento para o Mundial de Futebol, que será efectuado na Argentina.

Parece que a iniciativa dos dirigentes da RTP, designadamente o eng. Abílio Rodrigues, coordenador das selecções nacionais, vingue, é necessário que sejam respeitadas as «regras» impostas para os «europeus», que obedeceram a uma «área de 100 quilómetros» para a qual os encontros não eram transmitidos. A verificar-se a repetição da «modalidade» a população abrangida pela tal área de 100 km não verá, no Porto e arredores (até 100 quilómetros) o «match» contra a Polónia, enquanto os adeptos do couro da região lisboeta não «cobrirão» o Portugal-Dinamarca. Assim o mandam os segredos das bilheteiras...

SALÃO

Numa inciativa das secções de andebol e hóquei em patins do Sporting e do Benfica decorre o III Torneio de Futebol de Salão, que tem em vista, no imediato, proporcionar a prática desportivo-futebolística aos entusiastas da especialidade e angariar fundos para aquelas duas secções dos dois mais populares clubes de Lisboa.

O torneio está dividido em diversas séries e já transpôs a «barreira» da 6.ª jornada da fase inicial, envolvendo uma movimentação de cerca de 850 praticantes. Os jogos, para que conste e tenham muita assistência, efectuam-se todos os dias, à tarde, de 2.ª feira a sábado nos recintos da Luz e de Gomes Pereira.

PROTESTO

O Sport Clube de Penalva do Castelo não hesitou em denunciar aquilo que considera um atentado ao «pudor desportivo» no futebol: o alargamento das II e III Divisões Nacionais, enviando, para o efeito, uma longa e documentada exposição ao Director-Geral dos Desportos (prof. Melo de Carvalho) sobre a questão.

No documento remetido à DGD o Penalva do Castelo, que pertence ao distrito de Viseu, afirma em determinada altura que o alargamento das respectivas divisões é um factor gravemente prejudicial para alguns clubes no que concerne a deslocações e portanto aumento quilométrico, onerando substancialmente os «pobres cofres» das equipas mais modestas. Com atitude de coragem e sã denuncia aqui fica a notícia e o aplauso.

ÁRBITROS

Três árbitros portugueses foram solicitados para dirigir jogos dos torneios de verão de futebol espanhol. Os três «internacionais» portugueses são César Correia (na Corunha), no Troféu Teresa Herrera, que se realiza em 13, 14 e 15 de Agosto, Francisco Lobo (no Torneio de Madrid), na capital espanhola, nos dias 18 e 19 do corrente, e Ismael Baltasar, no troféu «Ramón Carranza» (em Cádiz), nos dias 28 e 29 do corrente.

SPORT LISBOA E BENFICA

Exploração do Restaurante e Bar, sitos nos baixos do 3.º anel do estádio do S.L.B. na Luz.

Aberto concurso para a concessão em regime de exclusivo, da exploração do

RESTAURANTE e BAR
ou
RESTAURANTE
ou
B A R

As propostas, em carta lacrada, deverão ser entregues na Secretaria da Comissão Central de Fomento e Propaganda, Rua Jardim do Regedor, 9 — Lisboa-2, até às 19 horas do próximo dia 16 de Agosto.

As «Bases do Concurso» encontram-se à disposição dos concorrentes na Secretaria da Comissão Central.

Lisboa, 2 de Agosto de 1976

Geral

Caso do vidreiro assassinado

Delegado do M.P. corrige referência à caução

. Assinada pelo delegado do Ministério Público que actuou no julgamento do caso do vidreiro assassinado (Tribunal Criminal da Comarca do Porto, 2.º Juízo), recebemos a seguinte carta onde são feitas correcções a um trecho da reportagem publicada pelo «DL» no passado dia 31 de Julho:

. «No **Diário de Lisboa** de 31 de Julho findo, a propósito do caso do assassínio do operário vidreiro Almeida e Silva foi referido a determinado passo: 'O presidente do Tribunal indeferiu um requerimento do Ministério Público que pretendia que a caução baixasse para 50 000$00...'

«Porque se trata de um passo errado da referida notícia, venho esclarecê-lo a fim de os numerosos leitores desse jornal serem correctamente informados:

«O artigo 274.º do código do Processo Penal dispõe, além do mais, que...'a caução será arbitrada pelo juiz, ouvido o Ministério Público...'

. É portanto da exclusiva competência do juiz arbitrar a caução e fixar-lhe o respectivo montante.

«O Ministério Público pronunciou-se, como é de lei e de acordo com ela — como aliás o faz sempre —, pela admissibilidade de caução, entendendo que o seu montante **não deveria ser inferior** a 50 000$00.

«Esta sua opinião fundamentou-se na resposta dada pelo Tribunal Colectivo ao quesito sobre a situação económica e social do réu, onde se dizia apenas que ele era empregado, à data do crime, num 'stand' de automóveis, e que vivia exclusivamente do seu vencimento. Nada mais consta.

Mesmo assim o Ministério Público não deixou de salientar que a caução **não deveria ser inferior** a 50 000$00, não tendo elementos que o habilitassem a propor a fixação da caução económica.

«Admitiu, no entanto, que o Tribunal os possuísse e que viesse a ser fixada caução superior como aliás veio a suceder.

«Não houve, portanto, qualquer requerimento do Ministério Público para que a caução baixasse para 50 000$00 como é referido na aludida notícia.

Recusamo-nos a admitir que tenha havido má fé por parte da pessoa que elaborou a notícia ou segundas intenções, e que só por manifesto lapso tal tenha sucedido.

«Agradeço, para esclarecimento dos leitores desse jornal, a publicação desta carta ou que por outro qualquer meio o esclarecimento seja feito.»

Vaticano garante: cardeal Nunes em recuperação

. Um porta-voz do Vaticano garantiu à Imprensa que o estado do idoso cardeal português D. José da Costa Nunes é satisfatório. O porta-voz deu-o como «completamente restabelecido» depois do achaque de que fora vítima.

Com 96 anos de idade D. José da Costa Nunes é o mais velho cardeal sobrevivo. Não tem direito de voto no Sacro Colégio, naturalmente, por haver ultrapassado o limite de idade fixado por Paulo VI.

As primeiras notícias sobre o seu estado de saúde indiciavam algo de grave, tanto mais que o cardeal se encontra desde há anos muito debilitado.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava geralmente pouco nublado o vento era fraco e havia neblina em alguns locais a norte do rio Tejo.

TEMPERATURAS EXTREMAS

ELVAS
Máxima 23º
MONTALEGRE
Mínima 7,9º

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu pouco nublado ou limpo; vento fraco soprando de Noroeste moderado durante a tarde na Orla Costeira Ocidental; condições favoráveis à ocorrência de neblina ou nevoeiro matinal no Litoral Oeste a norte do Cabo da Roca

TEMPERATURAS DO AR
09.00 H.

PORTO	17º
P. DOURADAS	—
COIMBRA	17º
PORTALEGRE	22º
LISBOA	21º
FARO	30º
FUNCHAL	27º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
5.30	4,0 m	10.56	0,9 m
17.45	4,2m	23.19	0,9 m
Dia 13			
6.06	3,9 m	11.30	1,0 m
18.20	4,1 m	23.53	1,0 m
Dia 14			
6.41	3,8 m		
18.55	3,9 m	12.06	1,2 m

AMANHÃ
NASCER AS 6.48
OCASO AS 20.34

DIA 18 DIA 24 DIA 1 DIA 8

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDUSTRIAS QUÍMICAS DO CENTRO, SUL E ILHAS ADJACENTES E MOAGENS DO CENTRO E SUL

DOA A QUEM DOER O COMBATE AO TERRORISMO TEM DE SER LEVADO ATÉ ÀS ÚLTIMAS CONSEQUÊNCIAS ! O LUGAR DE SPÍNOLA É NA PRISÃO !

1 — O Povo Português, farto de atentados terroristas, cansado de reclamar a prisão dos responsáveis por centenas de casos de destruição e morte e ansioso por poder construir em paz a sociedade socialista, recebeu como um sinal de esperança a notícia da prisão dos primeiros criminosos e segue com natural ansiedade o desenrolar dos acontecimentos.

2 — As prisões já efectuadas confirmam de forma clara e evidente a razão dos trabalhadores e das suas organizações. Hoje, ninguém honestamente, pode negar que os incêndios, as bombas, as destruições, a violência e as mortes que desde o Verão passado têm sido o pão nosso de cada dia do povo português, são obra das forças de direita e as suas organizações. Hoje, ninguém honestamente, pode negar as ligações e os conluios da direita legal e clandestina, divididas nas palavras mas unidas na prática e apostadas em cortar o caminho aberto para o socialismo, em destruir a democracia e submeter novamente o povo português à ditadura fascista.

3 — O Povo Português, farto de atentados terroristas e cansado de reclamar a prisão dos responsáveis por tais crimes, tem o direito de exigir das autoridades civis e militares toda a verdade. É preciso e urgente que a vasta rede terrorista seja desmantelada, que os seus responsáveis — qualquer que seja o lugar que ocupem — sejam presos, julgados e severamente punidos.
O Povo Português espera que as autoridades civis e militares, cumprindo com a sua palavra, levem até às últimas consequências o combate ao terrorismo e digam a verdade ao Povo.

O POVO PORTUGUÊS tem direito à verdade e exige-a !

4 — **O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas,** ao mesmo tempo que saúda as autoridades civis e militares verdadeiramente interessadas no combate firme ao terrorismo, considera que a libertação do ex-general Spínola, agora entrado em Portugal, a efectuar-se, será uma afronta ao Povo Português.
Spínola é o conspirador do 28 de Setembro e do 11 de Março.
Spínola é o chefe do MDLP, organização terrorista à qual pertencem alguns criminosos agora presos.

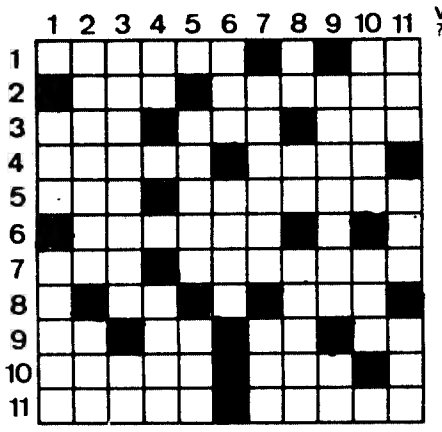
O lugar de Spínola é na prisão !

CONTRA O TERRORISMO !
PELA LIBERDADE ! PELO SOCIALISMO !
A LUTA CONTINUA. UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS !

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11442



HORIZONTAIS:

1 Menos doente. Tempo de verbo ser. Vossa Alteza.
2 Mãe de Romulo e Remo. Enfraquecer (Prov. beir.).
3 Apelido. Planta cujo suco é empregado para envenenar as frechas dos Mandingas. Ocasião.
4 Natalício. Prova de regularidade.
5 Historiador alemão, filho do margrave Leopoldo IV da Áustria. Queimados.
6 Aromatizai.
7 Emprega. Grande ave da África.
8 Sadia. Membro de ave.
9 Prefixo de negação. Gálio (s.q). Quantum satis. Isolado.
10 Enrubesces. Emprega.
11 Ave trepadora. Freguesia do concelho de Coimbra.

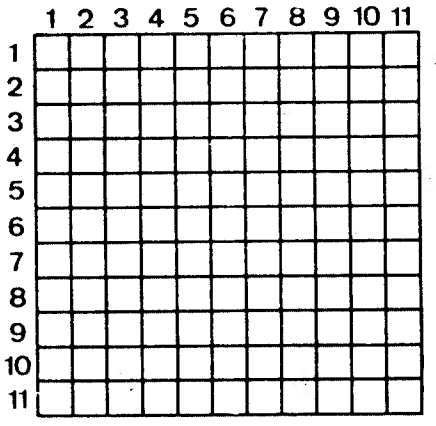
VERTICAIS:

1 Espaço de doze meses. Exclusiva.
2 Corrigendas. Maior.
3 Aqueles que lêem. Batráquio.
4 Tempo do verbo haver. Mãe de Ismael.
5 Protesto. Pegadeira.
6 Título honorífico na India. Amofina.
7 Serôdio. Pronome relativo.
8 Hospedaria oficial na China (inv). Nesse lugar. Ave columbina da região de Tete.
9 Terreno inculto (pl). Alteza Real.
10 Desocupada. Cabelos brancos.
11 Anel. Fecho as asas para descer mais despressa. Romancista e crítico de arte espanhol autor de «A Arte de Góia».

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7602



HORIZONTAIS:

1 Cidade da India. Colocarás.
2 Arejar. (Bras). Pedra de altar.
3 Curso de água natural e abundante. Interjeição da ilha das Flores, o mesmo que ah! oh!
4 Fogo, na língua tupi. Bofetada (pop).
5 Ave pernalta. Gosta muito de. Lista.
6 Afia.
7 Poisa na água (o avião). Louco.
8 Batráquio anuro. Acreditas.
9 Emprega.
10 Borrifar. Gastava.
11 Árvore ornamental também conhecida por árvore-da-Judeia. Sulcais a terra.

VERTICAIS:

1 Um dos pontos cardeais. Todo o corpo que existe no espaço.
2 Atmosfera. Acarinha. Artigo definido (ant.).
3 Nome de mulher. Aguça.
4 Cidade da Holanda. Anel. Nesse lugar.
5 Argola. Governanta. Larva das feridas dos animais.
6 Íntimo. Campeão.
7 Cidade de França. Para barlavente. Pega.
8 Verbal. Donzela de Orleães. Cidade da antiga Caldeia.
9 Fulgir. Cheiro.
10 Pilar. Segundo.
11 Marca. Pronome demonstrativo.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11441

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Cala. Vão. DA.	1 Carpira. VEM.
2 ABUNDÂNCIA.	2 Abaiá. Seara.
3 Rara. Isolda.	3 Lura. Mastim.
4 Pia. Mão.	4 Anã. Dor. Ena!
5 Ia. Dão. Sa.	5 Mas.
6 Mós. Cãs.	6 Vai. O. TÉDIO.
7 Asar. Tarara.	7 Ansa. Casaco.
8 És. Peso.	8 Oco. Garota.
9 Vate. Datas.	9 Ilo. Sa. Ari.
10 Erin. Içaria.	10 Dada. Sic.
11 Mama. Oo. Iço.	11 Amarar. Ao.

Provérbio: DA ABUNDÂNCIA VEM O TÉDIO.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7601

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Pampilhosa.	1 Foça. Pária.
2 Ciar. Arem.	2 Solo. Moam.
3 Os. Arão. Ana.	3 Ac. Mira. At.
4 Com. Rs. Ad.	4 Mia. Adão. Ec.
5 Alia Açor.	5 Pará. Erro.
6 Ordenados.	6 Ira. Ano. Ror.
7 Aaro. Adem.	7 Orça. Cada.
8 Am. Or. Aca.	8 Ha. Soda. Ser.
9 Roa. Orás. Oc.	9 Ora. Roda. Sa.
10 Iate. Odes.	10 Sena. Seco.
11 Am. Coraras.	11 Amado. Maçã.

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO 0-1

Até às 22 horas

ALVALADE
Belo, Avenida de Roma, 53-A (T. 776314)
AVENIDAS NOVAS
Vale, Avenida Marquês de Tomar, 45-49 (T. 773043)
BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Assenso, Praça Norte, 11-A (T. 311216)**BAIXA**
BAIXA
Estácio, Rossio, 60 (T. 327067-324224)
BENFICA
Macedo, Estrada Poço do Chão, 69-C (T. 703697)
CAMPOLIDE
Imparcial, Rua General Taborda, 28 (T. 680931)
ESTRELA
Linaide, Rua Ferreira Borges, 30 (T. 660955)
GRAÇA
Almeida • Dias, Largo da Graça, 38-A (T. 862909)
LUMIAR
Douro, Alameda das Linhas de Torres, 93-A (T. 791131)

TURNO 0-2

Toda a noite

ALTO DE S. JOÃO
Vitális, Rua Morais Soares, 69 (T. 841779)
ALVALADE
Marbel, Avenida de Roma, 131-A (T. 776235)
AMEIXOEIRA
S. Bartolomeu, Vila Paulo Jorge, 1 (Galinheiras-Charneca (T. 700969)
ANJOS
Guerra, Rua Andrade, 32/36 (T. 845513)
ANJOS
Magalhães, Avenida Almirante Reis, (T. 49479)
AREEIRO
Garantia, Avenida Padre Manuel da Nóbrega, 5-A (à Praça do Areeiro) (T. 727300)
AVENIDAS NOVAS
Saldanha, Av. Praia da Vitória, 53 (T. 43938)
BENFICA
? **S. João**, Estrada da Luz, 124-A (T. 783179)
CAMINHOS DE FERRO
Frazão, Rua Cruz de Santa Apolónia, 90 (T. 847019)
ESTRELA
Andrade Ribeiro, Avenida Infante Santo, 66-B (T. 666971)
PICHELEIRA
Marluz, Calçada da Picheleira, 140-B (T. 720703-728395)
OLIVAIS SUL
Antunes Rosas, Praça Cidade de Luso, lote 199 (T. 313610)

RESTELO
Tanara, Rua Rodrigo Reine, 3-A (na encosta do Restelo, próximo dos Moinhos) T. 611814)
S. BENTO
Fénix, Rua Cruz dos Poiais, 52 (T. 608531)
SETE RIOS
Curie, Avenida Madame Curie, 15-A (T. 779439)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Branco, Av. C.G.Guerra, 29 (T.2112081)
PAÇO DE ARCOS
Godinho da Silva, Av. Patrão Lopes, 4 (T.2432039). Até às 22 horas
OEIRAS
Central, R.Conde Ferreira, 29 (T.2430058). Toda a noite
NOVA OEIRAS
Leal. Até às 22 horas
CARCAVELOS
Central, Toda a noite
S.DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Sabóia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas
PAREDE
Gronchi, Av. da Depública 87 (T.2471204). Toda a noite
AMOREIRA
Amoreira. Até às 22 horas
ESTORIL
Marques dos Santos, R.Ferreira J.A., 15 (T.260116). Toda a noite
CASCAIS
Nova, E de Alvide, Fontainhas (T.281044). Até às 22 horas; **Marginal**, Av. Marginal (T.280078). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Amadora, P.28 de Maio, 3-A (T.935518); **Carmele**, R.Elias Garcia, lote 28 (T.933303); **Helénica**, R.Elias Garcia, 2 (T.933613); **S.Jorge**, R.Pedro del Negro, 5, Reboleira (T.938703)
DAMAIA
Lemos, R.de Goa, 21-A (T.971121)
QUELUZ
Gil, Av. Miguel Bombarda, 28 (T.950117)
CACÉM
Araújo e Sá, E.de Paço de Arcos, lote 1-B (T.2940781)
MEM MARTINS
Rodrigues Rato (T.2912038)
S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)
SINTRA
Simões, Estefânia (T.2930832)
COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L.Coronel Ramos da Costa, 10 (T.234137)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R.Cândido dos Reis, 30 (T.204020)
ALMADA
Nuno Álvares, Av. D.Nuno Álvares Pereira, 39 (T.2750504)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E.Nacional, 178-B (T.2040302)
BARREIRO
Santa Marta, R.Dr. Manuel Pacheco Nobre, 44-B (T.2072141)
COVA DA PIEDADE
Cerqueira Afonso, P.5 de Outubro, 18 (T.2750254)
MOITA
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T.239025)
MONTIJO
Montepio, R.Almirante Reis, 93 (T.3210035)
SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T.2233471)
SETÚBAL
Rosado Pinto, P.do Bocage (T. 22484); **NOVA; R. General** Gomes Freire (T. 22052)
SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (T.2218560)

PORTO

TURNO 26

ATÉ ÀS 22 HORAS

Vilarinha, R.d Vilarinha, 161 **Guerra**, R.de Costa Cabral, 43 **Lemos e Filhos**, P.de Carlos Alberto, 31 **Liga das Ass. Soc. Mútuos**, R.do Bonjardim, 286 **Castro Carneiro**, R.do Padre Cruz, 146 **Henriques**, P.da Batalha, 64-A; **Serpa Pinto**, R.de Serpa Pinto, 645

TODA A NOITE

Moreno, Ld.ª, L.de S.Domingos, 44 **Bonfim**, R.do Bonfim, 73; **Guimarães**, R. de Francos, 37 **Vasques**, R.das Condominhas, 794

COIMBRA

Paiva, P.do Comércio, 57 (Y.23231); **S.Sebastião**, R.António Jardim (T.28802); **Silcar**, R.Ferreira Borges, 88 (T.22923)

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

CASA DA COMÉDIA
19.00 (18 anos)
«Horas de Luta»

LAURA ALVES
21.30 (18 nos)
«Vamos trocar de Mulheres»

TEATRO ABERTO
21.15 (18 anos)
«O Círculo de Giz Caucasiano»

VASCO SANTANA
21.30 (13 anos)
«Fanshen»

ADÓQUE
20.30 e 22.30 (18 anos)
«A Grande Cegada»

LISBOA/Cinemas

CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Relações Escaldantes»

SATÉLITE
2115 (13 anos)
«A mulher casada»

PARIS
21.30 (18 anos)
«A Guerra da Candonga»

EUROPA
21.30 (6 anos)
«Meu Irressistível Selvagem»

JARDIM
21.15 (13 anos)
«Duas Raparigas num Pijama»

LUMIAR
21.15 (13 anos)
«Jeremy, o Primeiro Amor»

PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«A Mancha do Passado»

OLÍMPIA
21.00 (18 anos)
«Aquela Governanta»

CAPITÓLIO
20.30 e 22 (18 anos)
«Garganta Funda»

LINHA DE CASCAIS

CASINO
17 e 21.15 (18 anos)
«A Noite do Pecado»

OXFORD
21.15 (18 anos)
«Noitadas de Paris»

PAREDE
Royal-Cine
21.15 (18 anos)
«VenhaTomarCaféConnosco»

ESTORIL
Palácio
21.15 (18 anos)
«Os Perversos»

CASCAIS
S.José
21.15 (18 anos)
«Tommy»

LINHA DE SINTRA

MEM MARTINS
Cine Chaby
21.15 (10 anos)
«Amor de Perdição»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (6 anos)
«Sim, Sim, Meu Coronel»

TRAFARIA
Pavilhão Jardim
21.15 (18 anos)
«Os Heróis do Kung Fu»

PORTO/Cinemas

ÁGUIA DE OURO
21.30 (13 anos)
«Passado Inesquecível»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Trinitá Cow-boy insolente»

ESTÚDIO FOCO
21.15 (18 anos)
«Chove em Santiago»

RIVOLI
21.15 (18 anos)
«A Canção da Noruega»

TRINDADE
21.15 (13 anos)
«...da do Império Romano»

S. JOAO
21.15 (13 anos)
«Henessy, o Militante»

VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Jesus Cristo Superstar»

BATALHA-BEBE
22.00 (13 anos)
«Os Violinos do Baile»

BATALHA
21.15 (18 anos)
«As Francesas e as Gaivotas»

CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«Os Malditos»

JÚLIO DINIS
21.15 (18 anos)
«O Maluquinho do Sexo»

OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«A Cama é o Meu Castelo»

COLISEU
21.15 (18 anos)
«Abutres na Cidade»

SÁ DA BANDEIRA
22.00 (18 anos)
«Garganta Funda»

ESTÚDIO
21.15 (13 anos)
«Os Canhões de Navarone»

TERÇO
21.15 (18 anos)
«Senhoras e Cavalheiros»

COIMBRA

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«As Aventuras Heróicas dos Três Mosqueteiros»

AVENIDA
21.15 (18 anos)
«Sexo a Jacto»

• cinemas •

CASTIL

T. 530194 — 15, 17, 19 e 21.15

Colorido Int. a menores de 18 anos

Quando o amor livre tem encanto... não é imoral!

AMORES SEM FREIO

Realização de Gérard Kikoine Alex Nubarr e Alain Van Dame

2.ª semana

IMPÉRIO

T. 555134/5 — 14.30, 18.00 e 21.15

M. 10 anos

LAWHENCE DA ARÁBIA
Peter O' Toole-Alec Guiness e Omar Sherif
7 oscares-37 prémios internacionais

2.ª Semana

POLITEAMA

T. 323805 — 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30

HOJE-Estreia sensacional

EXTASE SEXUAL DE MACUMBA

ESTE FILME PODE SE«R CONSIDERADO PORNOGRÁFICO

VOX

T. 720808

Às 21.15 (Para todos)
O maior êxito em comédia musical!

CHITTY CHITTY BANG-BANG
Dick Van Dick - Leonel Jeffries

ROMA

Tel 727778 — 15.30, 18.30, 21.15

Interdito a menores 18 anos
EMMANUELLE A ANTIVIRGEM
Este filme contém cenas eventualmente chocantes
13.° semana

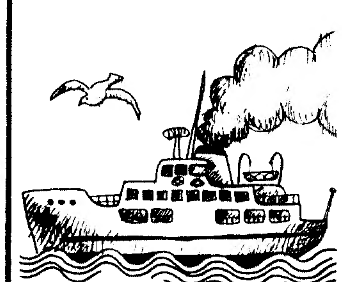
MUNDIAL

Tel 538743 — 15.15, 18.30 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

A ÚLTIMA NEVE NA PRIMAVERA

o filme começa 5 mn. ap. a sessão



Cruzeiro a Troia

Dias 25 de Julho
8 e 22 de Agosto
5 e 19 de Setembro

Uma iniciativa do GITUS
levada a efeito
numa das modernas embarcações
dos Caminhos de Ferro Portugueses

Preços adultos 150$00
crianças 70$00
Suplemento para almoço 50$00

Horário estação do Terreiro do Paço
embarque 08.00 horas
desembarque 20.30 horas

bilhetes à venda
nas estações de Lisboa
no GITUS
(telef. 53 98 71-36 25 01-68 11 78)
e no teu Sindicato

Caminhos de Ferro Portugueses

BARES - BOITES

DANCINGS

NINA Dancing com atracções Rua Paiva de Andrade, 7-13, (Tel. 364859, 368197). Marta Monica Stripteaseuse.
CASINO DO ESTORIL Jogo autorizado. Variedades internacionais T. 264621/264946

CALEIDOSCÓPIO

T. 795093 — 15.00 e 21.00

Não aconselhável a Menores de 13 anos

Uma história imortal!
um filme eterno!

E TUDO O VENTO LEVOU

com Clark Gable Vivien Leigh Leslie Howard

10.ª SEMANA!

EDEN

T. 320768 — 14, 16.30 19, 21.15

Interdito men. 18 anos

FOGO NO SANGUE
Um filme super-audacioso

3.ª semana

Este filme contém cenas eventualmente chocantes

ODEON

T. 326283 — 15.15-18.15 e 21.15

Mairores 14 anos

Um filme que revive o drama das mães solteiras

O DIREITO DE NASCER
com Aurora Bautista e Julio Aleman

Um problema em louvor da existência dos filhos do pecado

APOLO 70

T. 763311 — 14, 16.30 19 e 21.15 h

Não acons. a men. 18 anos
À QUEIMA ROUPA
Um filme terrível e sedutor de John Borman

Hoje às 24.00 (Grupo D/18 anos)

«ULTRAJE»
com Paul Newman

CASINO ESTORIL

T. 264521/264996 — 17.00 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

A NOITE DO PECADO

Policial - Colorido

S. JORGE

Tel 554153/4 — Estreia às 21.15

Nao acons. a men. 18 anos
«MR. HÉRCULES CONTRA KARATE»
Últimas às 14.15 e 18.15
«BATATAS» E BARRAQUEIROS

RESTELO

Tel 610375 — 21.00

Interdito a menores de 18 anos

EMMANUELLE NEGRA

colorido

AVIS

Tel. 47163 — 15.30, 18.30 e 21.15

Para todos maiores de 6 anos
NÃO SEI NADA
MAS DIGO TUDO
com Pierre Richarrel

ESTÚDIO

T. 555134 — 15.30, 18.30, 21.15

Interdito a menores de 18 anos
NÃO NOS LIBERTEIS DO MAL
Um filme de Joel Séria

2.ª semana

ESTÚDIO 444

Tel 779095 — 15.30, 18.30 e 21.15

não acons. m/18 anos

FERIAS VIOLENTAS

um filme de Yves Boisset

CARLOS MANUEL — SINTRA

Tel 2303 4

Int. menores 18 anos

CLUBE PRIVADO

D. JOÃO V — DAMAIA

Tel. 971794 — Às 21.15h

Grupo B (M/10 anos)

LONGE DA MULTIDÃO

UNIVERSAL

Tel. 774402

Às 16.30, 22.30 (N. ac. m/18)
LÁGRIMAS E SUSPIROS
de Ingmar Bergman

Às 14.30, 20.30 (Int. m/18)
A VERGONHA
de Ingmar Bergman

Sábado às 00.30
LÁGRIMAS E SUSPIROS

CONDES

Tel. 322523 — 14.00, 16.30, 18.45 e 21.15

Nao acons. men. 13 anos

CAVALGADA FANTÁSTICA
com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

BERNA

T. 776098 — 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

UM LANCE NO ESCURO
a obra prima de Arthur Penn

Com Gene Hackman e Susan Clark

3.ª semana

LONDRES

T. 801313 — 14, 16.30, 18.45 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

O filme de Igmar Bergman

O AMANTE
(The Toud)

c/ Bibi Andersson e Eliott Goul

ROXY

Tel. 48560 — 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Não acons. a men. 13 anos

O ÚLTIMO ADEUS
com Sofia Loren e Marcello Mastroianni

TIVOLI

T. 570595 — 15.15, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

O maior êxito de gargalhada do cinema francês

O GENDARME CASA-SE

2.ª semana

Com Louis de Funés

ALVALADE

Tel. 897480 — 15.30, 18.30 e 21.15

Para todos

CLAUDINE CORPO E ALMA

Um filme que vai direito ao seu coração

PATHÉ

T. 821933 — 14.15 16.30 18.45 e 21.15

Interdito a men. 18 anos
FOGO NO SANGUE

Um filme super-audacioso

Contém cenas eventualmente chocantes

3.ª semana

NIMAS

T. 574313 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. a menores 18 anos

7.ª semana

CHOVE EM SANTIAGO

o Chile de Allende a Pinochet

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TECNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

Colombo

Continuação da pág. 1

mento de vidro, oferta da China ao Sri Lanka.

A reunião já foi pretexto para reconciliações espectaculares, como as que ocorreram entre os ministros sírios e egípcios e da O. L. P.

Na cimeira de Colombo, os ministros dos Negócios Estrangeiros ou os seus delegados, representando 84 países que, no ano 2000, contarão cerca de cinco mil milhões de habitantes, começaram a análise de um programa de trabalho em três pontos:

(1) Acabar com a «fatalidade da desigualdade» e conseguir que o mundo «não alinhado» participe mais na distribuição das riquezas do planeta.

(2) Fazer ouvir melhor a voz de 84 países (a O. L. P., Organização de Libertação da Palestina, é o 85 participante) que rejeitam o enfeudamento aos «blocos» chefiados pelas superpotências.

(3) Liquidar as últimas sequelas da época colonial, em particular na África.

Enquanto os ministros dos Negócios Estrangeiros davam início às suas deliberações, circulavam já nos corredores da conferência, dois textos importantes — um projecto de declaração económica e um projecto de declaração politicj. Serão postos à consideração dos chefes de Estado ou de Governo e de um modo geral os observadores diplomáticos põem em relevo a sua moderação e ponderação.

O projecto de declaração económica afirma designadamfte que «não haverá confrontação mas sim diálogo» nas negociações com os países industrializados. A cimeira de Colombo defende «uma ordem económica internacional».

O projecto de declaração política rejeita tradicionalmente as moções de blocos: põe o acento na crescente «interdependência» do Mundo. Condena Israel e convida os países não-alinhados a «tomarem medidas apropriadas», mas não definidas no projecto, contra Israel.

Portugal participa na conferência com estatuto de observador, sendo a sua delegação chefiada pelo ministro Vítor Alves.

Entretanto, fontes bem informadas revelaram que a três dirigentes da Fretilin, o movimento de independência do Timor Oriental, foi negada autorização para entrarem em Sri Lanka, a fim de assistirem à Cimeira dos Países Não-Alinhados em Colombo. Essas fontes, afectas à conferência, identificaram-nos como sendo José Ramos Horta, ministro dos Negócios Estrangeiros do Movimento do Timor Leste, Mário Alkatiri, ministro dos Assuntos Políticos e Roque Rodrigues, emissário itinerante.

DL

Continuação da pág. 1

à expressão nos meios da comunicação social que corresponderá, no fundo, a uma monotonização do «estatizado» em benefício do «privado», e a uma visão estática e conformada da vida nacional.

Assistimos a um avanço das posições da *direita* na Imprensa. O facto é público e tem sido reconhecido pelas instâncias civis e militares do «poder-de-Estado». Os ataques às pessoas e às ideias, a contestação das conquistas do «25 de Abril», a crítica e o denegrir sistemático da descolonização, das nacionalizações, da reforma agrária, são o prato forte de uma Imprensa que não oculta a sua inspiração e objectivos. Mas, paradoxalmente, o que se deplora, com assiduidade e veemência, é o custo da Imprensa não-fascista e não-reaccionária, esquecendo, nem se sabe por que imprevidência, que os custos sociais, políticos e humanos da recuperação da *direita* e do avanço fascista, poderão vir a ser incomparáveis para uma contabilidade nacional e a curto prazo.

Insistentes alusões, opiniões acidentais, referências insertas em discursos de responsáveis, não poderão deixar de constituir motivo de reflexão e de preocupação. Aos leitores queremos propor essa reflexão; queremos transmitir-lhes a nossa preocupação.

O «DL» deverá continuar vinculado a uma tradição de inconformidade, de livre crítica, de juízo autónomo, de independência. A situação empresarial deverá ser o suporte de uma liberdade de expressão; nunca o condicionamento exterior dessa expressão livre.

E medindo as palavras, pesando os números, afirmaremos que com este jornal independente, o Erário público não dependerá uma verba superior ao normal subsídio que uma Suécia atribuiria oficialmente a um jornal como o «DL».

Neste «País novo» em construção, um jornal independente (*de esquerda*) é um serviço público. A tradição do «DL» dá-lhe essa vocação. Um jornal livre e independente. O «DL» não pretende, efectivamente, ser outra coisa: um espaço de confronto e de diálogo, uma convergência, uma fronteira.

Alterações na cúpula militar

Continuação da pág. 1

sição assumida pelo chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas relativamente à situação do ex-general Spínola».

COMUNICADO

É do seguinte teor o comunicado final:

«O Conselho da Revolução, reunido em 11 de Agosto de 1976, analisou a actual situação político-militar, tendo em consideração especial os desenvolvimentos das últimas semanas que vieram contribuir para a consolidação das instituições democráticas do nosso país: eleição do Presidente da República, formação do governo saído de eleições gerais e aprovação do programa do governo pela Assembleia da República.

O Conselho da Revolução considera que estão, neste momento, reunidas as condições formais para que as instituições democráticas, já constituídas e em pleno funcionamento, desempenhem a sua missão. Mas ao CR não escapam as enormes dificuldades reais que se deparam, a todos os níveis, para que a democracia seja cada vez mais uma realidade viva e o processo de transformação da sociedade portuguesa em direcção ao socialismo se efectue, com respeito pela Constituição.

Reconhece o Conselho da Revolução que tanto a consolidação da democracia como o avanço para o socialismo só serão, em última análise, possíveis nas condições que historicamente se estabelecerem em Portugal, se o próprio Conselho da Revolução, como órgão de soberania a que lhe estão constitucionalmente atribuídas funções de excepcional importância, puder, ele próprio, ter condições de actuação eficaz. O Conselho da Revolução, como se sabe, para além das funções já de si relevantes, de conselho do Presidente da República e de órgão político e legislativo em matéria militar, tem ainda as de garante do regular funcionamento das instituições democráticas, de garante do cumprimento da Constituição e de fidelidade ao espírito da Revolução de 25 de Abril de 1974.

Tão transcendentes tarefas exigem um órgão, o CR inteiramente devotado ao exercício das suas funções, estruturado de tal modo que o seu papel político possa ser integralmente cumprido, sem alienar qualquer parcela da sua responsabilidade própria nem da responsabilidade de que tem perante o povo português. Daí a necessidade de reorganização interna do órgão.

Por outro lado, sendo certo que o CR é um órgão eminentemente político-militar, a sua estrutura, composição e modo de funcionamento devem reflectir dinamicamente as novas condições prevalecentes na sociedade política portuguesa, na fase actual do processo histórico iniciado em 25 de Abril de 1974. E assim, certas situações militares de alguns dos sues membros justificáveis em determinado período da vida política portuguesa, considera-se hoje que devam ser ultrapassadas, dando lugar a uma clara definição de cargos político-militares e que, por esse facto, deverão ser desempenhados por Conselheiros da Revolução. Tendo ficado assente que seriam os mencionados nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 do art.º 143.º da Constituição, mais o cargo de Governador Militar de Lisboa, dada a importância e o peso político da área de Lisboa na vida nacional, tendo em conta que nela se situam os órgãos de soberania se focalizam entidades militares relevantes e órgãos de chefia dos três ramos das Forças Armadas, e ainda o seu significado económico político e social desempenhados por Conselheiros da Revolução.

Considerou, porém, que o CR que não deveria proceder a alterações dos Comandos das Regiões, decorrentes das decisões tomadas, sem dar aos respectivos titulares em exercício de optarem entre funções exclusivamente militares, permanecendo no comando das Regiões, e as funções político-militares de Conselheitos da Revolução. Em consequência desta possibilidade de opção continuarão em exercício de funções o comandante da Região Militar do Norte e o comandante da 1.ª Região Aérea, por terem optado pelo exercício destas funções renunciando por esse motivo às de Conselheiros da Revolução; e deixam os respectivos cargos, os Comandantes da Região Militar Centro, da Região Militar Sul e da Região Militar de Lisboa por terem optado pe-

Sousa e Castro falando na conferência de imprensa desta manhã

las funções de membros do Conselho da Revolução.

Relativamente às vagas abertas vai o CR proceder de acordo com as normas constitucionais (art.º 143.º n.º 2 da Constituição) e em harmonia com o disposto no Dec.-Lei n.º 668/76 hoje aprovado pelo CR e promulgado pelo Presidente da República. Segundo o referido decreto, caberá aos chefes dos Estados-Maiores, dos ramos respectivos, depois de ouvidos os Conselheiros dos mesmos ramos, os comandos e orgãos superiores de conselho, designar os novos membros do CR sendo o decreto de nomeação assinado pelo Presidente da República.

Procurou-se, com o conjunto de medidas tomadas, tornar o Conselho da Revolução mais capaz de responder operativamente àquilo que a Constituição dele exige e o País dele espera, bem como reforçar, na linha dos esforços que têm vindo a ser desenvolvidos, os factores de coesão, equilíbrio e estabilidade interna das Forças Armadas, para que elàs possam verdadeiramente colocar-se ao serviço do Povo Português e do projecto transformador iniciado em 25 de Abril ee 1974.

Nestes termos o C.R. decidiu:

1. Aprovar um diploma que indica os membros do C.R. a que se refere a alínea e) do n.º 1 do art.º 143.º da Constituição e que se encontram em efectividade de funções desde a data anterior à de entrada em vigor da Lei Fundamental.

2. Que os cargos mencionados nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 do art.º 143.º da Constituição são político-militares.

3. Que o cargo de Governador Militar de Lisboa é também político-militar pelo que só pode ser desempenhado por um membro do Conselho da Revolução.

4. Aceitar a renúncia do general graduado Pinho Freire e do brigadeiro graduado Pires Veloso dos cargos de membros do Conselho da Revolução.

5. Aceitar a opção dos brigadeiros graduados Franco Charais, Pezarat Correia e Vasco Lourenço de permanecerem no C.R. pelo que deixarão logo que substituídos de exercer as funções de Comandantes das Regiões Militares do Centro, Sul e Lisboa, respectivamente.

6. Nomear, por proposta do Chefe do Estado-Maior do Exército, o brigadeiro graduado Vasco Lourenço para o cargo de Governador Militar de Lisboa.

7. Aprovar um diploma que regulamenta o n.º 2 do art.º 143.º da Constituição.

8. Aprovar um diploma que regula o modo de nomeação do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Vice-Cehefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas e de Governador Militar de Lisboa.

Nos termos do n.º 1 do art.º 232.º da Constituição o Conselho da Revolução pronunciou-se sobre os nomes propostos pelo Primeiro-Ministro para ministros da República das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

O Conselho tomou conhecimento das diligências em curso visando o desmantelamento de organizações terroristas.

O C.R. congratula-se com o facto do Programa do Governo não ter sido rejeitado na Assembleia da República.

O Conselho da Revolução tomou conhecimento e concordou com a posição assumida pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas relativamente à situação do ex-general Spínola.»

Apanharam o drogado com a seringa no bolso

Em aparente estado de entorpecimento, um jovem de 17 anos, foi ontem detido pela P. S. P. no decurso de uma rusga levada a cabo na zona dos Olivais.

Nos seus bolsos foram encontrados dois pacotes de liamba cuja proveniência não soube explicar, bem como uma seringa hipodérmica e um cigarro de marijuana. Disse que o cigarro lhe tinha sido dado, no Rossio, por um amigo cujo nome ignorava, e acerca da seringa confessou tê-la já utilizado, não revelando, todavia, qual o produto injectado.

No Rossio, horas antes, um vendedor de liamba e um candidato a comprador do produto foram detectados por dois agentes da P. S. P., que acidentalmente passavam naquele local e foram atraídos pelos movimentos suspeitos do comprador. Decidiram intervir e, sem qualquer dificuldade, descobriram o tipo de «negócio» que se estava a processar.

Rome da

DIPLOMACIA

Na vigência do I Governo Provisório foi indicado o nome da escritora Sophia de Mello Breyner Andresen para ocupar o cargo de embaixador em Paris. Diz-se que César não terá dado o seu assentimento à proposta de Mário Soares, então ministro dos Negócios Estrangeiros.

Há dias um jornal avançou o nome da engenheira Maria de Lurdes Pintassilgo, antigo ministro dos Assuntos Sociais, actual chefe da representação de Portugal junto da Unesco, para desempenhar o cargo de chefe da representação permanente de Portugal na ONU. O Ministério dos Negócios Estrangeiros, pressuroso, veio tranquilizar a opinião pública: a notícia não tinha qualquer fundamento.

Tranquilizemo-nos, portanto: a diplomacia portuguesa poderá ser acéfala, mas é máscula.

ARQUIVOS IMPLACÁVEIS

A velha rubrica do brasileiro «Jornal de Letras», aliás com manifesta falta de originalidade, é o título escolhido por uma equipa portuguesa para uma publicação cujo contrato acaba de ser firmado com uma editorial de Lisboa. Os «Arquivos Implacáveis», cujo início da publicação está previsto para o mês de Novembro, dispõem já de um importante acervo de correspondência dirigida a ministros e personalidades destacadas do anterior regime. Entre os signatários e signatárias dessa correspondência o público terá confirmações e surpresas.

A CUNHA

Freitas do Amaral, queixou-se ontem ao Governo, à Assembleia e ao País de ter sido saneado há ano e meio de professor da Universidade de Lisboa. E por cúmulo «ilegalmente». Estaria a meter uma «cunha» para a sua «reintegração» legal?

QUE COMANDANTE!

«Como diz o nosso povo, numa expressão feliz: «nós também queremos ir à Índia! Temos é outro barco», afirmou Freitas do Amaral ontem à noite. Só gostaríamos de saber se esse «barco» teria ao leme Vasco da Gama... Fernandes.

CRAVOS DE QUANDO?

Os deputados ostentavam, ontem à noite, cravos na lapela. Estão no seu direito. No final, um «espontâneo» (que afinal era deputado do PS) foi entregar um cravo a cada membro do Governo. Comovedor. Mas os cravos estavam tão frescos que ficou a dúvida se seriam de 25 de Abril ou do «25 de Novembro».

«O DIA» SABIA

A chegada do presidente do MDLP surpreendeu toda a gente... menos «O Dia». Teria o trabalho marcado em agenda? Talvez a informação tenha sido dada pelo capitão Ramos, ajudante de campo de Spínola e actual redactor daquele matutino.